

UNIVERSIDADE DE LISBOA

FACULDADE DE DIREITO



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

**DO REGIME DE ELIMINAÇÃO DA DUPLA TRIBUTAÇÃO ECONÓMICA
À PARTICIPATION EXEMPTION**

Nuno Tracana

Dissertação orientada pela
Professora Doutora Ana Paula Dourado

MESTRADO EM DIREITO
CIÊNCIAS JURÍDICO-FINANCEIRAS

2016

Agradecimento

Ao concluir a elaboração desta dissertação não poderia deixar de expressar o meu agradecimento a quem me ajudou ao longo deste projecto. Agradeço ao Américo Coelho a disponibilização de meios que permitiram a realização de um estudo de âmbito europeu, à Professora Doutora Ana Paula Dourado por ter concordado orientar este estudo, sabendo à partida, que não seria uma tarefa fácil.

Um agradecimento especial à minha família pelo apoio incondicional e palavras de ânimo indispensáveis na elaboração deste estudo.

ÍNDICE

Principais abreviaturas e siglas	3
Resumo	4
<i>Abstract</i>	5
Capítulo I – Introdução	7
1. A dupla tributação económica	7
2. O Direito Fiscal interno e o Direito Fiscal Europeu	9
Capítulo II - Estudo comparado sobre os regimes de eliminação da dupla tributação económica na UE	15
1. Breve apresentação do estudo realizado	15
Capítulo III – A compatibilidade dos métodos para atenuar ou eliminar a dupla tributação económica com o Direito Fiscal Europeu	15
1. Métodos para atenuar ou eliminar a dupla tributação económica	15
1.1 O Acórdão Test Claimants in the FII Group Litigation	20
1.2 O acórdão Test Claimants in the FII Group Litigation II	23
Capítulo III – Instrumentos jurídicos multilaterais e nacionais para atenuar ou eliminar a dupla tributação económica	30
1. A harmonização fiscal na UE	30
2. Directiva mães-filhas - Directiva n.º 2011/96/UE, do Conselho, de 30 de Novembro	33
2.1 Particularidades decorrentes das mais recentes alterações à Directiva mães-filhas	34
3. As convenções para evitar a dupla tributação	50
4. Crédito de imposto por dupla tributação económica internacional	50
Capítulo V – Regime de isenção de participação: o caso português	53
1. Enquadramento do regime actual	53
2. Rendimentos recebidos por sociedades residentes	56
2.1. Dividendos de fonte portuguesa ou estrangeira recebidos por sociedades residentes	56

2.2 Mais-valias e menos-valias realizadas com a transmissão de participações sociais por sociedades residentes	63
2.3 Encargos não dedutíveis para efeitos fiscais	65
3. Rendimentos recebidos por sociedades não residentes	65
3.1 Dividendos de fonte portuguesa recebidos por sociedades não residentes	65
3.2 Mais-valias e menos valias realizadas com a transmissão de participações sociais por sociedades não residentes	66
4. Algumas considerações sobre os termos em que o regime foi aprovado	67
4.1. Requisitos quantitativos e temporais relativos à participação social subjacente	67
4.2. As discrepâncias no âmbito das jurisdições de residência dos beneficiários dos regimes previstos nos artigos 14.º e 51.º do Código do IRC e no artigo 27.º do EBF	74
4.3. Regime facultativo vs. Regra de determinação da matéria colectável	76
4.4. Estabilidade do regime de eliminação da dupla tributação económica	79
4.5. O regime das sociedades SGPS	81
4.6. A revogação do regime fiscal das sociedades SGPS e a ausência de um regime transitório	82
4.7. A transposição da Directiva 2014/86/EU para o ordenamento português	84
Conclusão	86
Bibliografia	92

Principais abreviaturas e siglas

Ac.	Acórdão
BEPS	<i>Base Erosion and Profit Shifting</i>
CCCTB	Common Consolidated Corporate Tax Base
CDT	Convenção para evitar a dupla tributação
IRC	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas
CPPT	Código de Procedimento e Processo Tributário
Directiva mães-filhas	Directiva 2011/96/UE do Conselho, de 30 de Novembro
EBF	Estatuto dos Benefícios Fiscais
EBITDA	<i>Earnings before interest, taxes, depreciation and amortization</i>
EM	Estado Membro
IRC	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas
IS	Imposto do Selo
LGT	Lei Geral Tributária
OCDE	Organização Internacional de Cooperação e Desenvolvimento Económico
SGPS	Sociedade gestora de participações sociais
OE	Orçamento de Estado
TC	Tribunal Constitucional
TFUE	Tratado de Funcionamento da União Europeia
TJUE	Tribunal de Justiça da União Europeia
Test Claimants in the FII Group Litigation	Acórdão Test Claimants in the FII Group Litigation, com o n.º de processo C-446/04, 12 de Dezembro de 2006
Test Claimants in the FII Group Litigation II	Acórdão Test Claimants in the FII Group Litigation II, com o n.º de processo C-35/11, de 13 de Novembro de 2012
UE	União Europeia

Resumo

O desiderato do presente estudo é analisar o regime de eliminação da dupla tributação económica dos lucros distribuídos e das mais ou menos-valias realizadas com a transmissão de participações sociais detidas em sociedades residentes na UE, previsto no Código do IRC.

No decorrer da presente exposição, e após o enquadramento jurídico do conceito de dupla tributação económica, procurar-se-á dar a conhecer de uma forma breve as razões justificativas da existência do regime de eliminação da dupla tributação económica referido, analisar criticamente os termos em que o *supracitado* regime se encontra regulado na legislação portuguesa, apresentando alternativas tidas por mais adequadas e, por último, tendo em consideração o nível de proximidade e dependência do tema em epígrafe face ao Direito Fiscal Europeu, expor algumas reflexões relacionadas com as preocupações que estão na ordem do dia da OCDE, numa tentativa de contribuir para a compreensão das mais recentes alterações introduzidas no regime em análise.

Em face dos objectivos propostos, afigurou-se oportuno elaborar um estudo comparado dos diversos aspectos dos regimes equivalentes previstos nos EM da UE, tendo em vista encontrar um termo de comparação que permita não só avaliar o nível de competitividade de alguns dos requisitos de aplicação do regime previstos na Lei portuguesa mas também dar a conhecer o grau de uniformidade com que aquelas alterações impostas pela UE estão a ser introduzidas nos regimes nacionais de cada EM. Desse modo, fica disponível uma ferramenta que permitirá aos interessados neste tema, o conhecimento das particularidades do regime em cada jurisdição, as quais poderão, no presente ou numa conjuntura futura, constituir um modelo para uma eventual alteração ao regime português.

A escolha deste tema não foi tomada sem a consciência das dificuldades que esta temática envolve mas, a circunstância de se tratar de um tema na ordem do dia da OCDE, e o impacto que o mesmo representa tanto ao nível do Estado como ao nível das empresas, fazem dele um tema actual, embora carecido de ponderação e estudo, numa perspectiva estritamente jurídica.

Palavras-chave: dupla tributação económica, participation exemption, estudo comparado, competitividade fiscal, livre circulação de capitais.

Abstract

The purpose of the present study is to analyse the regime of economic double taxation elimination, applicable to distributed profits and capital gains and losses from shareholding, in European Union resident companies, disposals foreseen in the portuguese Corporate Income Tax Code.

In the course of this study, and after a brief reflection on the economic double taxation concept, it is my intention to expose the reason behind the existence of the referred regime, to critically analyse the terms under which the above-mentioned regime is foreseen in the portuguese Law, presenting solutions as far as possible. Additionally, and bearing in mind the proximity and dependency of the regime under analysis to the European Tax Law, I intend to expose some of the Organisation for Economic Co-operation and Development current concerns regarding this matter, which as expected, may contribute to understand the latest changes to the regime under review.

Taking into consideration the abovementioned purposes, it seemed opportune to carry out a comparative study on various aspects of the equivalent regime foreseen in other European Union jurisdictions, which may allow us to draw some conclusions not only in what regards to the assessment of the competitiveness level of the portuguese regime application requirements, but also to inform the reader about the uniformity level on which the latest changes to the regime imposed by the UE are being adopted by each Member State. Moreover, it will provide a tool to enable everybody who may be concerned, the knowledge of the particularities of this regime in each jurisdiction. In this regard, it is my understanding that the knowledge of the terms foreseen in other equivalent jurisdictions, may be an important tool to improve a legal regime, through its consideration as a model to, or not to, follow.

At last, it should be noted that the choice of this subject was not made disregarding the complexity involved, but the fact that it gives rise to a point on the Organisation for Economic Co-operation and Development agenda, and the impact showed, both at the level of the State governance as well as for companies, makes it an actual subject, that should be analysed from a strictly legal perspective.

Keywords: economic double taxation, participation exemption, comparative study, tax competition, free movement of capital.

Capítulo I – Introdução

1. A dupla tributação económica

Na doutrina jurídico-fiscal, entende-se que a dupla tributação consiste num concurso de normas, isto é, quando normas tributárias distintas abrangem no âmbito da sua previsão o mesmo facto tributário dando origem a duas ou mais obrigações de imposto ⁽¹⁾.

Por forma a reconhecer a existência de dupla tributação, tem sido defendida a verificação de dois requisitos cumulativos: a identidade do facto e a pluralidade de normas ⁽²⁾.

Dito de outra forma, a dupla tributação implica a existência de um mesmo facto tributário previsto no âmbito de incidência de pelo menos duas disposições legais, e sobre o qual impendem, respectivamente, duas obrigações de imposto.

Em face do exposto e, a propósito do significado que tem sido atribuído pela doutrina ao conceito geral de dupla tributação, não obstante existirem abordagens distintas ⁽³⁾, cumpre explorar as classificações que o conceito pode integrar e bem assim os critérios habitualmente considerados para o efeito.

Assim, a dupla tributação tem sido classificada como jurídica ou económica ⁽⁴⁾.

Ora, as classificações mencionadas decorrem das características de alguns dos factos considerados na verificação dos requisitos *supramencionados*, traduzidos na identidade do facto e na pluralidade de normas.

No que concerne à identidade do facto, importa referir que na literatura sobre dupla tributação é, por vezes, defendida a aplicação da *regra das quatro identidades* ⁽⁵⁾, nomeadamente

⁽¹⁾ Neste sentido cfr. ALBERTO XAVIER, *Direito Tributário internacional*, 2ª edição actualizada Coimbra, Almedina, 2009, pág.31.

⁽²⁾ *Ibid* pág.31.

⁽³⁾ *Vide*, DIOGO LEITE DE CAMPOS sobre dupla tributação e dupla afectação, *Direito Tributário*, pág. 284, 2ª edição, Almedina, 2003.

⁽⁴⁾ Não obstante possa também ser classificada de nacional ou internacional como será analisado em momento ulterior.

⁽⁵⁾ Cfr. ALBERTO XAVIER, *Direito Tributário internacional*, 2ª edição actualizada Coimbra, Almedina, 2009, pág.33.

a identidade do objecto (*v.g.* o lucro do exercício), do sujeito, do período tributário e do imposto.

Não obstante, tratar-se de uma temática que vai para além do âmbito do presente estudo, refira-se que a mera forma de identificação daquelas realidades pode constituir *de per si* um tema carecido de aprofundamento numa perspectiva jurídica.

Em face do exposto, de forma a compreender algumas particularidades do processo de identificação das *supracitadas* realidades admita-se, a título de exemplo que sobre o mesmo facto incidem dois impostos equivalentes, por exemplo o IRC previsto na legislação portuguesa e o *Impuesto sobre Sociedades* previsto na legislação espanhola.

Note-se que não estamos, em rigor, em presença do mesmo imposto, no entanto a equivalência da natureza dos dois tributos e a semelhança das suas características deve ser tida em consideração aquando da identificação daquela realidade, neste caso o imposto.

Assim, caso se conclua pela verificação daquelas quatro identidades, poderemos estar perante uma situação de dupla tributação jurídica. Não obstante, se no processo de verificação das mesmas faltar, tão só a identidade do sujeito e a identidade do período tributário, então poderemos estar perante uma situação de dupla tributação económica ⁽⁶⁾.

Já no que respeita ao segundo requisito refira-se que quando as normas de incidência pertencem ao mesmo ordenamento jurídico a dupla tributação (jurídica ou económica) qualifica-se como interna e, quando aquelas normas pertencem a ordenamentos jurídicos

⁽⁶⁾ Note-se que alguma doutrina refere que, na verificação de uma situação de dupla tributação económica poderá apenas faltar a identificação do sujeito, cfr. KLAUS VOGEL, *Double Tax Treaties and Their Interpretation*, Berkeley Journal of International Law, vol. 4, Article 1, 1986, pág.6, “In contrast, the term “economic double taxation” is used to describe the situation that arises when the same economic transaction or asset is taxed in two or more states during the same period, but to different taxpayers), onde se remete para “Such double taxation has been described as demonstrating a lack of subject identity. See O. Bohler, *supra* note 3, at 33; Flick, *Das Erfordernis der Subjektidentität bei Doppelbesteuerungsnormen*, 37 *Steuer Und Wirtschaft*, 329 (1960).”

Adicionalmente cfr. JUAN RUBIO, “*Los principios básicos de la fiscalidade internacional y la doble imposición internacional*”, integrado no Manual de fiscalidade internacional do Instituto de Estudios Fiscales de Madrid, 2004, pág.66.

Não obstante, alguns autores, como AMÉRICO FERNANDO BRÁS CARLOS, alerta que “*também o período de tributação não tem de ser o mesmo para que estejamos perante uma dupla tributação económica*”, dando o exemplo de uma tributação de lucros num exercício N e de uma sucessiva tributação aquando da distribuição dos dividendos aos sócios da sociedade, ocorrida no exercício N+1. Neste sentido cfr. AMÉRICO FERNANDO BRÁS CARLOS, *Impostos Teoria Geral*, Coimbra, Almedina, 2006.

distintos, a dupla tributação (jurídica ou económica) deverá ser qualificada como internacional.

Ao longo do presente estudo, as próximas reflexões reconduzir-se-ão ao estudo da dupla tributação económica, nacional e internacional, decorrente da distribuição de lucros a sócios que revistam a natureza de pessoa colectiva ⁽⁷⁾.

Posto isto, a situação paradigmática que acompanhará a extensão desde estudo será a seguinte:

Uma sociedade X é tributada em sede de imposto sobre o seu rendimento no exercício N pelo lucro apurado naquele exercício. Quando no exercício N+1, a sociedade distribui os correspondentes lucros aos sócios, estes serão tributados novamente em sede de imposto sobre o rendimento.

Do quadro descrito, poderemos retirar as seguintes conclusões relativamente à identificação de uma situação de dupla tributação económica: (i) não obstante existir identidade do objecto e do imposto ⁽⁸⁾, (ii) não existe identidade do sujeito nem do período tributário.

2. O Direito Fiscal interno e o Direito Fiscal Europeu

Conforme se deixou referido, a dupla tributação económica poderá ocorrer tanto a nível interno, quando as normas de incidência em causa pertencem à mesma jurisdição, como a nível externo, quando as mesmas normas integram jurisdições distintas, constituindo assim uma situação transfronteiriça.

Posto isto, poderá concluir-se que a dupla tributação internacional decorre da existência de factos tributários conexos com jurisdições distintas, gerando situações tributárias internacionais.

⁽⁷⁾ A dupla tributação económica não é um fenómeno exclusivo das distribuições de dividendos. “Tal dupla tributação traduz uma saturação tributária da mesma manifestação de riqueza, a qual é especialmente evidente em situações plurilocalizadas (internacionais ou, em Estados federados, intranacionais) decorrentes de regras não compatibilizadas sobre preços de transferência, regras não harmonizadas sobre impedimentos de utilização de prejuízos fiscais e, mais comumente, tributação de dividendos decorrentes de lucros já previamente tributados”. GUSTAVO LOPES COURINHA em Plano de Formação Contínua do Centro de Estudos Judiciários, Temas de Direito Tributário IRC, IVA e IRS, 2014-2015, Setembro de 2016.

⁽⁸⁾ Ainda que se trate do imposto sobre o rendimento das sociedades de duas jurisdições distintas.

Naturalmente aquelas situações tributárias encontram-se sujeitas à soberania dos Estados com os quais partilhem um elemento de conexão, o qual tende a ser constituído por um elemento pessoal/subjectivo ou material/objectivo ⁽⁹⁾.

Tais elementos decorrem de dois relevantes princípios que têm vindo a ser acolhidos na doutrina sobre a fundamentação do poder tributário dos Estados: o princípio da fonte e o princípio da residência ⁽¹⁰⁾.

Ora, a identificação daqueles elementos tem vindo a ser concretizada através da residência e nacionalidade no caso do elemento de conexão pessoal/subjectivo ou, no caso do elemento de conexão material/objectivo pela origem do rendimento ⁽¹¹⁾.

A este respeito refira-se que no decorrer deste estudo serão utilizadas as expressões Estado de residência e Estado da fonte, independentemente da relevância jurídica, do respectivo elemento de conexão, em cada Estado.

Uma vez explorado o âmbito territorial da dupla tributação económica e bem assim as causas da sua existência, cumpre abordar as razões que fundamentam o desenvolvimento de regimes que prevêem a sua atenuação ou eliminação no Direito Fiscal interno e no Direito Fiscal Europeu.

Note-se que a análise proposta, tem o seu âmbito limitado ao Direito Fiscal interno e ao Direito Fiscal Europeu, não por falta de impacto da realidade aqui tratada no âmbito do Direito Fiscal Internacional, mas por se entender que um alargamento do âmbito do presente estudo teria como consequência inerente um menor aprofundamento das questões a cuja análise importa realizar.

Ora, os regimes de atenuação ou eliminação da dupla tributação económica visam dar resposta às consequências negativas para a economia de um Estado, ou de um conjunto de Estados, decorrentes da tributação sucessiva de um mesmo rendimento, à medida que

⁽⁹⁾ Neste sentido cfr. ALBERTO XAVIER, *Direito Tributário internacional*, 2ª edição actualizada Coimbra, Almedina, 2009, pág..226,

⁽¹⁰⁾ Cfr. PAULA ROSADO PEREIRA, *Em torno dos Princípios do Direito Fiscal Internacional*, capítulo 6 da obra colectiva, *Lições de Fiscalidade*, vol. 2, Almedina, pág..216.

⁽¹¹⁾ Neste sentido cfr. ALBERTO XAVIER, *Direito Tributário internacional*, 2ª edição actualizada Coimbra, Almedina, 2009, pág. 226.

percorre uma determinada cadeia de sujeitos até chegar ao beneficiário final do investimento subjacente.

Tal regime é um reflexo do princípio da neutralidade fiscal, segundo o qual, a tributação não deve constituir uma influência decisiva na tomada de decisões de investimento por parte dos sujeitos passivos ⁽¹²⁾.

De facto, a tributação sucessiva dos lucros, pode constituir uma oneração excessiva do factor capital, realidade que pode influenciar, por exemplo, a decisão de distribuição de dividendos ou, sem prejuízo de eventuais regras de subcapitalização ou de limitação de gastos de financiamento, constituir uma desvantagem do financiamento das sociedades por capitais próprios em face das opções de financiamento por capitais alheios.

Neste sentido, tem sido consensual o entendimento de que a dupla tributação económica colide com a ideia que está subjacente ao princípio de neutralidade, constituindo um obstáculo ao desenvolvimento da economia.

Assim, no que respeita ao Direito Fiscal interno, a introdução de um regime desta natureza, representa o reconhecimento daquelas consequências pelo legislador nacional.

Não descurando as motivações *supracitadas*, a análise da conexão do tema com o Direito Fiscal Europeu deverá, do ponto de vista adoptado, ser complementada com uma breve referência aos objectivos económico-sociais inerentes ao processo de integração europeia.

Neste sentido, com vista a realizar os seus objectivos a UE criou uma série de medidas que estabelecem as condições necessárias para o funcionamento de um mercado interno europeu, ao qual se encontram subjacentes, a liberdade de estabelecimento e a livre circulação de capitais, procurando um crescimento económico equilibrado.

⁽¹²⁾ Cfr. ANTÓNIO LOBO XAVIER, ISABEL SANTOS FIDALGO e FRANCISCO MENDES DA SILVA, *O conceito de tributação efectiva no âmbito do regime de eliminação da dupla tributação económica dos lucros distribuídos entre sociedades*, revista *fiscalidade*.

Neste sentido também, PAULA ROSADO PEREIRA, *Em torno dos Princípios do Direito Fiscal Internacional*, capítulo 6 da obra colectiva, *Lições de Fiscalidade* - vol. 2, Almedina, pág. 210.

Acresce que para a concretização daqueles objectivos foi igualmente estabelecido o princípio da não discriminação ⁽¹³⁾ em razão da nacionalidade, o qual limita a competência dos EM em função de “*discriminações ostensivas e evidentes com base na nacionalidade, como, igualmente, formas dissimuladas de discriminação que por aplicação de outros critérios conduzissem ao mesmo resultado*” ⁽¹⁴⁾.

Como refere aquele autor ⁽¹⁵⁾, “*trata-se de um princípio verdadeiramente fundamental na medida em que (...) penetra e rege toda a construção comunitária de tal modo que, sem ele o direito comunitário, as Comunidades Europeias, o Mercado Comum e o seu funcionamento seriam inconcebíveis*”.

Refira-se ainda, em paralelo com o princípio da não discriminação, o princípio da igualdade nas suas duas vertentes: (i) a igualdade dos EM entre si; e (ii) a igualdade entre os agentes económicos.

A primeira vertente deste princípio implica que nenhum EM possa invocar uma situação de privilégio para si ou para os seus cidadãos ou empresas, com excepção das situações expressamente previstas no TFUE, as quais compreendem o período de transição posterior à adesão de um EM à UE e situações nas quais estejam em causa sérias perturbações económicas ou sociais.

Deste modo, à luz do princípio da igualdade, situações comparáveis não devem ser tratadas de forma distinta, a não ser que tal tratamento desigual seja justificado de forma objectiva.

Posto isto, refira-se que a tributação das sociedades no âmbito da UE constitui um dos elementos que deve encontrar-se em harmonia com os princípios acima elencados e que, portanto, não poderá, em princípio, colidir com o exercício das liberdades mencionadas.

⁽¹³⁾ Para o aprofundamento do princípio da não discriminação, relacionado com o tratamento fiscal cfr. tese de doutoramento de SJOERD DOUMA, *Optimization of Tax Sovereignty and Free Movement*, 2011, Universidade de Leiden, orientada pelo Professor PÁG.F. van der Heijden, Países Baixos, pág.111, “*The EU free movement provisions contain three prima facie positions: a prima facie prohibition of discrimination on grounds of cross-border (economic) activity, a prima facie prohibition of discrimination on grounds of the legal form of an establishment, and a prima facie prohibition of obstacles to free movement (a general freedom of action of (economic) actors). The last prima facie position includes the other two*”.

⁽¹⁴⁾ Cfr. JOÃO MANUEL MOTA DE CAMPOS, *Manual de Direito Comunitário*, Fundação Calouste Gulbenkian, 2.^a edição, 2001, pág.265.

⁽¹⁵⁾ *Ibid.*

A implementação de um mercado interno implica a inexistência de quaisquer barreiras, assumindo a fiscalidade um papel fulcral nesse âmbito.

Neste sentido, assume especial relevância a harmonização das políticas fiscais praticadas em cada EM, pois caso contrário subsistirão barreiras que impedirão o funcionamento pleno do mercado interno.

De facto, “*a coexistência de liberdade de circulação de pessoas, serviços e capitais com uma situação de falta de harmonização fiscal entre os EM, no que diz respeito aos respectivos sistemas de tributação das sociedades (...) é susceptível de criar entraves de índole fiscal ou distorções fiscais impeditivas da plena realização (...) pelo facto de tornar desvantajosas, por motivos fiscais, situações como o estabelecimento, a prestação de serviços ou o investimento noutros EM*”⁽¹⁶⁾.

Seguindo a mesma linha de raciocínio, “*a falta de harmonização de tributação das sociedades pode determinar a afectação de recursos e a localização de investimentos dentro da UE em função de critérios predominantemente fiscais (...)*”⁽¹⁷⁾.

Neste contexto, importa notar que apesar dos esforços desenvolvidos tendo em vista a harmonização fiscal no seio da UE, as questões de âmbito fiscal continuam, em particular no que respeita à tributação directa, em face da sua dependência da soberania de cada EM⁽¹⁸⁾.

Como é sabido, a generalidade dos EM da UE adopta o princípio da territorialidade, aplicando como elementos de conexão a residência ou a origem do rendimento.

⁽¹⁶⁾ Cfr. PAULA ROSADO PEREIRA, *A Tributação das sociedades na União Europeia – Entraves Fiscais ao Mercado Interno e estratégias de Actuação Comunitária*, Almedina, 2004, pág.26.

⁽¹⁷⁾ *Ibid.*

⁽¹⁸⁾ Não obstante as conclusões que se podem retirar do ac.do TJUE Schumacker, C-279/93, parágrafo 21.º: “*Embora, no estado actual do direito comunitário, a matéria dos impostos directos não se encontre enquanto tal incluída na esfera de competências da Comunidade, não é menos certo que os Estados-membros devem exercer as competências que detêm respeitando o direito comunitário (n.º o acórdão de 4 de Outubro de 1991, Comissão/Reino Unido, C-246/89, Colect., pág. 1-4585, n.º 12)*”.

Cfr. SJOERD DOUMA, *Optimization of Tax Sovereignty and Free Movement*, 2011, Universidade de Leiden, orientada pelo Professor PÁG.F. van der Heijden, Países Baixos, pág.15; “*Although, as EU law stands at present, direct taxation does not fall within the purview of the Union, the powers retained by the Member States must nevertheless be exercised consistently with EU law. (...) This proposition very clearly reveals the conflict between two areas of legal competence of which the rules are more or less carved in stone*”.

Este facto conduz a que frequentemente surjam situações de dupla tributação internacional, o que se traduz, na linha do antes referido, num “*constrangimento ao exercício das liberdades económicas fundamentais consagradas no tratado, (...) ao desincentivar as empresas de levarem a cabo transacções e investimentos intracomunitários, dificulta a plena integração económica do espaço comunitário e prejudica a existência de um efectivo mercado interno*”⁽¹⁹⁾ ⁽²⁰⁾.

É neste contexto, que surgem entre as liberdades fundamentais que norteiam a UE, a livre circulação de capitais e a liberdade de estabelecimento, das quais decorre a Directiva mães-filhas⁽²¹⁾.

Com efeito, aquela Directiva visa uniformizar o tratamento estabelecido por cada EM aos lucros distribuídos a sociedades residentes no mercado interno, isto é na UE, de forma a criar condições análogas às de um mercado nacional, o qual só poderá funcionar se as regras fiscais aplicáveis em cada EM forem neutras, não influenciando as decisões de investimento.

Deste modo, concretiza-se a proximidade do regime da atenuação ou eliminação da dupla tributação económica ao Direito Fiscal Europeu.

Esta conexão com o Direito Fiscal Europeu, como consequência da crescente abertura das economias e da tendencial organização numa lógica transfronteiriça⁽²²⁾, será ainda abordada no capítulo destinado aos instrumentos jurídicos multilaterais e nacionais para atenuar ou liminar a dupla tributação económica, em especial no subcapítulo da harmonização fiscal na UE.

⁽¹⁹⁾ *Ibid.*

⁽²⁰⁾ “According to Article 3(3) TEU, the Union shall establish an internal market.364 Article 26(2) TFEU states that the internal market shall comprise an area without internal frontiers in which the free movement of goods, persons, services and capital is ensured in accordance with the provisions of the Treaties. The TEU and the TFEU do not contain, however, a general definition of the notion of an internal market. There are a number of possible ways of looking at it”, SJOERD DOUMA, *Optimization of Tax Sovereignty and Free Movement*, 2011, Universidade de Leiden, orientada pelo Professor PÁG.F. van der Heijden, Países Baixos

⁽²¹⁾ Sobre os obstáculos aos objectivos da UE, decorrentes do tratamento fiscal diferenciado cfr. S. NONNENKAMP, *Economic Double Taxation as an obstacle to Cross-Border Investments, Double Taxation within the European Union*, Kluwer Law International, 2011.

⁽²²⁾ Cfr. JOSÉ L. SALDANHA SANCHES, *Manual de Direito Fiscal*, 3ª edição, Coimbra Editora, Coimbra 2007 pág.87.

Capítulo II - Estudo comparado sobre os regimes de eliminação da dupla tributação económica na UE

1. Breve apresentação do estudo realizado

Conforme se deixou referido, em face dos objectivos propostos, entendeu-se oportuno e adequado elaborar um estudo comparado, junto como **Documento n.º 1**, sobre diversos aspectos dos regimes de eliminação da dupla tributação económica previstos nos EM da UE.

Toda a informação que o integra foi recolhida com base na investigação efectuada ao portal International Bureau of Fiscal Documentation (IBFD), a qual, foi posteriormente objecto de confirmação através de contactos directos e individuais com empresas de cada EM e, cuja actividade é a consultoria fiscal.

Com este estudo, teve-se em vista obter um termo de comparação que permitisse não só uma avaliação do nível de competitividade de alguns dos requisitos do regime previstos na lei portuguesa mas, também, explorar o grau de uniformidade com que as recentes alterações ao regime impostas pela UE, estão a ser introduzidas nos regimes adoptados por cada EM. e, como se deixou referido, propiciar uma ferramenta que permita aos interessados nesta temática, conhecer em pormenor as particularidades deste regime em cada jurisdição, as quais, poderão no presente ou numa perspectiva de futuro, constituir uma base de trabalho para uma eventual adequação do regime português.

Ao longo desta exposição, será feita referência, sempre que tal se mostre adequado, aos aspectos que constituíram objecto da análise comparativa efectuada.

Capítulo III – A compatibilidade dos métodos para atenuar ou eliminar a dupla tributação económica com o Direito Fiscal Europeu

1. Métodos para atenuar ou eliminar a dupla tributação económica

Em termos práticos a dupla tributação económica resulta numa tributação sucessiva; num primeiro momento o lucro é tributado na esfera da sociedade que o gerou e distribui e, em sequência, na esfera da sociedade beneficiária da distribuição.

Assim, em âmbito interno, este fenómeno sucede por completo no mesmo território mas, num contexto internacional, o lucro gerado por uma sociedade é tributado num primeiro

momento, no respectivo Estado, designado por Estado da fonte, à qual se segue a sucessiva tributação na esfera da sociedade beneficiária da distribuição, no respectivo Estado de residência.

Neste contexto, foram desenvolvidos métodos para atenuar ou eliminar os efeitos decorrentes daquele fenómeno, entre os quais poderemos destacar o método da isenção, com origem batava *Deelnemingsvrijstelling* ⁽²³⁾ e o método do crédito de imposto, também designado por método de imputação ou *tax credit*, em rigor *avoir fiscal/conduit*, tendo em consideração a sua origem francesa ⁽²⁴⁾.

Ora, o método da isenção assenta no princípio da territorialidade, para o qual relevam, tão só, os rendimentos obtidos de fontes localizadas no seu território. Note-se que este método poderá ainda ser classificado, consoante o *modus operandi*, como método de isenção integral, nos casos em que o rendimento de fonte externa não é considerado para qualquer efeito, ou método de isenção com progressividade quando o rendimento de fonte externa é considerado para efeitos da progressividade da taxa de imposto aplicável aos restantes rendimentos.

Por outro lado, o método do crédito de imposto tem por base o princípio *world wide income* (também designado como princípio da universalidade), o qual conduz a uma extensão extra territorial da lei interna ⁽²⁵⁾, e para o qual relevam não apenas os rendimentos obtidos de fontes localizadas no seu território mas o conjunto de todos os rendimentos auferidos pelo sujeito passivo residente. Note-se que também este método pode ser classificado de acordo com o seu funcionamento, podendo operar de forma integral, caso o Estado de residência deduz a colecta o montante total do imposto pago no estrangeiro, ou de forma ordinária,

⁽²³⁾ Cfr. GUSTAVO LOPES COURINHA, *Estudos de Direito Internacional Fiscal*, pág.302, AAFDL Editora, 2015.

⁽²⁴⁾ Para além destes dois métodos clássicos, existem outras modalidades que são mais utilizadas pelos países exportadores de capitais favorecedores do investimento nos países em vias de desenvolvimento, designadamente: o crédito por investimento, o *flat rate* e o método da provisão por investimento. Cfr. ALBERTO XAVIER, *Direito Tributário Internacional*, Coimbra, Livraria Almedina, 2014.

Para um maior aprofundamento das origens do método do crédito de imposto cfr. o ac. do TJUE *Avoir Fiscal*.

⁽²⁵⁾ Neste sentido cfr. ALBERTO XAVIER, *Direito Tributário internacional*, pág.231, 2ª edição actualizada Coimbra, Almedina, 2009.

caso o Estado de residência imponha um limite à fracção do seu próprio imposto correspondente aos rendimentos provenientes do Estado fonte.

Em face do exposto, naturalmente de depreenderá, que muito embora os métodos expostos visem o mesmo objectivo (limitação da competência do Estado de residência), a verdade é que os respectivos mecanismos são bastante díspares.

A problemática presente nas seguintes reflexões reside na equivalência, ou não, dos métodos descritos e bem assim numa tentativa de demonstrar o impacto que a opção por um ou outro método pode gerar.

Neste contexto, refira-se que grande parte da doutrina defende que a função de atenuar ou eliminar a dupla tributação cabe ao Estado de residência uma vez que é precisamente o princípio *world wide income* que provoca a dupla tributação ⁽²⁶⁾.

Posto isto, no contexto da adopção, por um Estado, de um método específico para atenuar ou eliminar a dupla tributação económica internacional, Giulia Gallo observa que podem ocorrer questões relacionadas com os princípios consagrados nas respectivas constituições nacionais ⁽²⁷⁾.

Em termos gerais, o método da isenção poderá colidir com o princípio da igualdade e da capacidade contributiva. Comparemos para este propósito o caso de um sujeito passivo residente beneficiário de um rendimento (de fonte externa) isento, com os demais sujeitos passivos residentes que obtenham tão só rendimentos de fontes internas.

Por outro lado o método do crédito, muito embora possibilite um tratamento igual para todos os sujeitos passivos residentes, independentemente da fonte do rendimento ser interna ou externa, originará situações de dedução parcial quando o imposto pago no estrangeiro for superior ao que o Estado da residência prevê e seja utilizado o método de imputação de crédito na sua vertente ordinária. Neste caso, a dedução terá como limite o mais baixo dos impostos *sub judice*.

⁽²⁶⁾ Cfr. GIULIA GALLO, *Equivalence of a dividend exemption and na underlying tax credit, in Non-Discrimination in European and Tax treaty Law*, pág.197, Linde, Wien, 2015.

⁽²⁷⁾ *Ibid.*

Acresce que enquanto o método da isenção é, geralmente, mais simples de operar, o método do crédito envolve uma acrescida complexidade prática tanto para o sujeito passivo como para as autoridades tributárias do Estado que o aplique.

Neste sentido, recorde-se o complexo método do crédito de imposto subjacente que vigorou no Reino Unido ⁽²⁸⁾.

Ora, ainda que a sua complexidade possa não ter sido o factor decisivo para o abandono desse método pelo Reino Unido, a verdade é que o seu funcionamento depende de um procedimento bastante difícil ⁽²⁹⁾, na medida em que a sua aplicação deveria ser feita na extensão da cadeia de participações, independentemente do número de subsidiárias. Com efeito se o lucro fosse gerado na última subsidiária, o contribuinte, e bem assim a autoridade tributária aquando do controlo, deveriam verificar todos os níveis de distribuição dos lucros.

Por outro lado, ao método do crédito de imposto não está inerente o grau de permeabilidade presente no método da isenção relativamente a situações de dupla não tributação, uma vez que a dedução é efectuada estrita medida e até ao limite do imposto pago pela sociedade que distribuiu o lucro. De facto, nada se poderá deduzir caso não se tenha verificado a tributação dos lucros distribuídos.

Neste cenário, compreende-se que a adopção de um método desta natureza não reside, tão só, numa opção de política fiscal e de interesses conjunturais mas, decorre de uma ponderação de variados factores económicos, de procedimento e de coesão do respectivo sistema fiscal.

De todo este processo, o resultado pode ainda ser a adopção de sistemas mistos, aplicando-se o método da isenção para algumas situações e o método de crédito para outras ou sistemas híbridos, isto é sistemas assentes num método ou no outro mas dotados de características comuns a ambos os métodos ⁽³⁰⁾.

⁽²⁸⁾ O designado *underlying tax relief*.

⁽²⁹⁾ Para aprofundar esta matéria cfr. o ac. do TJUE *Haribo Lakritz gegen Hans Riegel*, com o n.º de processo 436/08.

⁽³⁰⁾ *Ibid.*

Posto este breve enquadramento conceitual e axiológico, cumpre analisar algumas particularidades relativas à compatibilidade da aplicação daqueles métodos com o Direito Fiscal Europeu.

A este respeito refira-se que a Directiva mães-filhas concede alguma discricionariedade aos EM para optarem entre os métodos descritos ⁽³¹⁾.

Assim, tendo os Estado a possibilidade de optar pelos métodos descritos, a questão que se coloca prende-se com a equivalência entre os dois, caso um Estado opte por aplicar os dois métodos consoante a situação, isto é adopte um sistema misto.

Note-se que a necessidade de equivalência neste âmbito, decorre, a título de exemplo, do pressuposto de que um tratamento desfavorável relativamente aos dividendos recebidos de fontes externas quando comparado com o tratamento concedido aos dividendos recebidos de fontes internas constitui uma medida discriminatória, passível de desencorajar o investimento noutros EM e portanto contrária à liberdade de estabelecimento e à livre circulação de capitais.

Com o objectivo de aprofundar o tema da equivalência entre os métodos de atenuação ou eliminação da dupla tributação económica internacional foi seleccionado o ac. do TJUE, *Test Claimants in the FII Group Litigation II*, processo C-35/11, cujo pedido foi apresentado no âmbito da aplicação do ac. *Test Claimants in the FII Group Litigation*, processo C-446/04, visando obter esclarecimentos relativos a diversos números constantes deste último.

Neste contexto, tendo em consideração a proximidade entre as duas decisões, foi feita também uma breve análise ao ac. precedente.

Note-se, porém, que a análise aos casos seleccionados será limitada às questões relativas à problemática da equivalência entre os dois métodos previstos no artigo 4.º da Directiva mães-filhas, não obstante as respectivas decisões possam contribuir para o estudo de outras questões relativas à discriminação, além da *supracitada* equivalência.

⁽³¹⁾ Artigo 4.º da Directiva mães-filhas. Note-se que inicialmente a proposta de Directiva previa apenas o método da isenção, no entanto a pressão de alguns Estados que não pretendiam abandonar método do crédito pode ter levado à introdução também deste método.

1.1 O Acórdão *Test Claimants in the FII Group Litigation* ⁽³²⁾⁽³³⁾

Entre as questões colocadas ao TJUE, foi solicitado esclarecimento sobre a compatibilidade com o Direito Fiscal Europeu do sistema de atenuação ou eliminação da dupla tributação económica ao nível de sociedades residentes, adoptado pelo Reino Unido.

De acordo com a legislação *sub judice*, aos dividendos provenientes de fonte interna era aplicado o método da isenção, encontrando-se por isso aqueles dividendos isentos de imposto sobre as sociedades, por outro lado os dividendos provenientes de fonte externa estavam sujeitos a tributação na esfera da sociedade residente beneficiária, muito embora pudesse beneficiar de um crédito de imposto.

O referido método do crédito consistia num crédito directo sobre o imposto suportado a título de retenção na fonte, aquando da distribuição dos dividendos, e caso a sociedade residente participasse directa ou indirecta em, pelo menos, 10% do capital social (ou detivesse igual percentagem dos direitos de voto), da sociedade não residente que procedeu à distribuição de dividendos, num crédito de imposto subjacente pelos impostos estrangeiros pagos por esta última, até ao montante do imposto sobre as sociedades devido pela sociedade residente relativamente aos dividendos recebidos.

As requerentes eram, no caso em apreço, sociedades residentes no Reino Unido, que detinham participações em subsidiárias residentes noutros EM e em Estados terceiros, pretendendo uma compensação relativa ao imposto sobre as sociedades pago relativamente aos dividendos recebidos daquelas fontes estrangeiras.

Neste sentido, as requerentes argumentaram que a legislação do Reino Unido era contrária ao Direito Fiscal Europeu na medida em que desencorajava as sociedades residentes de investirem em sociedades residentes noutros EM.

Em concreto, as requerentes argumentaram que o tratamento discriminatório decorria do facto de os proveitos de uma sociedade residente que distribua dividendos são sujeitos a

⁽³²⁾ A expressão *franked investment income* (FII) é a designação atribuída no Reino Unido aos dividendos recebidos por uma sociedade limitada. A expressão *Group Litigation Order* (GLO) é a designação atribuída à possibilidade processual de analisar no mesmo processo, pedidos distintos sobre a mesma problemática.

⁽³³⁾ Parágrafos decisivos para o tema em análise: parágrafos 43 e 54 a 57 do ac..

uma taxa de imposto efectiva inferior à taxa interna nominal de imposto, devido a isenções relativas a imposto sobre as sociedades e benefícios fiscais, sendo o método de isenção adoptado para os rendimentos provenientes de fontes internas mais vantajoso para as sociedades accionistas residentes.

Note-se que no caso dos dividendos distribuídos por uma sociedade residente os benefícios de uma tributação reduzida na esfera da sociedade que gerou o lucro mantinham-se, ou faziam-se sentir, aquando da recepção dos dividendos pelas sociedades accionistas. Por outro lado no caso dos dividendos provenientes de fontes externas tais benefícios seriam anulados com a aplicação do método do crédito de imposto.

A lógica da argumentação utilizada, assenta no facto de uma taxa efectiva de imposto inferior sobre os lucros da entidade não residente que distribui os dividendos, envolveria um montante inferior de imposto pago no estrangeiro a creditar ao imposto sobre as sociedades, considerando a taxa nominal deste último.

Em face do exposto, o Governo do Reino Unido argumentou no sentido da equivalência dos métodos utilizados considerando que apenas em circunstâncias excepcionais uma entidade residente e a sua subsidiária, também residente, estariam sujeitas a níveis de tributação diferentes ⁽³⁴⁾.

Mas, o TJUE foi mais longe ao declarar que a concessão de uma isenção total aos dividendos de portfólio recebidos por uma sociedade residente quando provenientes de fontes internas, sem que fosse previsto um qualquer método de atenuação da dupla tributação económica, para dividendos com as mesmas características provenientes de fontes externas, constituiria uma medida passível de restringir a livre circulação de capitais.

⁽³⁴⁾ Em face do exposto o Advogado Geral (Geelhoed) defendeu a não compatibilidade da legislação do Reino Unido com o Direito Fiscal Europeu, tanto no que respeitava às participações de portfólio como a nível das participações “*non-portfolio*”. De acordo com as suas conclusões, em princípio os métodos seriam equivalentes, não obstante em face dos argumentos salientados pelas requerentes a aplicação dos métodos conforme descrita no processo (método da isenção pura para os dividendos de fonte interna e método de crédito subjacente para os dividendos de fonte externa) poderia, de facto, dar origem a um tratamento discriminatório, desfavorecendo os accionistas que recebam dividendos de sociedades não residentes, uma vez que a carga de imposto a que está sujeito o accionista residente será sempre até à taxa nominal interna.

Não obstante, no que respeita aos dividendos *non portfolio* a conclusão do TJUE foi a de considerar os métodos equivalentes, caso os dividendos de fonte externa não fossem sujeitos a imposto sobre as sociedades na esfera do accionista residente a uma taxa superior à aplicável aos dividendos de fonte interna e o crédito concedido fosse, pelo menos, equivalente ao montante de imposto suportado pela sociedade que distribuiu os dividendos no respectivo EM, até ao limite do imposto devido pelo accionista residente sobre os mesmos dividendos.

Com efeito, o TJUE acabou por deixar para o tribunal nacional a concretização prática da equivalência entre os métodos supracitados, nos seguintes termos:

De acordo com o parágrafo n.º 56 do ac. em análise, deverá ser o tribunal nacional a determinar se as taxas de imposto são de facto iguais e se na sequência do argumento utilizado pelo Governo do Reino Unido as situações de aplicação de diferentes níveis de tributação ocorrem, tão só, em circunstâncias excepcionais como resultado de alterações à base tributável decorrentes de reduções específicas.

Em face do exposto, e conforme se depreenderá do próximo subcapítulo, após a leitura do pedido inicial que está na base do ac. *Test Claimants in the FII Group Litigation II*, teria sido pertinente o desenvolvimento, pelo TJUE, dos conceitos utilizados na construção desta conclusão (em particular os conceitos referidos no parágrafo n.º 56 do ac. em análise), designadamente os conceitos de taxa nominal de imposto e taxa efectiva de imposto bem como da expressão diferentes níveis de tributação ⁽³⁵⁾.

⁽³⁵⁾ Neste sentido cfr. GIULIA GALLO, *Equivalence of a dividend exemption and underlying tax credit, in Non-Discrimination in European and Tax treaty Law*, Linde, Wien, 2015, - sobre os desenvolvimentos do caso em análise. Segundo a autora o juiz do tribunal nacional chegou à conclusão de que a resposta à questão da compatibilidade conforme exposta dependia da interpretação atribuída ao parágrafo n.º 56 do ac., tendo aqueles conceitos sido debatidos à exaustão. Neste contexto o tribunal nacional chegou à conclusão de que o TJUE pretendeu deixar para o seu âmbito a determinação da igualdade das taxas nominais aplicáveis aos dividendos de fonte interna e aos dividendos de fonte externa bem como a frequência de situações de diferentes níveis de tributação.

Deste modo, tendo reparado que o TJUE concordou com as conclusões do advogado geral, mas depreendido que o TJUE não se pronunciou em concreto e com exactidão sobre o contra argumento apresentado pelo Governo do Reino Unido, o juiz do tribunal nacional concluiu que mesmo que as taxas nominais sejam iguais, a legislação em vigor não é compatível com o Direito Fiscal da União Europeia na medida em que é frequente que as sociedades residentes no Reino Unido paguem imposto a uma taxa efectiva inferior à taxa nominal como resultado de benefícios que reduzem a base tributável.

1.2 O acórdão *Test Claimants in the FII Group Litigation II*

No que respeita à problemática da equivalência entre o método da isenção e o método do crédito conforme previstos na legislação do Reino Unido, o tribunal nacional procurou com o pedido que está na base do ac. em epígrafe, obter esclarecimentos relativamente ao parágrafo n.º 56 do ac. *Test Claimants in the FII Group Litigation*, designadamente, quanto à questão de saber se os conceitos de taxas de imposto e diferentes níveis de tributação (constantes naquele parágrafo) se referem a (i) taxas de imposto estatutárias ou nominais; ou (ii) taxas efectivas de imposto pago, bem como, taxas estatutárias e nominais de imposto; ou (iii) outras realidades, e neste último esclarecimento sobre qual o sentido a atribuir àqueles conceitos.

Ora, de acordo com o entendimento do TJUE, a legislação em análise não seria compatível com o Direito Fiscal Europeu, pois ainda que o crédito de imposto concedido ao accionista residente fosse equivalente ao montante do imposto efectivamente pago pela sociedade não residente que procedeu à distribuição dos dividendos, o nível de tributação efectivo sobre os lucros das sociedades residentes era frequentemente inferior ao que resulta da aplicação da taxa nominal de imposto.

Sem prejuízo, o TJUE veio esclarecer que a equivalência entre os métodos utilizados pode estar comprometida quando:

- (i) *Uma sociedade residente, que distribui os dividendos, sujeita a uma taxa de tributação inferior à taxa de tributação nominal a que está sujeita a sociedade residente que recebe os referidos dividendos, a isenção fiscal desta última sociedade relativamente aos dividendos de origem nacional dará origem a uma tributação dos lucros distribuídos inferior à que resulta da aplicação do método da imputação aos dividendos de origem estrangeira recebidos pela mesma sociedade residente, mas desta vez de uma sociedade não residente também sujeita a uma tributação reduzida dos seus lucros, nomeadamente, em virtude de uma taxa de tributação nominal mais baixa.*

Neste caso, da aplicação do método da isenção resultará uma tributação dos lucros de fonte interna distribuídos a uma taxa nominal inferior aplicável à sociedade que procede à distribuição, enquanto da aplicação do método de crédito aos dividendos de fonte externa

resultará uma tributação, dos lucros distribuídos à taxa de tributação nominal, superior aplicável ao accionista residente.

- (ii) *Em segundo lugar, a equivalência entre a isenção fiscal dos dividendos distribuídos por uma sociedade residente e a aplicação de um método de imputação aos dividendos distribuídos por uma sociedade não residente que, à semelhança do previsto na legislação em causa no processo principal, tenha em conta o nível de tributação efetivo dos lucros no Estado de origem fica igualmente prejudicada no caso de os lucros da sociedade residente, que distribui os dividendos, estarem sujeitos, no Estado-Membro de residência, a um nível de tributação efetivo inferior à taxa de tributação nominal aplicável nesse Estado.*

Por conseguinte, da aplicação do método da isenção aos dividendos de fonte interna não resultará qualquer responsabilidade fiscal por parte da sociedade residente beneficiária dos dividendos, independentemente do nível de tributação efetivo a que os lucros subjacentes se encontram sujeitos. Por outro lado, da aplicação do método do crédito aos dividendos de fonte externa resultará que a sociedade beneficiária residente incorra numa responsabilidade adicional caso o nível de tributação efetivo a que estão sujeitos os lucros subjacentes não atinja a taxa de tributação nominal a que estão sujeitos os lucros da sociedade residente beneficiária.

Neste sentido, enquanto o método de isenção permite transmitir para a sociedade accionista eventuais benefícios concedidos à sociedade que distribuiu os dividendos, o mesmo não acontece no caso da aplicação do método de crédito.

Ora, no que concerne aos termos *sub judice*, taxas de imposto referem-se a taxas de imposto nominais, enquanto o termo diferentes níveis de tributação referem-se a níveis de tributação efetivos ⁽³⁶⁾.

Neste contexto, e conforme a conclusão do TJUE previamente referida, foi reconhecido na sequência do processo anterior que o tribunal nacional aferiu que é frequente as sociedades residentes estarem sujeitas a um nível efetivo de tributação inferior ao previsto caso a taxa nominal seja aplicável, por conseguinte a legislação em vigor no Reino Unido não concedia

⁽³⁶⁾ Cfr. parágrafo n.º 49 do ac. Test Claimants in the FII Group Litigation II.

um tratamento equivalente entre os dividendos de fonte interna e de fonte externa, podendo constituir uma restrição à liberdade de estabelecimento e à livre circulação de capitais.

Não obstante, em face desta conclusão, procurou-se perceber se existiria alguma justificação para o tratamento diferenciado, concluindo-se a este respeito que tal restrição era fundamentada com base na coesão do sistema fiscal nacional ⁽³⁷⁾ ⁽³⁸⁾.

A este respeito atente-se as conclusões do advogado-geral Pöiäres Maduro, apresentadas no âmbito do ac. Marks & Spencer, quando correctamente assinala que “*o respeito da coerência do sistema fiscal nacional visa proteger a integridade deste sistema, cuja organização é da competência dos Estados Membros, desde que não afectem o mercado interno para além do que é necessário*” ⁽³⁹⁾.

No entanto note-se que a coesão como fundamento de uma restrição implica um nexo directo entre a vantagem fiscal concedida e a compensação dessa vantagem através da cobrança de determinado imposto ⁽⁴⁰⁾.

⁽³⁷⁾ Note-se como aponta a Professora ANA PAULA DOURADO, a designação que tem resultado da tradução em português – coerência, *Lições de Direito Fiscal Europeu, Tributação Directa*, 1ª edição, Wolters Kluwer, Coimbra, Coimbra editora, 2010.

⁽³⁸⁾ Para aprofundamento da jurisprudência relativa ao princípio da coesão e das realidades interligadas (teste de consistência, discriminação vs. acesso ao mercado) cfr. ANA PAULA DOURADO, *Lições de Direito Fiscal Europeu Tributação Directa*, pág.74, 1ª edição, Wolters Kluwer, Coimbra, Coimbra editora, 2010. – “O Tribunal de Justiça já admitiu que a necessidade de preservar a coerência de um sistema fiscal pode justificar uma restrição ao exercício das liberdades de circulação garantidas pelo Tratado (acórdãos de 28 de janeiro de 1992, *Bachmann*, C-204/90, Colet., pág. I-249, n.º 21; de 7 de setembro de 2004, *Manninen*, C-319/02, Colet., pág. I-7477, n.º 42; de 23 de outubro de 2008, *Krankenheim Ruhesitz am Wannsee-Seniorenheimstatt*, C-157/07, Colet., pág. I-8061, n.º 43; e *Comissão/Bélgica*, já referido, n.º 70)”.

⁽³⁹⁾ Conclusões de 7 de Abril de 2005 no processo Marks & Spencer, parágrafo 55;

Cfr. ainda as conclusões da advogada-geral Juliana Kokott apresentadas em 12 de Setembro de 2006 no âmbito do ac. C-231/05, *Korkein hallinto-oikeus* parágrafo 35.

⁽⁴⁰⁾ Neste sentido note-se que tem sido defendida como condição dessa excepção a demonstração da existência de um nexo directo entre a vantagem fiscal em causa e a compensação dessa vantagem através da cobrança de determinado imposto conforme decorre do corpo do ac. em análise (e do ac. *Comissão/Bélgica*, já referido, n.º 71 e jurisprudência referida), devendo o carácter directo deste nexo ser apreciado à luz do objectivo prosseguido pela legislação em causa (acórdãos de 27 de novembro de 2008, *Papillon*, C-418/07, Colet., pág. I-8947, n.º 44; e de 18 de junho de 2009, *Aberdeen Property Fininvest Alpha*, C-303/07, Colet., pág. I-5145, n.º 72).

Neste contexto o TJUE reconheceu um nexo directo entre o crédito de imposto subjacente concedido aos dividendos de fonte externa e o imposto estrangeiro pago relativamente aos lucros subjacentes (cf. parágrafo n.º 59).

A este respeito, atente-se o facto de o imposto ter sido pago por dois sujeitos passivos distintos, em dois estados igualmente distintos, parece ter passado despercebido na construção da conclusão do TJUE ⁽⁴¹⁾ ⁽⁴²⁾.

Neste quadro, tendo a discussão passado para o tema da proporcionalidade, o TJUE concluiu no parágrafo n.º 62 do ac. em análise, que não seria essencial considerar o nível de tributação efectivo no cálculo do crédito de imposto subjacente, sendo a desvantagem decorrente deste método menos significativa se o cálculo fosse efectuado com base na taxa nominal de imposto ⁽⁴³⁾.

Assim, ainda que da aplicação do método do crédito, sendo o respectivo cálculo feito com base na taxa de tributação nominal a que estão sujeitos os lucros subjacentes, resultasse um tratamento menos favorável dos dividendos de origem externa, o mesmo seria considerado decorrente da existência de normas distintas relativas à determinação da matéria colectável para efeitos do imposto sobre as sociedades dos EM, e portanto decorrentes do exercício em paralelo, por diferentes EM da sua soberania fiscal e, e por conseguinte, a diferença de tratamento seria compatível com o Direito Fiscal Europeu ⁽⁴⁴⁾.

Em face do exposto, a aplicação do método de isenção a dividendos de fonte interna e a aplicação do método do crédito de imposto subjacente a dividendos de fonte externa, pode ser considerada equivalente e por conseguinte compatível com o Direito Fiscal Europeu se o cálculo do montante do crédito de imposto subjacente tiver como referência a taxa

⁽⁴¹⁾ Neste sentido também argumenta o autor PHILIP BAKER, *M.Lang/P.ÁG.Pistone/J.Schuch/C.Staringer/A.Storck (eds.) ecj- Recent Developments in Direct Taxation*, 2012, pág.242.

⁽⁴²⁾ Neste sentido também aponta a autora GIULIA GALLO, *Equivalence of a dividend exemption and na underlying tax credit, in Non-Discrimination in European and Tax treaty Law*, Linde, Wien, 2015, pág.211.

⁽⁴³⁾ O tribunal apoia a sua fundamentação no ac. *Haribo Lakritzgen Hans Riegel e Österreichische Salinen*, não obstante como, também, observa PHILIP BAKER poderão colocar-se dúvidas quanto a esta remissão em “*M.Lang/P.ÁG.Pistone/J.Schuch/C.Staringer/A.Storck (eds.) ecj- Recent Developments in Direct Taxation*” 2012, pág.242.

⁽⁴⁴⁾ Cfr. os ac.s *Kerckhaert e Morres*, parágrafo n.º 20, de 15 de abril de 2010, CIBA, C-96/08.

nominal do estado fonte, e não o imposto efectivamente pago, aproximando-se portanto do modelo do crédito fictício ou *tax sparing credit* ⁽⁴⁵⁾.

Deste modo, terão ficado por esclarecer algumas questões, tais como a forma de cálculo do montante creditável e a definição de taxa de tributação nominal a que estão sujeitos os lucros subjacentes aos dividendos distribuídos ⁽⁴⁶⁾.

Tendo o caso regressado ao tribunal nacional, concluiu-se pela concessão de um crédito de imposto subjacente no maior montante de: (i) imposto calculado à taxa nominal no estado fonte sobre o montante bruto dos dividendos; ou (ii) o imposto efectivamente pago no estado fonte relativo aos dividendos, até ao limite do que seria devido se fosse aplicada a taxa nominal aplicável no Reino Unido ⁽⁴⁷⁾.

Assim, uma vez descritos os métodos de atenuação ou eliminação previstos na Directiva mães-filhas, enquadrada a problemática da equivalência entre aqueles métodos e analisado(s) o(s) ac.(s) seleccionado(s), cumpre assinalar algumas das ilações retiradas.

A adopção de um método de atenuação ou eliminação da dupla tributação económica, ainda que, para os movimentos entre os EM, esteja limitada à discricionariedade dada pelo artigo 4.º da Directiva mãe-filhas, isto é ao método do crédito e ao método da isenção, não reside apenas, conforme referido anteriormente, numa opção de política fiscal conjuntural mas, decorre de uma ponderação de variados factores económicos, de procedimento, de coesão do respectivo sistema fiscal e agora sim, de compatibilidade com o Direito Fiscal Europeu.

Pese embora todo o exposto, parece ainda não existir um critério uniforme para a avaliação dessa compatibilidade, isto porque o próprio TJUE tende a oscilar aquando da análise de determinadas questões das quais depende aquela avaliação de compatibilidade.

⁽⁴⁵⁾ Neste sentido cfr. PHILIP BAKER, M.Lang/P.Á.G.Pistone/J.Schuch/C.Staringer/A.Storck (eds.) *ecj- Recent Developments in Direct Taxation* 2012, P242. e GIULIA GALLO, *Equivalence of a dividend exemption and na underlying tax credit, in Non-Discrimination in European and Tax treaty Law*, Linde, Wien, 2015, pág.211.

⁽⁴⁶⁾ Cfr. GIULIA GALLO em, *Equivalence of a dividend exemption and na underlying tax credit, in Non-Discrimination in European and Tax treaty Law*, Linde, Wien, 2015, pág.212.

⁽⁴⁷⁾ *Ibid.*.

Saliente-se a este respeito a observação da Professora Ana Paula Dourado, quando refere que “o Tribunal parece oscilar (...) entre uma concepção formal de não discriminação, independentemente dos resultados atingidos (e há diversos exemplos de situações fiscais distintas, nesse sentido – *Saint Gobain, van Hilten, Kerckhaert e Morres*, e também o Tribunal EFTA em *Seabrokers*) e uma concepção em que atende ao resultado – à discriminação enquanto resultado desvantajoso para o sujeito passivo (*Manninen, Marks & Spencer, ACT Group Litigation*, parcialmente, *FII Group Litigation*)”⁽⁴⁸⁾.

Acresce referir que, tal como se verificou na análise aos ac.s seleccionados, a repartição de competências numa base mista, isto é adoptando os dois métodos consoante a situação, não leva *de per se*, a um tratamento desigual, passível de ser considerado restritivo da liberdade de estabelecimento ou da livre circulação de capitais⁽⁴⁹⁾.

Os factores que originam, a montante, tais desigualdades, quer directamente, quer pelo seu impacto nas etapas de determinação do lucro tributável (tal como no caso analisado), são precisamente a falta de harmonização entre os EM, nomeadamente por não haver um nível de tributação mínimo⁽⁵⁰⁾.

Saliente-se que quando se refere um nível de tributação mínimo, não significa apenas uma taxa nominal idêntica, mas uma tributação efectiva. A este respeito atente-se nas diferenças de tributação com que se deparou o TJUE no caso previamente analisado⁽⁵¹⁾.

Refira-se ainda, que as decisões do TJUE podem ainda ser orientadas consoante a análise seja feita sob a perspectiva do princípio da coesão (presente no ac. analisado), pelo teste da

⁽⁴⁸⁾ Cfr. ANA PAULA DOURADO, *Lições de Direito Fiscal Europeu, Tributação Directa*, 1ª edição, Wolters Kluwer, Coimbra, Coimbra editora, 2010.

⁽⁴⁹⁾ Note-se aliás a dimensão do conceito de discriminação quando abrange situações tão díspares, como a necessidade de eliminar a dupla tributação e a sua não exigência (ac. Manninen C-319/02 e ac. Kerckhaert e Morres C-513/04).

⁽⁵⁰⁾ Cfr. ANA PAULA DOURADO, *Lições de Direito Fiscal Europeu, Tributação Directa*, 1ª edição, Wolters Kluwer, Coimbra, Coimbra editora, 2010.

⁽⁵¹⁾ De facto, após a aplicação da taxa nominal existem uma série de medidas previstas pelos Estados que permitem reduzir o nível de tributação. Naturalmente, se por um lado poderemos estar perante benefícios fiscais que visam fins extrafiscais legítimos, por outro lado poderemos estar perante medidas cujo único objectivo é a atracção do investimento, as quais, segundo o meu ponto de vista, poderão ser igualmente legítimas, isto é benéficas, ou prejudiciais consoante os objectivos concretos e o modo como opera.

consistência interna ou pelas distinções entre discriminação e restrição de acesso ao mercado ⁽⁵²⁾.

Em todo o caso, e numa tentativa de contribuir para percepção do que poderá ser o futuro, pelo menos numa perspectiva de curto e médio prazo, parece ser uma tendência, os EM adoptarem o método de isenção, não obstante a faculdade conferida no artigo 4.º da Directiva mães-filhas. É que muito embora o método do crédito tenha mérito, e rigor teórico, a vida prática demonstra que a forma de operar envolve uma extrema complexidade, a qual pode levar a desvantagens que determinam o seu abandono ou não adopção.

De facto, conforme se deixou referido, da análise do ac. em apreço decorre que o funcionamento daquele método depende de um procedimento excessivamente complexo ⁽⁵³⁾.

Aliás, as próprias declarações do TJUE sobre o método do crédito no ac. *Manninen*, apontam, ainda que indirectamente, grandes desvantagens ⁽⁵⁴⁾.

Neste sentido, e à semelhança do ac. analisado, importa ter presente que, se por um lado o TJUE reconduz a discussão ao âmbito da proporcionalidade e da adopção de um método do crédito com base na taxa nominal do Estado fonte, a verdade é que na conjuntura fiscal actual na UE, será bastante improvável que um Estado adopte o método nestes termos, pois como a experiência não deixa de demonstrar, a tributação efectiva nem sempre corresponde à aplicação de uma taxa de imposto nominal.

Com efeito, Philip Baker refere que o método de isenção é o único sistema, actualmente, com utilidade e compatível com o Direito Fiscal Europeu relativamente à eliminação da dupla tributação económica ⁽⁵⁵⁾. Como observa aquele autor, os dois métodos visam claramente diferentes resultados. Se por um lado o método de crédito visa a neutralidade na

⁽⁵²⁾ Cfr. ANA PAULA DOURADO, *Lições de Direito Fiscal Europeu, Tributação Directa*, 1ª edição, Wolters Kluwer, Coimbra, Coimbra editora, 2010.pág.74.

⁽⁵³⁾ Cfr. o ac. do TJUE *Haribo Lakritzten Hans Riegel*, com o n.º de processo 436/08.

⁽⁵⁴⁾ Neste sentido PHILIP BAKER, *M.Lang/PÁG.Pistone/J.Schuch/C.Staringer/A.Storck (eds.) ecj- Recent Developments in Direct Taxation*, 2012. P243.

⁽⁵⁵⁾ *Ibid.*

exportação de capitais, o método de isenção tem como efeito a neutralidade na importação de capitais. Ora, a tendência na UE é precisamente uma política de neutralidade na importação de capitais, através do investimento estrangeiro em subsidiárias, da qual se esperam benefícios a longo prazo.

Assim, muito embora o artigo 4.º da Directiva mães-filhas continue a conceder uma margem de discricionariedade aos EM aquando da adopção do método de atenuação ou eliminação da dupla tributação económica, no meu ponto de vista, em face das respectivas implicações práticas e de planeamento Europeu, a tendência é a da adopção do método da isenção.

Por último, importa ter presente que, de acordo com o *Estudo comparado sobre os regimes de eliminação da dupla tributação económica na UE*, junto como **Documento n.º 1**, dos 28 EM apenas a Irlanda parece aplicar um sistema misto. Nesta jurisdição, na tributação à entrada, é aplicado o método da isenção se os dividendos tiverem origem interna e, o método do crédito de imposto, caso os dividendos tenham a sua origem em fonte externa (*inbound dividends*).

Neste âmbito, importa salientar que, em linha com as observações feitas a propósito do ac. do TJUE analisado, a utilização de um método misto não implica *de per se*, uma incompatibilidade com o Direito Fiscal Europeu.

Capítulo III – Instrumentos jurídicos multilaterais e nacionais para atenuar ou eliminar a dupla tributação económica

1. A harmonização fiscal na UE

Em face do âmbito delineado para o presente estudo e, e na sequência do referido sobre a proximidade entre o Direito Fiscal Europeu e os regimes de atenuação ou eliminação da dupla tributação económica nos EM, importa concretizar o tema da harmonização fiscal, analisando os instrumentos para o efeito utilizados pela UE e pelos EM.

A harmonização fiscal nunca terá sido considerada como um fim em si mesmo, muito embora tenha uma importância fulcral no âmbito do bom funcionamento do pretendido mercado interno.

A procura de harmonização fiscal assenta num processo gradual de aproximação dos sistemas tributários dos vários EM, mediante a atenuação ou eliminação de distorções fiscais que constituam um obstáculo às liberdades fundamentais.

No que respeita aos meios, ou formas de procurar harmonizar os sistemas fiscais dos EM, alguma doutrina tem considerado duas modalidades: (i) *através de uma “(...) harmonização jurídica, quando levada a cabo por instrumentos jurídicos (...)”* (v.g., regulamentos, directivas, recomendações, decisões ou convenções, decisões do Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias) e, por outro, (ii) *através de uma “(...) harmonização política, quando levada a cabo por instrumentos políticos (...)”* (v.g., códigos de conduta) ⁽⁵⁶⁾.

Importa salientar a este respeito que muito embora o TFUE não consagre um princípio dedicado à harmonização em concreto, no caso da tributação directa dos EM, tal não significa que não possa ser subentendida de outras disposições de âmbito geral.

Esta harmonia tem sido procurada em grande parte através de directivas ⁽⁵⁷⁾, as quais, saliente-se, vinculam quanto ao resultado a alcançar, muito embora deixem aos EM alguma discricionariedade relativamente à forma e aos meios a utilizar.

Exemplo disso é precisamente a Directiva mães-filhas, a qual, sendo um instrumento fulcral no âmbito do tema deste estudo será, nesta sede, objecto de adequada análise.

Regista-se que, pese embora o elevado número de estudos e relatórios que veiculam contributos possíveis para a harmonização da tributação directa entre os EM, a verdade é que os avanços registados nesta área têm vindo a revelar-se bastante modestos.

Como observa José Casalta Nabais relativamente às causas desse modesto avanço, o facto de os Estados terem aberto mão da sua política monetária e cambial, pode ter levado a um refúgio no âmbito da soberania fiscal que lhes resta, mantendo a regra da unanimidade na

⁽⁵⁶⁾ Cfr. JOSÉ CASALTA NABAIS, *Direito Fiscal*, 4ª edição, Coimbra, Almedina, 2006 pág.188.

⁽⁵⁷⁾ A harmonização fiscal na UE tem sido procurada igualmente através de jurisprudência, não obstante, tendo em consideração o tema do estudo aprofundaremos a Directiva mães-filhas.

adopção de medidas fiscais e sendo muito cautelosos na aceitação de novas medidas de harmonização fiscal ou de aprofundamento de medidas já existentes ⁽⁵⁸⁾.

Atente-se no exemplo que pode ser retirado dos ac. analisados neste estudo. Como se deixou referido, a proposta da Directiva mães-filhas previa, tão só, o método da isenção. No entanto a pressão de alguns EM que não pretendiam abandonar o método do crédito, poderá ter determinado a sua adopção. Com efeito, a resistência de alguns EM à passagem do método do crédito para o método da isenção, em paralelo com a falta de um critério de tributação mínima na UE, pode ter conduzido às distorções analisadas naqueles Acs.

Não obstante e como nota final, saliente-se o relevante esforço que tem vindo a ser realizado no sentido da harmonização fiscal da tributação directa.

A este respeito, refira-se a Directiva 2014/86/UE, de 8 de Julho de 2014, a qual introduz uma restrição à aplicação da Directiva mães-filhas relativamente aos designados instrumentos híbridos, a Directiva n.º 2015/121, de 27 de Janeiro de 2015, que visa introduzir na Directiva mães-filhas uma cláusula anti abuso geral, os trabalhos relacionados com o relatório BEPS, o qual deu origem, entre outras medidas e interpretações, ⁽⁵⁹⁾ à Directiva 2016/1164, de 12 de Julho de 2016, que vem estabelecer regras contra as práticas de elisão fiscal que tenham incidência directa no funcionamento do mercado interno e o relançamento da proposta CCCTB, cujo objecto se traduz na determinação de uma matéria colectável comum consolidada no imposto sobre as sociedades.

Muito embora a abordagem da UE na procura da harmonização fiscal possa não ser clara, ou pouco coerente transmitindo por vezes um sentimento de desgovernação, as medidas enunciadas demonstram os esforços que têm sido realizados no sentido da harmonização.

⁽⁵⁸⁾ Cfr. JOSÉ CASALTA NABAIS em, *Direito Fiscal*, 4ª edição, Coimbra, Almedina, 2006 pág.191.

⁽⁵⁹⁾ Tendo em consideração a proximidade com o tema em análise deve salientar-se o impacto na aplicação das normas CFC, cuja natureza, considerada como norma anti abuso ou regra de diferimento da tributação poderá ter impacto no regime em análise.

2. Directiva mães-filhas - Directiva n.º 2011/96/UE, do Conselho, de 30 de Novembro

Enquadrada a problemática da harmonização fiscal como uma das maiores preocupações da UE, bem como os instrumentos colocados ao serviço daquele objectivo, cumpre explorar a forma de operar da referida Directiva mães-filhas, destacando algumas particularidades que podem, do meu ponto de vista, ser geradoras de incertezas relevantes.

É sabido que a problemática da dupla tributação económica é anterior a esta Directiva ⁽⁶⁰⁾ mas, foi com a sua aprovação em 23 de Julho de 1990 que o Conselho das Comunidades Europeias, introduziu no quotidiano da UE e dos EM, disciplina aplicável à distribuição dos lucros obtidos por sociedades de um Estado e provenientes das suas afiliadas de outros EM, bem como, à distribuição dos lucros efectuada por sociedades desse Estado a sociedades de outros EM, de que aquelas sejam afiliadas.

De facto, desta Directiva decorre um regime fiscal comum, aplicável aos lucros distribuídos entre sociedades afiliadas de EM, visando atenuar ou eliminar eventuais obstáculos de natureza fiscal no seio de grupos societários europeus, isto é grupos de sociedades residentes na EU ⁽⁶¹⁾.

O referido regime reflecte uma concretização no direito secundário ou derivado da UE, dos princípios da liberdade de estabelecimento e de circulação de capitais, que se encontram consagrados no TFUE.

De uma forma geral, de acordo com esta directiva, uma vez verificados determinados requisitos, entre os quais constam requisitos quantitativos relativos à percentagem de

⁽⁶⁰⁾ Muito embora a matéria comece a ser estudada em 1975, ocorrendo a aprovação da Directiva mães-filhas em 1990, os regimes pioneiros na eliminação desta realidade datam da década de 60, com o *Avoir fiscal* francês e o *Deelnemingsvrijstelling* batavo “(...) Generalizando-se a sua adoção na Europa dos anos 70(...) Da parte da União Europeia, a matéria começou a ser estudada logo em 1975(...)”, GUSTAVO LOPES COURINHA, *Estudos de Direito Internacional Fiscal*, pág.303, AAFDL, 2015.

⁽⁶¹⁾ De acordo com o Preâmbulo daquela Directiva “considerando que os agrupamentos de sociedades de Estados-membros diferentes podem ser necessários para criar, na Comunidade, condições análogas às de um mercado interno e para garantir assim o estabelecimento e o bom funcionamento do mercado comum; que essas operações não devem ser dificultadas por restrições, desvantagens ou distorções especiais decorrentes das disposições fiscais dos Estados-membros; (...) importa, por conseguinte, instaurar, para esses agrupamentos, regras fiscais neutras relativamente à concorrência, a fim de permitir que as empresas se adaptem às exigências do mercado comum, aumentem a sua produtividade e reforcem a sua posição concorrencial no plano internacional”

detenção no capital social ⁽⁶²⁾ da sociedade subsidiária, e temporais relativos ao tempo de detenção daquelas participações, os EM devem aplicar um dos métodos de atenuação ou eliminação da dupla tributação económica previstos no artigo 4.º da Directiva, o método da isenção ou o método do crédito.

Com efeito, o EM onde a sociedade-mãe é residente deve, de acordo com as regras previstas na Directiva, abster-se de tributar os dividendos recebidos subjacentes ao lucro gerado pela sociedade subsidiária, já tributado no respectivo Estado de residência ou, tributa-los, enquanto concedendo à sociedade-mãe um crédito de imposto.

No mesmo contexto, mas no que respeita à tributação dos dividendos à saída, torna-se também necessário que os EM isentem de retenção na fonte os lucros que uma sociedade subsidiária distribua à sociedade-mãe residente noutro EM.

Refira-se, ainda, que a Directiva foi transposta para o regime português através do Decreto-Lei n.º 123/92, de 2 de Julho (através das alterações que introduziu ao então artigo 45.º do Código do IRC), tendo entrado em vigor em 1 de Janeiro de 1992, diploma que entretanto foi objecto de inúmeras alterações, as quais serão analisadas no Capítulo V – O regime português de eliminação da dupla tributação económica ⁽⁶³⁾.

2.1 Particularidades decorrentes das mais recentes alterações à Directiva mães-filhas

Cumpra agora, salientar algumas particularidades decorrentes das mais recentes alterações introduzidas à Directiva, as quais segundo o meu ponto de vista, e salvo melhor opinião, podem originar algumas incertezas aquando da sua aplicação.

De facto, as alterações à Directiva mães-filhas, introduzidas pela Directiva 2014/86/UE, de 8 de Julho de 2014, que introduziu uma restrição à aplicação da Directiva mães-filhas aos designados instrumentos híbridos e, e pela Directiva n.º 2015/121, de 27 de Janeiro de

⁽⁶²⁾ Note-se que o próprio conceito de participação no capital poderá gerar incertezas, cfr. DENIS-EMMANUEL PHILIPPE e GREGORY KOMLOSI, *Recent Developments Regarding the Participation Exemption Regime and the Capital-Holding Requirement*, IBFD European Taxation, Novembro de 2012.

⁽⁶³⁾ Regime actualmente previsto no n.º 3 do artigo 14.º e no artigo 51.º do Código do IRC.

2015, que introduziu na Directiva mães-filhas uma cláusula anti abuso geral, são passíveis de gerar algumas incertezas aquando da sua aplicação a situações em concreto.

2.1.1 Alterações decorrente da Directiva 2014/86/UE

Antes de mais, importa procurar conhecer as realidades abrangidas pelo conceito de instrumentos híbridos.

Na verdade, parece não existir uma definição oficial expressa que delimite este conceito, não obstante terem surgido algumas tentativas doutrinárias com este propósito ⁽⁶⁴⁾.

Nem tão pouco o relatório final da Acção 2 do BEPS (*Neutralising the Effects of Hybrid Mismatch Arrangements*) prevê uma tal delimitação ⁽⁶⁵⁾.

Sem embargo disso, no âmbito do nosso estudo, propomo-nos considerar que o conceito em análise se reporta a realidades passíveis de originar situações de dedução e não concorrência para a determinação do lucro tributável, em simultâneo ⁽⁶⁶⁾.

Este fenómeno sucede, quando uma realidade composta por características de diferentes tipos de instrumentos financeiros, é qualificada juridicamente de forma diferente no Estado fonte e no Estado residência, resultando num tratamento fiscal díspar, o qual foi aproveitado por alguns sujeitos passivos, motivados em obter vantagens fiscais.

Ora, tais vantagens fiscais passam pela dupla não tributação ⁽⁶⁷⁾ de determinados rendimentos, prática que se encontra fora da *ratio* da Directiva mães-filhas.

⁽⁶⁴⁾ Cfr. CHRISTIAN KAHLENBERG e AGNIESZKA KOPEC, *Hybrid Mismatch Arrangements A Myth or a Problem Still Exists*, p38, World Tax Journal 2016, Vol. 8, (IBFD tax research).

⁽⁶⁵⁾ “It does not specify the particular features of a financial instrument that make it hybrid. The wide variety of financial instruments and the different ways they can be characterized and treated for tax purposes make it impossible to comprehensively and accurately identify all the situations where a payment under the instrument can give rise to a hybrid mismatch”, em OCDE relatório final BEPS Acção 2 (*Neutralising the Effects of Hybrid Mismatch Arrangements*), pág.25, 2015.

⁽⁶⁶⁾ Instrumento que combina características de dívida com a de capital, cfr. JOSÉ MANUEL BRAZ DA SILVA, *Os Paraísos Fiscais – Casos práticos com empresas portuguesas*, pág.155, Almedina, Coimbra, 2ª reimpressão de Março de 2000.

Cfr. BRIAN J. ARNOLD in Cooperation with IBFD’s Tax Treaty Unit, *Cross- Border Tax Arbitrage, the Parent-Subsidiary Directive (2011/96) and Double Tax Treaty Law*, pág.123, Bulletin for International Taxation, Março de 2016.

⁽⁶⁷⁾ Cfr. CHRISTIAN KAHLENBERG e AGNIESZKA KOPEC, *Hybrid Mismatch Arrangements – A Myth or a Problem That Still Exists?*, World Tax Journal, Fevereiro de 2016, pág.44, “The different tax classification of hybrid financial

Assim, com o objectivo de evitar que a Directiva mães-filhas possibilite situações de dupla não tributação (dupla utilização de benefício ou *double-dip*) ⁽⁶⁸⁾, aquela não pode ser aplicada a um fluxo de rendimentos que possa ser qualificado em simultâneo como um gasto fiscalmente dedutível no Estado da fonte e, um rendimento decorrente de uma recepção de dividendos não tributável no Estado de residência.

Neste contexto, ficou estabelecido que os dividendos que não sejam dedutíveis no Estado da fonte, isto é na esfera da sociedade filha, beneficiarão da Directiva mães-filhas, encontrando-se isentos de imposto sobre as sociedades e, no que respeita aos dividendos que sejam dedutíveis na esfera da sociedade filha, a Directiva passou a prever a tributação desses dividendos no Estado de residência, isto é, na esfera da sociedade mãe.

Ora, em linha com as observações do Dr. Francisco Cabral Matos, aquela opção do legislador europeu suscita algumas dúvidas, em face daquele que é o propósito da Directiva mães-filhas, sobre a necessidade de articulação das soluções previstas pela Directiva, com os ordenamentos internos dos EM e as opções de política fiscal reflectidas nos acordos de dupla tributação celebrados.

Note-se que o propósito da Directiva mães-filhas é o de evitar a dupla tributação económica entre os movimentos no espaço da UE ⁽⁶⁹⁾.

Ora, de acordo com a alteração introduzida, a alínea a) do n.º 1 do artigo 4.º da Directiva mães-filhas, passou a ter a seguinte redacção:

instruments and their remuneration between the state of the issuer and the state of the recipient have given rise to mismatches and unintended double non-taxation."

⁽⁶⁸⁾ Cfr. BRIAN J. ARNOLD in Cooperation with IBFD's Tax Treaty Unit, *Cross- Border Tax Arbitrage, the Parent-Subsidiary Directive (2011/96) and Double Tax Treaty Law*", pág.123, Bulletin for International Taxation, Março de 2016.

⁽⁶⁹⁾ Cfr. ponto 3 do preâmbulo da Directiva mães-filhas: "*O objectivo da presente Directiva é isentar de retenção na fonte os dividendos e outro tipo de distribuição de lucros pagos pelas sociedades afiliadas às respectivas sociedades mãe, bem como suprimir a dupla tributação de tais rendimentos ao nível da sociedade-mãe*".

Cfr. Brian J. Arnold in Cooperation with IBFD's Tax Treaty Unit, *Cross- Border Tax Arbitrage, the Parent-Subsidiary Directive (2011/96) and Double Tax Treaty Law*, pág.125, Bulletin for International Taxation, Março de 2016.

“Abstêm-se de tributar esses lucros na medida em que não sejam dedutíveis pela filial, e tributam esses lucros na medida em que sejam dedutíveis pela filial (...)”⁽⁷⁰⁾.

Com efeito, uma solução que passa pela determinação da tributação de um rendimento, poderá gerar dificuldades de compreensão. De facto, tendo presente a letra desta alteração ⁽⁷¹⁾ constata-se que foi incluída uma obrigação de tributar no âmbito de uma Directiva cujo objecto se reconduzia a estabelecer, tão só, a atenuação ou eliminação da dupla tributação económica, através da isenção ou do crédito ⁽⁷²⁾.

Saliente-se, a respeito, que no próprio processo de preparação da redacção a adoptar, foram colocadas inúmeras questões, designadamente pelo gabinete de assuntos jurídicos do Parlamento Europeu, pela Grécia, pela Suécia e por Malta, sobre se a redacção proposta reflecte, ou não, uma obrigação de tributar ⁽⁷³⁾. Com efeito, parece resultar que nem no processo de preparação desta medida havia um entendimento uniforme, sobre os objectivos da medida.

Outras incertezas relativamente à aplicação da Directiva mães-filhas podem decorrer desta alteração, para além da aferição da natureza da obrigação de tributar, designadamente a

⁽⁷⁰⁾ Redacção que tem por base a redacção proposta pela Grécia. A proposta de redacção inicial parecia ter um alcance inferior: *“refrain from taxing such profits, but only to the extent that such profits are not deductible by the subsidiary of the parent company”*. Cfr. BRIAN J. ARNOLD in Cooperation with IBFD’s Tax Treaty Unit, *Cross-Border Tax Arbitrage, the Parent-Subsidiary Directive (2011/96) and Double Tax Treaty Law*, pág.125, Bulletin for International Taxation, Março de 2016.

⁽⁷¹⁾ Desta alteração não resulta que os EM podem tributar, mas, tão só, “tributam”, Cfr. DR. FRANCISCO CABRAL MATOS no âmbito do plano de formação contínua 2014-2015 do Centro de Estudos Judiciários, sobre, *Direito Fiscal Internacional e Europeu (Manifestações do relatório BEPS no contexto da europeu: Alterações às Directivas da Poupança e das Sociedades Mães-filhas)*.

⁽⁷²⁾ Neste sentido cfr. WERNER HASLEHNER, *Anti-Hybrid Measures in the Parent Subsidiary Directive and the EU’s Competence to Harmonise*, Kluwertaxblog, 31 de Agosto de 2015. - *“It is thus unsurprising that the amendment in Art. 4(1) Parent-Subsidiary Directive only includes the equivalent of the OECD’s “defensive” rule by imposing an obligation on the recipient Member State to “tax such profits to the extent that such profits are deductible by the subsidiary”*. O autor vai mais longe, defendendo que a letra do artigo não deixa dúvidas quanto à existência de uma obrigação: *“The wording leaves no doubt about the compulsory nature of this newly added phrase: where distributed profits are deductible for the subsidiary, the residence state has an obligation to tax these profits”*.

Neste sentido veja-se também CHRISTLANA HJI PANAYI, *Advanced Issues in International and European Tax Law*, Hart Publishing, 2015.

⁽⁷³⁾ Cfr. BRIAN J. ARNOLD in Cooperation with IBFD’s Tax Treaty Unit em, *Cross-Border Tax Arbitrage, the Parent-Subsidiary Directive (2011/96) and Double Tax Treaty Law*, pág.125, Bulletin for International Taxation, Março de 2016.

questão de saber se o Direito Fiscal Europeu deve prevalecer sobre uma opção de não incidência tomada por um EM no âmbito da sua soberania fiscal ⁽⁷⁴⁾⁽⁷⁵⁾ e, bem assim, a articulação desta medida com as opções de política fiscal consagradas no direito convencional. Relativamente a esta última questão, importa atentar na hipótese de um EM ter optado pela aplicação do método da isenção relativamente a juros e dividendos nas CDT celebradas, esta alteração poderá gerar incompatibilidades entre o Direito Fiscal Europeu e o Direito Convencional.

Neste sentido, refira-se ainda que, se os dividendos forem distribuídos por uma subsidiária num Estado A, a um estabelecimento estável num Estado B, que por sua vez distribui a uma sociedade mãe num Estado C e, tanto o Estado B como o Estado C, impuserem a obrigação de tributar o rendimento na medida em que o mesmo seja dedutível na esfera da subsidiária residente no Estado A, poderá gerar-se uma situação de dupla tributação, a qual contrasta com o propósito da Directiva mães-filhas ⁽⁷⁶⁾.

⁽⁷⁴⁾ Neste sentido cfr. WERNER HASLEHNER reforça os argumentos salientando as diferenças face à situação de substituição tributária decorrente da troca de informação prevista na Directiva da Poupança. É que no caso previsto na Directiva da Poupança o EM procede à cobrança de imposto por conta de outro EM, pelo contrário na situação decorrente da alteração à Directiva mães-filhas, força-se os EM a cobrar um imposto para si próprios, um imposto que talvez por opção não estava previsto, isto é não havia norma de incidência. Acresce que se fosse intenção do EM tributar aquele movimento, poderia aplicar o método do crédito de imposto a esse respeito.

⁽⁷⁵⁾ Neste sentido também, RAMON TOMAZELA, *Practical Issues of the Anti-Hybrid Rule in Parent Subsidiary Directive*, 7 de Setembro de 2015, Kluwetaxblog.

⁽⁷⁶⁾ Cfr. BRIAN J. ARNOLD in Cooperation with IBFD's Tax Treaty Unit em, *Cross-Border Tax Arbitrage, the Parent-Subsidiary Directive (2011/96) and Double Tax Treaty Law*, pág.128, Bulletin for International Taxation, Março de 2016.

A este respeito refere o mesmo autor, “*The Commission’s statements in the Council Minutes also emphasize that the proposed amendments to Article 4.1 (a) of the Parent Subsidiary directive are not intended to be applicable... if their application would lead to double taxation of the profit distributions between parent and subsidiary companies. This statement of the European Commission was apparently included in the Council Minutes because of Sweden’s reluctance to agree on the proposed amendments. Sweden’s reservation was due to the tax treatment of investment companies under Swedish domestic tax law: Swedish investment companies (investmentforetag) are companies or economic associations, “the exclusive or semi-exclusive activity of which is to manage securities or other similar movable property, and whose principal object is to offer its shareholders an investment in which the risk is spread out over a broad portfolio of securities in several companies”. From a tax perspective, the most important feature of Swedish investment companies in the context of the 2014 amendment is that “dividend income is fully taxable, whereas dividends distributed other than distributions of shares in subsidiaries are deductible to the extent no loss is incurred thereby”.*”

A este respeito poderá questionar-se, ainda, se não teria sido oportuno, ao invés da solução adoptada, a introdução de uma obrigação de aplicar o método do crédito quando estejam em causa instrumentos híbridos.

Coloca-se também a questão de saber o motivo que levou à preparação de uma medida relativa às distribuições de lucros dedutíveis e não, também, aos rendimentos isentos, uma vez que o resultado económico é análogo ⁽⁷⁷⁾.

Adicionalmente, poderá questionar-se a moldura em que deve ocorrer essa tributação, isto é, se existe uma taxa de tributação mínima para cumprir a medida prevista ou se pelo contrário, a título de exemplo, a tributação a uma taxa de imposto de 1% faria com que o EM estivesse em *compliance* com a medida. A este respeito refira-se também a questão de saber se da expressão “na medida em que sejam dedutíveis pela filial” (“*to the extent that such profits are deductible*”) deve entender-se que a base a tributar deve ser, tão só, o montante dedutível.

As questões assim suscitadas serão ainda objecto de estudo, aquando da análise a que procederemos ao regime português em concreto.

Por último, refira-se que tudo indica existirem instrumentos jurídico-financeiros que, aparentemente, ficam fora do alcance desta medida mas que tendem a alcançar um resultado económico semelhante. Assim sendo, com a introdução desta medida, talvez possamos vir a verificar, num curto ou médio prazo, uma mais frequente utilização deste tipo de instrumentos ou práticas de procedimento pelos sujeitos passivos e, também, pelos legisladores nacionais de Estados nos quais estas formas de procedimento não existam ainda, com o objectivo de criar o alinhamento possível com a concorrência transfronteiriça. A este respeito refira-se, a título de exemplo o *notional interest deduction* ou *deduction for risk capital* ⁽⁷⁸⁾, previsto em alguns ordenamentos, designadamente na Bélgica e no Chipre, o qual, permite às sociedades uma dedução do seu capital social ajustado. De facto, no caso deste instrumento, a distribuição de dividendos não é em si dedutível ao nível da

⁽⁷⁷⁾ Cfr. WERNER HASLEHNER, *Anti-Hybrid Measures in the Parent Subsidiary Directive and the EU's Competence to Harmonise*, Kluwertaxblog, 31 de Agosto de 2015.

⁽⁷⁸⁾ Cfr. FRANK MORTIER, *Courts Hold That Notional Interest Deduction Does Not Requires Substance*, IBFD International Transfer Pricing Journal, Julho/Agosto de 2016, pág.297.

subsidiária, no entanto, é concedida à subsidiária a possibilidade de deduzir o montante correspondente ao seu capital de risco à sua base tributável. Assim, não sendo em bom rigor um instrumento com uma qualificação jurídica diferente entre dois EM, tudo indica poder considerar-se não abrangido pelo âmbito da previsão da referida norma.

Em face do exposto, e em linha com os argumentos citados, talvez se mostrasse mais oportuno, em alternativa, desenvolver uma solução que passasse pela imposição da não dedutibilidade dos lucros distribuídos.

Acresce que esta medida poderá, em algumas situações, desviar-se do seu propósito principal, na medida em que continuam a existir taxas de tributação muito díspares nos EM. Admita-se que o pagamento de dividendos é deduzido na esfera da sociedade subsidiária a uma taxa de 20%, enquanto o montante correspondente é tributado na esfera da sociedade mãe a uma taxa de 35% ou, vice-versa ⁽⁷⁹⁾.

Em síntese no que respeita aos termos em que esta medida foi adoptada, assumindo a impossibilidade da utilização de outro meio jurídico para a implementar ⁽⁸⁰⁾ ou, tão só, a opção pela não dedutibilidade dos lucros no Estado da fonte, tendo presente as incertezas referidas quanto à aplicação da medida em análise, bem como outras aqui não referidas mas que, por certo, não deixarão de se manifestar, afigura-se-me, salvo melhor opinião, que a redacção adoptada carece de alguma concretização, em face das incertezas relacionadas com questões do quotidiano de *compliance* e gestão tributária de uma empresa.

Não menos relevante será ainda a articulação da medida em análise com as regras CFC (*controlled foreign companies*), as quais, e não pretendendo discutir de forma aprofundada a sua natureza, podem no âmbito da UE, operar simultaneamente, como normas anti abuso e de diferimento de tributação ⁽⁸¹⁾.

⁽⁷⁹⁾ Neste sentido também, RAMON TOMAZELA, *Practical Issues of the Anti-Hybrid Rule in Parent Subsidiary Directive*, 7 de Setembro de 2015, Kluwetaxblog.

⁽⁸⁰⁾ Cfr. Comissão Europeia, Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho, Planos de Acção para reforçar a luta contra a fraude e a evasão fiscais (*An Action Plan to Strengthen the Fight Against Tax Fraud and Tax Evasion*) pág.9, de 6 de Dezembro de 2012.

⁽⁸¹⁾ A este respeito veja-se o artigo da Professora ANA PAULA DOURADO, *The role of the CFC Rules in the BEPS Initiative and in the EU*, *British Tax Review*, Issue 3, 2015.

Ora, a este propósito, e na linha de raciocínio da Professora Ana Paula Dourado, sendo as regras CFC aplicadas, na maioria dos casos, também aos casos abrangidos pela Directiva mães-filhas, não obstante a aplicação das regras CFC ser anterior, conforme a natureza das regras CFC em cada EM, da aplicação simultânea das duas normas poderá resultar ou um reforço do propósito da norma CFC ou, tornar o seu uso desnecessário ⁽⁸²⁾.

Ainda sobre esta alteração, muito embora agora no plano axiológico, a medida em análise demonstra alguma incoerência face a outro importante projecto de harmonização da tributação directa na UE. A este respeito saliente-se que a obrigação de tributação dos lucros no Estado de residência da sociedade mãe não parece harmonizada com os objectivos que o CCCTB visa alcançar, os quais tendo por base a tributação do lucros pelo EM em que foram gerados, passam pelo combate ao excesso de endividamento, como forma de planeamento fiscal e deslocalização dos lucros tributáveis ⁽⁸³⁾.

Note-se que, muito embora os instrumentos híbridos sejam frequentemente utilizados em esquemas de planeamento fiscal abusivo, no âmbito de operações desenhadas de forma a reduzir os encargos tributários, podem existir razões não fiscais para o recurso aos mesmos, designadamente a eventual redução dos custos de financiamento; a cobertura de riscos económicos e negociais, o aperfeiçoamento dos fluxos de capital e consequentemente a viabilidade de oportunidades de investimento, os quais de outra forma, através de instrumentos tradicionais não seriam viáveis.

Com efeito, o recurso a estes instrumentos não tem necessariamente de ser motivado com a finalidade de reduzir os encargos tributários.

Não obstante, a medida aplica-se independentemente de os objectivos serem puramente fiscais ou de se tratar de uma estrutura genuína.

⁽⁸²⁾ *Ibid.*

⁽⁸³⁾ Cfr. Dr. FRANCISCO CABRAL MATOS no âmbito do plano de formação contínua 2014-2015 do Centro de Estudos Judiciários, sobre Direito Fiscal Internacional e Europeu (Manifestações do relatório BEPS no contexto da europeu: Alterações às Directivas da Poupança e das Sociedades Mães-filhas) pág. 42.

Ora, a respeito da aplicação de normas que restringem a liberdade de estabelecimento⁽⁸⁴⁾, tem sido entendido que *para que uma restrição à liberdade de estabelecimento possa ser justificada por motivos de luta contra práticas abusivas, o objectivo específico de tal restrição deve ser o de impedir comportamentos que consistam em criar expedientes puramente artificiais, desprovidos de realidade económica, com o objectivo de eludir o imposto normalmente devido sobre os lucros gerados por actividades realizadas no território nacional*⁽⁸⁵⁾.

Neste sentido, afigura-se que também no que respeita a este aspecto, existe alguma incoerência na medida adoptada, a qual, poderia, eventualmente, ser ultrapassada se o legislador tivesse optado por uma solução harmonizada de não dedutibilidade no Estado da fonte.

Aliás, de acordo com o *Estudo comparado sobre os regimes de eliminação da dupla tributação económica na UE*, junto como **Documento n.º 1**, os EM não se encontram a implementar esta medida uniformemente. Com efeito, enquanto alguns EM introduziram esta medida apenas para os dividendos à entrada (v.g. Alemanha, Áustria, Bulgária, Chipre, Hungria, Países Baixos e Portugal, outros EM implementaram a medida apenas para os dividendos à saída (v.g. Estónia).

Verificaram-se ainda casos de EM que aplicaram a medida tanto para os dividendos à entrada como para os dividendos à saída (v.g. Dinamarca e Eslováquia) e casos de EM que ainda não implementaram a medida (Croácia e Bélgica).

2.1.2 Alterações decorrentes da Directiva n.º 2015/121

Na sequência da proposta de Directiva apresentada em Novembro de 2013⁽⁸⁶⁾, adoptada enquanto tal em 27 de Janeiro de 2015, foi introduzida uma cláusula anti abuso de âmbito geral na Directiva mães-filhas.

⁽⁸⁴⁾ Uma vez que a aplicação da Directiva mães-filhas visa combater as restrições às liberdades, a sua não aplicação terá como consequência a aceitação de uma restrição.

⁽⁸⁵⁾ Cf, ac. do TJUE *Cadbury Schweppes* C-196/04, parágrafo n.º 55.

⁽⁸⁶⁾ Bruxelas, 25 de Novembro de 2013, COM (2013) 814 final, a proposta previa medidas relativas aos instrumentos híbridos e a uma norma anti abuso no âmbito da Directiva mães-filhas, no entanto estas medidas acabaram por ser aprovadas em documentos distintos.

Ora, esta medida decorre da necessidade de prevenir eventuais abusos decorrentes da aplicação da Directiva mães-filhas.

Não obstante a Directiva mães-filha, ainda na sua redacção original, já integrasse uma norma anti abuso ⁽⁸⁷⁾, a mesma revelava-se insuficiente e, bem assim, gerava incertezas aquando da sua aplicação ⁽⁸⁸⁾.

Assim, em virtude das limitações daquela norma, entendeu a Comissão Europeia que tais limitações potenciavam uma utilização indevida da Directiva, através da criação de estruturas artificiais, as quais, quando associadas às assimetrias existentes entre as várias legislações fiscais nacionais, permitiam vantagens fiscais contrárias à *ratio* da Directiva mães-filhas.

Aos referidos factos acresce a circunstância de os EM aplicarem as respectivas normas anti abuso de forma muito diferenciada.

Neste contexto, tornou-se um objectivo, garantir que a Directiva mães-filhas não era objecto de práticas abusivas por parte dos contribuintes abrangidos no seu âmbito de aplicação.

Importa notar, neste sentido, as diversas discussões em torno das formas de evitar o aproveitamento abusivo daquela Directiva, designadamente através da introdução de uma cláusula geral anti abuso na sua redacção ⁽⁸⁹⁾.

⁽⁸⁷⁾ De acordo com o n.º 2 do artigo 1.º da redacção originária da Directiva, “a presente Directiva não impede a aplicação das disposições nacionais ou convencionais necessárias para evitar fraudes e abusos”.

⁽⁸⁸⁾ Cfr. a este respeito, o ponto 2.3 do “*Parecer do Comité Económico e Social Europeu sobre a Proposta de directiva do Conselho que altera a Directiva 2011/96/CEE relativa ao regime fiscal comum aplicável às sociedades-mãe e sociedades afiliadas de Estados-Membros diferentes*”, de 25 de Março de 2014.

⁽⁸⁹⁾ Cfr. por exemplo, a Comunicação da Comissão Europeia ao Parlamento Europeu e ao Conselho Europeu respeitante ao “*Plano de Acção para reforçar a luta contra a fraude e a evasão fiscais*”, a qual refere que “a Comissão irá ainda proceder a uma revisão das disposições anti-abuso das directivas relativa aos juros e royalties, às fusões e às sociedades-mães e sociedades afiliadas, a fim de aplicar os princípios subjacentes à sua recomendação relativa ao planeamento fiscal agressivo”.

Cfr. também o ponto 2.4 do “*Parecer do Comité Económico e Social Europeu sobre a Proposta de directiva do Conselho que altera a Directiva 2011/96/CEE relativa ao regime fiscal comum aplicável às sociedades-mãe e sociedades afiliadas de Estados-Membros diferentes*”, nos termos do qual se defende que “a inclusão de uma regra geral anti abuso, em conformidade com a recomendação da Comissão, permitirá eliminar estas incertezas, para além de oferecer aos Estados-Membros um instrumento mais eficaz”.

Grosso modo, podemos afirmar que as alterações introduzidas pretendem fazer depender a aplicação do regime em análise da existência de razões económicas válidas, sob pena de as autoridades tributárias dos EM poderem, afastar os benefícios ali previstos.

Refira-se, também, conforme resulta do preâmbulo da Directiva n.º 2015/121, que esta cláusula anti abuso, tem uma natureza de norma mínima.

Mas, também esta solução adoptada pelo legislador europeu, nos termos em que foi aprovada, não parece estar a ser interpretada uniformemente, em grande parte devido à redacção que foi adoptada.

De facto, a redacção adoptada não parece harmonizada com os objectivos enunciados no preâmbulo ⁽⁹⁰⁾, na medida em que ao contrário do que aí se refere, a redacção da Directiva alarga o seu âmbito, *referindo-se não apenas a situações em que a única finalidade seja a obtenção de vantagens fiscais mas também a situações em que uma das principais finalidades seja a obtenção de vantagens fiscais* ⁽⁹¹⁾.

Note-se que, na letra do n.º 2 do artigo 1.º, conforme foi aditado à Directiva mães-filhas, *“os Estados-Membros não concedem os benefícios da presente diretiva a uma montagem ou série de montagens que, tendo sido posta em prática com a finalidade principal ou uma das finalidades principais de obter uma vantagem fiscal que fruste o objeto ou a finalidade da presente diretiva, não seja genuína tendo em conta todos os factos e circunstâncias relevantes”, sendo “que uma montagem ou série de montagens não é genuína na medida em que não seja posta em prática por razões comerciais válidas que reflitam a realidade económica”*.

Verifica-se assim, pelo menos um aparente, alargamento das situações que se encontram no âmbito do conceito de abuso.

Ora, refere-se no citado ac. Cabury Schweppes, que para identificar uma prática abusiva é necessário que o sujeito passivo recorra a “expedientes puramente artificiais” (*wholly artificial*

⁽⁹⁰⁾ Neste sentido cfr. Dr. FRANCISCO CABRAL MATOS no âmbito do plano de formação continua 2014-2015 do Centro de Estudos Judiciários, sobre Direito Fiscal Internacional e Europeu (Manifestações do relatório BEPS no contexto da europeu: Alterações às Directivas da Poupança e das Sociedades Mães-filhas) pág. 42.

⁽⁹¹⁾ *Ibid.*

arrangements)⁽⁹²⁾. Ora, *a contrário sensu* que, se a prática for motivada por outros objectivos, ainda que exista uma intenção de poupança fiscal, estará fora do âmbito do conceito de prática abusiva.

Não sendo o caso, e considerando-se esta mudança de paradigma com base no alargamento do conceito de prática abusiva, dificilmente se compreenderá a qualificação como norma mínima expressa no preâmbulo, a qual estará mais próxima da jurisprudência do referido ac..

Acresce que a utilização dos conceitos indeterminados como o de “finalidade principal” e de “montagem genuína”⁽⁹³⁾, não parecem potenciar uma aplicação da norma de forma coerente e proporcional.

A este respeito refira-se que no já referido *Estudo comparado sobre os regimes de eliminação da dupla tributação económica na UE*, junto como **Documento.º 1**, foi precisamente colocada a questão de saber quias os critérios que têm vindo a ser utilizados para identificar aqueles conceitos em cada EM, tendo-se verificado que não existem de facto critérios uniformes

⁽⁹²⁾ No ac. *Cadbury Schweppes* o TJUE entendeu que a artificialidade de uma determinada estrutura consiste na vontade de obter uma vantagem fiscal que se traduzam na criação de “(...) *expedientes puramente artificiais, desprovidos de realidade económica, com o objectivo de eludir o imposto normalmente devido pelos lucros gerados por actividades realizadas no território nacional*”.

Contudo, ainda no âmbito do ac. *Cadbury Schweppes*, o TJUE vem concluir pela não existência de artificialismo quando “(...) *não obstante a existência de razões de natureza fiscal, a constituição de uma (sociedade) corresponde a uma realidade económica*”, a qual “*deve corresponder a uma implementação real que tem por objectivo a realização de actividades económicas efectivas no Estado-Membro de acolhimento* (...)”. Dito de um outro modo, o TJUE conclui que a constituição de uma sociedade noutro Estado-Membro deve ser entendida como um expediente puramente artificial quando corresponda a uma implementação fictícia, ou seja, quando a sociedade em causa não exerça qualquer actividade económica efectiva no território do EM de acolhimento, devendo, para este efeito, atender-se ao grau de presença física da sociedade nesse Estado, nomeadamente, em termos de instalações, de pessoal e de equipamentos.

Em face do exposto, afigura-se que a consagração de uma cláusula anti abuso, nos moldes da prevista na Directiva, visa conferir a possibilidade de ser recusada a atribuição dos benefícios nos casos em que, embora os requisitos de que tais benefícios dependem se encontrem formalmente preenchidos, os expedientes utilizados para esse preenchimento não sejam reconhecidamente genuínos tendo como único ou principal objectivo obter uma vantagem fiscal.

⁽⁹³⁾ Note-se que na proposta de Directiva o legislador tinha optado pela designação de algumas situações subsumíveis a este conceito, no entanto tal opção não passou da proposta, ainda que possam ser um importante elemento interpretativo. Cfr. COM (2013) 814 final de 25 de Novembro de 2013, pág.10.

Acresce que na mesma proposta não se introduziu um conceito de “uma das finalidades principais” mas, tão só, “o objectivo principal”. pág.10.

mas, tão só, a publicação em alguns EM, de *guidelines* ⁽⁹⁴⁾ emitidas pelas respectivas autoridades tributárias.

Em face do exposto, naturalmente se depreenderá que da utilização de critérios díspares não poderá resultar uma aplicação uniforme da norma anti abuso.

A este respeito e a título de exemplo, admita-se a constituição de uma sociedade *holding* em Portugal ⁽⁹⁵⁾, detida por uma sociedade residente fora da UE, a qual tendo por objectivo gerir participações sociais de sociedades residentes na UE, se encontra dotada apenas de serviços mínimos, os quais asseguram o seu funcionamento. Ora, caso esta sociedade tenha sido constituída em Portugal e não noutro EM, por razões que se prendem, designadamente, com o facto de se tratar de um Estado que aplica o regime de isenção de participação (por motivos relacionado com a natureza deste estudo, doravante designado regime de isenção de participação) aos dividendos à saída para Estados terceiros, isto é, por não haver lugar a retenção na fonte sobre os dividendos distribuídos a sociedades não residentes na UE, será que esta vantagem fiscal, sendo uma das principais finalidades para a constituição da sociedade em Portugal e não noutro EM, poderá ser considerada abusiva ao abrigo desta norma ⁽⁹⁶⁾?

Tratando-se de uma cláusula anti abuso de natureza geral, poderia colocar-se a questão de saber se a respectiva aplicação segue o *modus operandi* de uma norma desta natureza. Por outras palavras, poderá revelar-se pertinente aferir se a aplicação desta medida estará sujeita a um procedimento ou se em algum EM foi incluído um teste de artificialidade que permita

⁽⁹⁴⁾ A título de exemplo registe-se as *guidelines* emitidas pela autoridade tributária francesa “*Extrait du Bulletin Officiel des Finances Publiques-Impôts Direction Générale des Finances Publiques - Identifiant juridique : BOI-IS-BASE-10-10-10-10-20160607*”. Date de publication : 07/06/2016, as quais dão indícios do que deve ser e entendido em França por finalidade principal e violação da Directiva mães-filhas, note-se no entanto que um outro EM pode considerar outros indícios, e daí decorrem as disparidades (<http://bofip.impots.gouv.fr/bofip/1924-PGPAG.html?identifiant=BOI-IS-BASE-10-10-10-10-20160607>)

⁽⁹⁵⁾ Exemplo baseado na hipótese colocada pelo Dr. FRANCISCO CABRAL MATOS no âmbito do plano de formação contínua 2014-2015 do Centro de Estudos Judiciários, sobre Direito Fiscal Internacional e Europeu (Manifestações do relatório BEPS no contexto da europeu: Alterações às Directivas da Poupança e das Sociedades Mães-filhas) pág. 42.

⁽⁹⁶⁾ Note-se que seria uma sociedade dotada de recursos humanos e materiais suficientes para assegurarem a sua actividade. Saliente-se, a este respeito, que o nível daqueles recursos afigura-se significativamente diferente, quer se trate de uma sociedade com uma actividade *holding* exclusiva, ou uma actividade operacional.

uma aplicação automática da mesma e, neste caso se a respectiva presunção será ilidível ou inilidível, não obstante “*seja jurisprudência assente do TJUE que não poderão ser admitidas normas anti abuso automáticas, que assentem numa presunção inilidível de abuso (...)*”⁽⁹⁷⁾.

Tenha-se presente que os princípios que orientam a interpretação das liberdades em causa, não constituem conceitos estáticos, mostrando-se sujeitos a mutação. Ora, tendo em consideração a tendência que se tem verificado na UE de considerar que os sujeitos passivos têm, cada vez mais, uma obrigação moral de pagar impostos e, constatando-se que a prossecução de objectivos de poupança fiscal, ainda que não constituam uma motivação exclusiva, são vistos como um procedimento censurável⁽⁹⁸⁾, não surgiria totalmente desenhadrada a aplicação automática de uma presunção neste âmbito e, se assim fosse, importaria perceber em que termos poderia essa presunção ser ilidível.

A este respeito e uma vez que no ponto 7 do preâmbulo da norma se refere que “*ao avaliar se uma montagem ou uma série de montagens constitui uma prática abusiva, as administrações fiscais dos Estados-Membros deverão efetuar uma análise objetiva de todos os factos e circunstâncias relevantes*”, afigura-se que a análise sobre o que deverá ser considerado uma prática abusiva, deverá ser feita em concreto e não através de uma presunção.

Sem prejuízo da natureza da norma anti abuso, no *Estudo comparado sobre os regimes de eliminação da dupla tributação económica na UE*, junto como **Documento n.º 1**, pude constatar que em todos os EM em que a medida já foi implementada, o sujeito passivo parece ter a faculdade de argumentar contra a sua aplicação (v.g. Países Baixos e Finlândia).

Refira-se, ainda, que estando a aplicação da norma sujeita a um procedimento, isto é não sendo aplicável de forma automática através da consideração de uma presunção, importa aferir qual o procedimento que deve ser seguido.

Na falta de uma previsão legal, afigura-se adequado, tendo em consideração a natureza da norma, que a aplicação desta cláusula em Portugal siga o procedimento previsto para a

⁽⁹⁷⁾ Cfr. o ac. n.º 753/2014 do Tribunal Constitucional.

⁽⁹⁸⁾ Neste sentido cfr. Dr. FRANCISCO CABRAL MATOS no âmbito do plano de formação continua 2014-2015 do Centro de Estudos Judiciários, sobre Direito Fiscal Internacional e Europeu (Manifestações do relatório BEPS no contexto da europeu: Alterações às Directivas da Poupança e das Sociedades Mães-filhas) pág. 42.

regra geral anti abuso prevista no n.º 2 do artigo 38.º da LGT, consequentemente, o procedimento previsto no artigo 63.º do CPPT.

Em sentido contrário, tem sido igualmente uma questão, a de saber se a cláusula anti abuso aqui analisada não representará, um poder adicional conferido à autoridade tributária, deixando a cláusula geral anti abuso prevista no n.º 2 do artigo 38.º da LGT, de ser a única forma de reagir contra situações abusivas neste âmbito e, constituindo-se assim um mecanismo mais flexível que não se encontra sujeito ao procedimento previsto no artigo 63.º do CPPT, de forma a que se possa questionar, de um modo mais célere, qualquer operação que tenha beneficiado daquele regime.

Note-se, também, que apesar de a Directiva considerar que se trata de uma regra mínima, tal não significa que os EM tenham um nível de discricionariedade total na sua substituição⁽⁹⁹⁾ por regras anti abuso nacionais com um alcance superior⁽¹⁰⁰⁾.

Neste contexto, também neste aspecto parece faltar alguma uniformidade, pese embora a possibilidade para tal concedida pela UE. De facto, no *Estudo comparado sobre os regimes de eliminação da dupla tributação económica na UE*, junto como **Documento n.º 1**, verificou-se que alguns EM membros como a Alemanha, a Áustria e a Espanha, não procederam à transposição da Directiva n.º 2015/121, na medida em que as respectivas jurisdições já previam uma norma anti abuso com o mesmo âmbito⁽¹⁰¹⁾. Ora, do meu ponto de vista, e salvo melhor opinião, nestes casos poderá ultrapassar-se a discricionariedade expectável de uma regra mínima, caso as regras anti abuso nacionais tenham um alcance significativamente superior. Reitere-se que apesar de se tratar de uma regra mínima, não significa que se conceda aos EM uma carta em branco⁽¹⁰²⁾.

⁽¹⁰⁰⁾ Cfr. DENNIS WEBER, *The new common anti-abuse rule in the EU Parent-Subsidiary Directive is a De minimis rule, but not a carte blanche for the national legislature*, Kluwer International Tax Blog, Julho de 2015.

⁽¹⁰¹⁾ Cfr. DAVID KLEIST, *Implementation of the New Anti-Avoidance Provisions of the Parent-Subsidiary Directive (2011/96) into Swedish Law*, IBFD European Taxation, Maio 2016, pág.209.

⁽¹⁰²⁾ *Ibid.*

Note-se ainda a respeito da introdução de condições à aplicação do mecanismo de eliminação da dupla tributação económica que extravasam o que se encontra definido na Directiva, o disposto no ac. do TJUE, C-138/07, que opôs *Cobelfret NV* ao *Belgische Staat*.

A aplicação da norma anti abuso não deverá extravasar os limites que têm vindo a ser estabelecidos pelo TJUE na invocação do abuso para justificar as ingerências nas liberdades fundamentais previstas no TFUE.

Ainda no *Estudo comparado sobre os regimes de eliminação da dupla tributação económica na UE*, junto como **Documento n.º 1**, verificou-se que alguns EM aplicam esta medida apenas à tributação à entrada (v.g. Chipre e Malta) enquanto outros, a aplicam apenas à tributação à saída (v.g. Países Baixos), havendo EM que a aplicam tanto à tributação entrada como à tributação à saída (v.g. Portugal e Eslováquia).

No que concerne à aplicação concreta das medidas, afigura-se que, a jurisprudência do TJUE, constitui um relevante elemento interpretativo, em face do seu contributo no combate às práticas abusivas no Direito da UE.

Não obstante a relevância atribuída à jurisprudência do TJUE ⁽¹⁰³⁾, a aferição do carácter abusivo de uma determinada conduta num caso concreto será sempre levada a cabo pelo órgão jurisdicional nacional (*i.e.* os tribunais tributários nacionais) que aprecia a causa, devendo, para o efeito, decidir à luz da disposição de direito interno que transpõe a norma.

Grosso modo aferindo a verificação de um elemento subjectivo ⁽¹⁰⁴⁾, materializado na demonstração de que a montagem ou série de montagens em causa foi realizada

No âmbito daquele Acórdão, o TJUE deixou claro que “*os Estados membros não podem instituir unilateralmente medidas restritivas, como a exigência de que a sociedade mãe apresente lucros tributáveis, condicionando, assim, a possibilidade de beneficiar das vantagens previstas pela Directiva 90/435*”, referindo-se igualmente que “*a obrigação de se abster de tributar os lucros distribuídos por uma filial à sua sociedade mãe, prevista no dito artigo 4.º, n.º 1, primeiro travessão (método da isenção), está formulada em termos inequívocos e não está associada a qualquer condição nem subordinada, na sua execução ou nos seus efeitos, à intervenção de qualquer outro acto, que emane das instituições comunitárias ou dos Estados Membros*”.

Acresce que, conforme se refere no parágrafo n.º 36 do referido ac., “*os Estados-Membros não podem instituir unilateralmente medidas restritivas (...) condicionando, assim, a possibilidade de beneficiar das vantagens previstas pela Directiva 90/435*”, ou seja, os EM não poderão estabelecer unilateralmente quaisquer restrições à aplicação da Directiva que não resultem directamente das disposições daquela norma comunitária.

⁽¹⁰³⁾ Cfr. entre outros, aos ac.s do TJUE Emsland-Stärke (Processo C-110/99), Cadbury Schweppes (Processo C-196/04) e Halifax (Processo C-255/02), no âmbito dos quais aquele Tribunal viria a estabelecer critérios de aferição do abuso de direito.

⁽¹⁰⁴⁾ De acordo com a decisão tomada pelo TJUE no ac. Emsland-Stärke C-110/99, a hipótese de abuso do direito surge pelo “*facto de a operação comercial em causa ter sido realizada essencialmente para obter um benefício financeiro incompatível com o objectivo da regulamentação comunitária*.”

essencialmente para obter um benefício e, de um elemento objectivo ⁽¹⁰⁵⁾, o qual pressupõe que as condições de concessão do benefício foram artificialmente criadas, isto é, que a operação não foi realizada com uma finalidade económica.

Por último, aguardam-se as conclusões sobre o processo *Holcim France SAS* C-6/16, as quais podem constituir um importante contributo para a compreensão da regra em análise ⁽¹⁰⁶⁾.

3. As convenções para evitar a dupla tributação

No que respeita ao papel das CDT, importa referir que não constituem um tema a que no âmbito do presente estudo se confira destaque, uma vez que excedem o âmbito Europeu, embora se reconheça a sua conexão com tema.

Assim, pese embora as CDT serem tipicamente dirigidas à eliminação da dupla tributação jurídica, algumas convenções, como é sabido, prevêem regras de eliminação de dupla tributação económica.

4. Crédito de imposto por dupla tributação económica internacional

Relativamente ao crédito de imposto como instrumento jurídico para eliminar a dupla tributação económica, o n.º 9 do artigo 51.º do Código do IRC, prevê que nos casos em que os requisitos para a aplicação do regime de isenção de participação, previstos no mesmo artigo não estejam preenchidos, os lucros distribuídos ao sujeito passivo residente

Esta passagem reconduz-nos ao elemento subjectivo, sendo ainda melhor concretizado pelo TJUE no mesmo acórdão como sendo a *“vontade de obter um benefício que resulta da legislação comunitária, criando artificialmente as condições exigidas para a sua obtenção.”*

Conforme refere JOÃO FÉLIX NOGUEIRA, o elemento subjectivo tem como objectivo determinar *“se a conduta do sujeito visa a obtenção de uma «posição de vantagem» que não foi prevista para o seu perfil fáctico”*.

Em termos práticos, a melhor forma de aferir a presença deste elemento numa determinada estrutura de detenção participações sociais consiste em comparar os efeitos fiscais decorrentes da utilização dessa estrutura com os efeitos fiscais existentes num cenário em que a mesma não se encontrasse presente.

⁽¹⁰⁵⁾ No que respeita ao elemento objectivo, existirá abuso quando *“apesar da verificação dos requisitos (formais) necessários para despoletar a aplicação de determinada disposição, a situação fáctica não se enquadre no âmbito teleológico dessa regulamentação”*.

⁽¹⁰⁶⁾ Cfr. CÉCILE BROKELIND, *Anti-Directive Shopping on Outbound Dividends in Light of the Pending Decision in Holcim France* (Case-6/16), IBFD European Taxation, Setembro 2016.

podem ainda beneficiar de um crédito de imposto por dupla tributação internacional (*switch-over credit*) nos termos dos artigos 91.º e 91.º A do Código do IRC ⁽¹⁰⁷⁾.

A propósito da articulação com a regra anti abuso prevista no n.º 13 do artigo 51.º do Código do IRC refira-se que o crédito de imposto por dupla tributação económica internacional, parece aplicável mesmo nas situações que sejam subsumíveis à previsão da norma anti abuso.

Porém, essa interpretação não resulta da consideração da regra do n.º 13 do artigo 51.º como um requisito ⁽¹⁰⁸⁾ mas porque o n.º 13 do artigo 51.º do Código do IRC, refere que só não será aplicável o disposto no n.º 1 do mesmo artigo, ou seja o regime de isenção.

Acresce que, o método do crédito de imposto não tem a mesma permeabilidade face a situações de abuso, na medida em que o imposto sobre os dividendos recebidos deverá ser pago, pese embora o sujeito passivo que recebe os dividendos, poder beneficiar posteriormente de um crédito de imposto correspondente à menor das seguintes importâncias: (i) à fração do imposto sobre o rendimento pago no estrangeiro pela entidade residente fora do território nacional e por entidades por esta detidas directa e indirectamente, correspondente aos lucros e reservas distribuídos ao sujeito passivo; ou (ii) à fracção do IRC, calculado antes da dedução deste crédito de imposto, correspondente aos lucros e reservas distribuídos ao sujeito passivo, acrescidos do imposto sobre os lucros pagos relativamente aos mesmos pelas entidades por eles detidas, directa ou indirectamente, nos Estados em que sejam residentes, líquidos dos gastos directa ou

⁽¹⁰⁷⁾ De acordo com o n.º 4 do artigo 91.º do Código do IRC, “*sempre que não seja possível efectuar a dedução (...), por insuficiência de colecta no período de tributação em que os rendimentos obtidos no estrangeiro foram incluídos na matéria colectável, o remanescente pode ser deduzido à colecta dos cinco períodos de tributação seguintes (...)*”. Ora esta possibilidade, prevista aquando da supracitada reforma do IRC não é totalmente inovadora.

Note-se que, até 1999 e após 2005, caso o sujeito passivo não apurasse colecta, perderia o direito à dedução do crédito de imposto. Ou seja, naquele período, a aplicação do crédito de imposto por dupla tributação internacional encontrava-se condicionada ao apuramento de colecta.

No período compreendido entre 1999 e 2005, por força da alteração introduzida na norma em referência pela Lei n.º 87-B/1998, de 31 de Dezembro (Lei do Orçamento do Estado para 1999 que se manteve em vigor até ao Orçamento Rectificativo para 2005), existia a possibilidade de reporte do crédito de imposto por dupla tributação internacional por um período de cinco exercícios.

⁽¹⁰⁸⁾ Note-se que segundo o n.º 9 do artigo 51.º do Código do IRC o crédito de imposto é aplicável quando os requisitos de aplicação do regime de isenção não estejam preenchidos.

indirectamente suportados para a sua obtenção, e deduzida do montante referente ao crédito de imposto por dupla tributação internacional.

Anote-se que no *Estudo comparado sobre os regimes de eliminação da dupla tributação económica na UE*, junto como **Documento n.º 1**, pode confirmar-se que existem jurisdições que possibilitam também a aplicação desse método, designadamente a Áustria e o Chipre.

Por último, refira-se que a opção do legislador de possibilitar a utilização do método do crédito de imposto, ainda que a título subsidiário, não é isenta de dificuldades, tendo em vista o seu elevado nível de complexidade ⁽¹⁰⁹⁾, quer para os sujeitos passivos, quer para a Autoridade Tributária aquando do controlo das situações que beneficiem deste crédito de imposto, tendo em razão desse facto, esta opção, um valor prático limitado.

Adicionalmente refira-se que alguns EM permitem que o imposto estrangeiro que não possa beneficiar do mecanismo do crédito de imposto por dupla tributação internacional possa ser considerado gasto dedutível.

A este respeito, saliente-se o regime fiscal da Bulgária, da Croácia, da Irlanda e, bem assim, do Luxemburgo ⁽¹¹⁰⁾.

Assim, quando não seja aplicável o mecanismo de crédito de imposto por dupla tributação internacional, ou quando, sendo aplicável, a sociedade não apresente colecta suficiente (nomeadamente numa situação de prejuízo fiscal), o imposto suportado no estrangeiro poderá ser deduzido como gasto para efeitos fiscais.

No caso da Bulgária e da Croácia refira-se que, não parece existir um enquadramento específico, não obstante, o enquadramento fiscal deverá seguir o tratamento contabilístico pelo que, de um modo geral, se estes impostos se encontrarem reflectidos como gasto nas demonstrações financeiras, os mesmos deverão ser deduzidos para efeitos fiscais.

⁽¹⁰⁹⁾ Complexidade decorrente da necessidade de verificar os vários níveis de distribuição de dividendos, isto é de subsidiárias.

⁽¹¹⁰⁾ Informação recolhida do portal IBFD com referência a Novembro de 2013.

Capítulo V – Regime de isenção de participação: o caso português

1. Enquadramento do regime actual

Ainda que o período decorrido entre a aprovação do Código do IRC e da Directiva mães-filhas seja diminuto, o legislador português introduziu um regime de eliminação da dupla tributação económica aquando da aprovação do Código do IRC, através do Decreto-Lei n.º 442-B/88, de 30 de Novembro.

Refira-se que o regime então em vigor seguia, ainda que inicialmente limitado a operações internas, as linhas orientadoras que em momento ulterior foram introduzidas na Directiva mães-filhas, sendo aplicável a participações no capital social, de entidades residentes, iguais ou superiores a 25%, sujeitas e não isentas de IRC ou sujeitas a imposto do jogo, desde que esta permanecesse na sua titularidade durante dois anos consecutivos ou desde a constituição da entidade participada. A eliminação da dupla tributação consistia então na exclusão da base tributável do IRC de uma importância correspondente a 95% dos rendimentos distribuídos por aquelas entidades. No *Estudo comparado sobre os regimes de eliminação da dupla tributação económica na UE*, junto como **Documento n.º 1**, pode constatar-se que na actualidade, alguns EM adoptam ainda o método da isenção parcial, designadamente a Alemanha, a Bélgica, a França e a Itália.

Ora, através deste regime o legislador pretendeu evitar a tributação sucessiva que ocorreria quando os lucros já tributados em sede de IRC e distribuídos aos sócios, pessoas colectivas, integrassem o seu lucro tributável, voltando a constituir base de incidência do imposto. A dedução de 95% dos lucros incluídos na base tributável praticamente eliminava a “tributação em cascata”. A parte correspondente a 5% dos lucros, não dedutíveis, podia ser levada à conta de despesas de gestão relativas à participação, constituindo o máximo consentido na Directiva mães-Filhas.

O regime assim delineado era ainda aplicável às sociedades com o regime jurídico de SGPS, embora sem dependência dos requisitos exigidos quanto à percentagem de participação e ao prazo em que esta tivesse permanecido na sua titularidade ⁽¹¹¹⁾.

⁽¹¹¹⁾ Cfr. artigo 7º do Decreto-Lei n.º 495/88, de 30 de Dezembro.

Entretanto com o Decreto-Lei n.º 123/92, de 2 de Julho, procedeu-se à transposição da Directiva mães-filhas, tendo o regime sido alargado às situações em que entidades residentes em território português detivessem participações, nos termos e condições ali previstas, em entidade residente noutro EM das Comunidades Europeias, sendo o regime aplicável nos estritos termos já constantes do Código do IRC relativamente aos lucros distribuídos por sociedades afiliadas residentes.

Todavia, a dispensa de retenção na fonte estabelecida para os lucros distribuídos por sociedades afiliadas em território português às respectivas sociedades-mães de EM diferentes, estabeleceu-se, sem prejuízo das disposições das convenções bilaterais existentes, até 31 de Dezembro de 1999, às taxas de 15%, nos primeiros cinco anos, e de 10%, nos três últimos, de acordo com o regime derogatório previsto em benefício de Portugal.

Desse modo, previa-se relativamente às taxas, que os lucros que uma entidade residente em território português, nas condições estabelecidas no artigo 2.º da Directiva mães filhas, colocasse à disposição de entidade residente noutro EM que estivesse nas mesmas condições, que detivesse directamente uma participação no capital da primeira não inferior a 25% durante dois anos consecutivos ou desde a constituição da entidade participada, contanto que, neste último caso, a participação fosse mantida durante aquele período, seriam tributados nos termos *supra* referidos.

Entretanto, com o decurso do tempo, foram introduzidas ao regime inúmeras alterações.

A este respeito remetemos para a síntese relativa à evolução do regime português, em anexo como **Documento n.º 2**, na qual se descreve a evolução do regime até ao regime de isenção de participação tal como hoje o conhecemos.

Após uma evolução, por vezes atribulada ⁽¹¹²⁾, decorreu a Reforma do IRC de 2014, aprovada pela Lei n.º 2/2014, de 16 de Janeiro, através da qual foram introduzidas profundas alterações em diversos domínios do respectivo Código, das quais se destacam,

⁽¹¹²⁾ Recorde-se a título de exemplo a saga do requisito da tributação efectiva, ou mesmo os trabalhos de comissões de reforma não acolhidos, como é o caso da Comissão de Reforma da Fiscalidade Internacional em Portugal de 1998 presidida pelo Professor ALBERTO XAVIER.

neste âmbito, as respeitantes ao regime da atenuação ou eliminação da dupla tributação económica e ao tratamento das mais e menos-valias realizadas, introduzindo-se um regime de isenção de participação, aplicável aos lucros e reservas e, bem assim, às mais e menos valias realizadas.

Era um facto reconhecido que o regime anteriormente em vigor, nos termos em que havia sido adoptado, era muito limitado, quando comparado com o previsto noutros EM.

Aquele regime não se aplicava genericamente às mais-valias (com excepção do previsto no regime específico das sociedades SGPS) e, no caso dos lucros, a sua aplicação encontrava-se limitada às sociedades residentes em EM, nos restantes países que compõem o EEE e à Suíça, bem como, às distribuições de dividendos efectuados internamente.

O alargamento do regime às mais-valias encontra a sua *ratio*, tal como decorre do Relatório final da Comissão para a Reforma do IRC ⁽¹¹³⁾, no entendimento segundo o qual a realização de mais-valias e a distribuição de dividendos, *“são duas formas alternativas de aporção de valor aos acionistas, sendo concebidas como substitutos próximos, em função da sua inerente substituíbilidade relativa”* ⁽¹¹⁴⁾.

Assim, considerou-se que um tratamento fiscal discrepante entre as duas formas de realização de rendimento poderia ser susceptível de influenciar a decisão de detenção de capital nas empresas, modificando, desta forma, o comportamento “natural” dos agentes económicos ⁽¹¹⁵⁾.

No que respeita à proveniência dos lucros recebidos (à entrada ou *inbound*), passaram a poder ter a sua origem em qualquer jurisdição, excepto em país, território ou região com

⁽¹¹³⁾ Comissão para a Reforma do IRC em “*Relatório Final – Uma Reforma do IRC Orientada Para a Competitividade, o Crescimento e o Emprego*”, 2013.

⁽¹¹⁴⁾ *Ibid.* e artigo 51.ºC do Código do IRC.

⁽¹¹⁵⁾ *Ibid.*

um regime fiscal claramente mais favorável constante de lista aprovada por Portaria ⁽¹¹⁶⁾ do membro do Governo responsável pela área das finanças ⁽¹¹⁷⁾.

Por outro lado, no que respeita à distribuição de dividendos a entidades não residentes (à saída ou *outbound*), uma das designadas regras interligadas no Relatório da Reforma do IRC, passaram a estar abrangidas pela isenção, as distribuições de lucros por sociedades residentes em território português a sociedades residentes noutra EM da UE, num Estado do EEE que esteja vinculado a cooperação administrativa no domínio da fiscalidade equivalente à estabelecida no âmbito da UE ou num Estado com o qual tenha sido celebrada e se encontre em vigor uma CDT que preveja a troca de informações ⁽¹¹⁸⁾.

Assim, de acordo com o novo regime de isenção de participação, é concedida uma isenção com um carácter tendencialmente universal, posto que, aplicável aos lucros distribuídos e, bem assim, às mais-valias realizadas, desde que, a entidade que receba os rendimentos derivados da detenção de participações sociais, observe um conjunto de condições.

2. Rendimentos recebidos por sociedades residentes

2.1. Dividendos de fonte portuguesa ou estrangeira recebidos por sociedades residentes

Sobre o regime de eliminação da dupla tributação económica, na parte que agora será objecto de análise, foi elaborada uma síntese abrangendo os respectivos requisitos e implicações, relativamente às sociedades residentes, em anexo como **Documento n.º 3**.

Estabelece actualmente o artigo.º 51 do Código do IRC, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 7-A/2016 ⁽¹¹⁹⁾, de 30 de Março, que aprovou o OE 2016, que os lucros e

⁽¹¹⁶⁾ Até 29 de Dezembro de 2016 Portaria n.º 150/2004, de 13 de Fevereiro, alterada pela Portaria n.º 292/2011, de 8 de Novembro (A Portaria n.º 292/2011, de 8 de Novembro, retirou da lista referida a República de Chipre e as *holdings* 1929 do Luxemburgo, com efeitos a partir de 9 de Novembro de 2011). Desde 30 de Dezembro de 2016 Portaria n.º 345-A/2016 (de acordo com esta última a ilha de Jersey, pertencente às Ilhas do Canal, a Ilha de Man e o Uruguai deixam de pertencer àquela lista).

⁽¹¹⁷⁾ Artigo 51.º do Código do IRC.

⁽¹¹⁸⁾ Cfr. n.º 3 do artigo 14.º do Código do IRC.

⁽¹¹⁹⁾ Uma vez que a Lei n.º 42/2016, de 28 de Dezembro que aprova o Orçamento do Estado para 2017 não prevê alterações a este regime para além da prevista a propósito do regime aplicável (i) às perdas por imparidade: as perdas por imparidade e outras correcções de valor em partes sociais ou outros instrumentos de capital próprio, que tenham sido dedutíveis em sede de IRC, se considerem componentes positivas do lucro tributável no período de tributação em que ocorra a respectiva transmissão onerosa,

reservas distribuídos a sujeitos passivos de IRC com sede ou direcção efectiva em território português, não concorrem para a determinação do seu lucro tributável, desde que se verifiquem cumulativamente os seguintes requisitos:

- 1) O sujeito passivo detenha uma participação não inferior a 10% do capital social ou dos direitos de voto da entidade que distribui os lucros ou reservas, deste que a participação seja detida de forma ininterrupta durante o ano anterior à distribuição ou, se detida há menos tempo, seja mantida durante o tempo necessário para completar aquele período;
- 2) O sujeito passivo não seja abrangido pelo regime da transparência fiscal ⁽¹²⁰⁾;
- 3) A entidade que distribui os lucros ou reservas esteja sujeita e não isenta ⁽¹²¹⁾ de IRC, do imposto referido no art.º 7º, de um imposto referido no art.º 2º da Directiva nº 2011/96/EU, do Conselho, de 30 de Novembro, ou de um imposto de natureza idêntica ou similar ao IRC e a uma taxa legal aplicável à entidade não seja inferior a 60% ⁽¹²²⁾ da taxa do IRC ⁽¹²³⁾. Caso não cumpra tal requisito, encontra-se ainda prevista uma cláusula de salvaguarda, segunda a qual deverá preencher cumulativamente as seguintes condições ⁽¹²⁴⁾:

desde que seja aplicável o regime de isenção de participação previsto no artigo 51.ºC do Código do IRC; e bem assim a relativa ao (ii) reinvestimento dos valores de realização: São excluídas do âmbito de aplicação do regime de reinvestimento dos valores de realização, o qual permite tributar o saldo positivo entre as mais e menos valias apuradas com a sua transmissão em apenas 50%, as propriedades de investimento, ainda que contabilizadas como activo fixo tangível.

⁽¹²⁰⁾ Sob pena da verificação de um duplo benefício, note-se que o próprio regime da transparência fiscal funciona *per se* como um regime de eliminação da dupla tributação económica.

⁽¹²¹⁾ Parece reiterar-se esta necessidade na alínea b) do n.º 10 do artigo 51.º do Código do IRC, não obstante o n.º 2 do artigo 51.º do Código do IRC. Tal sobreposição parece reveladora de alguma incoerência.

⁽¹²²⁾ Ou seja, em 2017, a taxa de imposto aplicável à empresa que distribui os lucros deverá ser superior a 12,6% (*i.e.* 60% da taxa de IRC – 21%). Entende-se assim que Portugal não deve excluir de tributação rendimentos que não foram sujeitos a uma tributação média, a qual é aferida com referência a 60% da taxa nominal de IRC.

⁽¹²³⁾ Note-se que se trata de uma taxa nominal e não de uma taxa efectiva, a análise reside na identificação da taxa estatutária e da aferição do exercício contabilístico visando determinar o valor concreto de imposto suportado. Aliás, a consideração da taxa de tributação efectiva neste âmbito, vai ao encontro, precisamente da anterior redacção do n.º 10 do artigo 51.º do Código do IRC, ao fazer depender a aplicação do regime da verificação de “*tributação efectiva*”. Requisito que gerou bastante discussão e, naturalmente, incerteza. Posteriormente serão feitas mais referências a este requisito.

⁽¹²⁴⁾ No entanto, mesmo nos casos em que os lucros distribuídos tenham sido sujeitos a uma taxa de tributação inferior àquele limite de 60% do IRC, a aplicação do regime de isenção de participação

- 3.1) Os lucros ou rendimentos advenham de, pelo menos, 75% do exercício de uma actividade agrícola ou industrial ou comercial ou de prestação de serviços que não esteja dirigida predominantemente ao mercado português;
- 3.2) A actividade principal da participada não consista em operações de actividade bancária e seguradora, nem de rendimentos de operações passivas, entre outras, detenção de partes de capital inferiores a 5% (desde que não residentes em jurisdição integrante de lista de “paraísos fiscais”).
- 4) A entidade que distribui os lucros ou reservas não tenha residência ou domicílio em país, território ou região sujeito a um regime fiscal claramente mais favorável constante de lista aprovada por Portaria ⁽¹²⁵⁾ do membro do Governo responsável pela área das finanças;

A propósito desta última norma, constante na alínea e) do n.º 1 do artigo 51.º do Código do IRC, importa tecer algumas considerações.

Assim, o facto de se remeter para um normativo que, com grande probabilidade, pode não representar com rigor as circunstâncias actuais de algum país, território ou região e aí considerado sujeito a um regime fiscal claramente mais favorável, não parece constituir a melhor solução ⁽¹²⁶⁾.

encontrar-se-á assegurada desde que se encontrem cumpridos os requisitos previstos no n.º 6 do artigo 66.º do Código do IRC, por remissão do n.º 2 do artigo 51.º do mesmo Código.

Trata-se de uma cláusula de salvaguarda, aplicável se, a sociedade filha, ainda que sujeita a uma taxa de tributação baixa, desenvolver actividades não passivas, designadamente as referidas no n.º 6 do artigo 66.º do Código do IRC. Saliente-se, a *ratio* da norma anti abuso é a de evitar que sociedades que desenvolvam actividades meramente passivas beneficiem na esfera da sociedade-mãe do regime de eliminação da dupla tributação económica.

Ou seja, nos casos em que a actividade desenvolvida pela entidade que distribui os lucros tenha um carácter “genuinamente empresarial”, nas palavras de RUI DUARTE MORAIS, a aplicação do regime de isenção de participação encontrar-se-á assegurada. Note-se que a possibilidade de aplicação deste regime se manterá mesmo que a sociedade que distribui os lucros esteja sujeita a uma taxa de tributação de, no limite, 1%.

⁽¹²⁵⁾ Até 29 de Dezembro de 2016 Portaria n.º 150/2004, de 13 de Fevereiro, alterada pela Portaria n.º 292/2011, de 8 de Novembro (A Portaria n.º 292/2011, de 8 de Novembro, retirou da lista referida a República de Chipre e as *holdings* 1929 do Luxemburgo, com efeitos a partir de 9 de Novembro de 2011). Desde 30 de Dezembro de 2016 Portaria n.º 345-A/2016 (de acordo com esta última a ilha de Jersey, pertencente às Ilhas do Canal, a Ilha de Man e o Uruguai deixam de pertencer àquela lista).

⁽¹²⁶⁾ A este respeito a Professora ANA PAULA DOURADO observa que não obstante as recomendações, não vinculativas, (em: Comissão para a Reforma do IRC em “*Relatório Final – Uma Reforma do IRC Orientada*”

Na realidade, se por um lado pode acontecer que um Estado com um regime fiscal claramente mais favorável não conste desse normativo, por razões que podem reconduzir-se a meros atrasos na actualização, também pode ocorrer que um Estado que já não deve ser considerado como tendo um regime fiscal claramente mais favorável, ainda conste desse normativo.

Assim, e salvo melhor opinião, talvez tivesse sido oportuno e adequado utilizar, apenas, um critério semelhante ao adoptado em Itália ⁽¹²⁷⁾, no qual se faz depender a qualificação de jurisdição favorável, do *threshold* previsto nas regras CFC; quando a taxa de imposto é inferior a 50% do imposto sobre as sociedades (poderá adoptar-se uma limiar superior), estamos em presença de país, território ou região que deverá ser considerado um regime privilegiado ⁽¹²⁸⁾. E complementado com uma exigência adicional, que passasse, a título de exemplo, por exigir-se, a existência de uma convenção que preveja a troca de informações, quando aquele *threshold* não seja verificado e o n.º 2 do artigo 51.º do Código do IRC seja aplicável.

Note-se, que do *Estudo comparado sobre os regimes de eliminação da dupla tributação económica na UE*, junto como **Documento n.º 1**, podemos concluir que nenhum dos EM utiliza especificamente como limite ao âmbito de aplicação do regime de isenção de participação *inbound*, a existência de um acordo que preveja a troca de informações, mas, em 23 EM o âmbito é mundial, em 3 está limitado à UE e ao EEE, em 1 EM limitado apenas à UE e noutro EM limitado à UE e a Estados com os quais tenha sido celebrada uma CDT ⁽¹²⁹⁾.

para a Competitividade, o Crescimento e o Emprego”, 2013, pág. 191.) sobre os critérios a considerar na qualificação de um regime fiscal como claramente mais favorável, parece ser duvidoso, que Portugal possa incluir nessa lista países que passaram nos *peer reviews* da OCDE, em “Conferência sobre a Reforma do IRC, 10 de Outubro de 2013, IDEFF – Internacionalização da Economia – Participation Exemption, Crédito de Imposto e Estabelecimento Estável.

⁽¹²⁷⁾ “Definition of “Privileged tax jurisdiction” is provided by the new Italian CFC rule (main principle: nominal corporate tax rate <50% of Italian corporate tax rate, currently 32.4%, 27,9% as from 2017)” Informação obtida aquando da realização do estudo comparado sobre os regimes de eliminação da dupla tributação económica na UE, cfr. fonte da síntese referente a Itália.

⁽¹²⁸⁾ Solução que se aproxima da prevista na alínea d) do n.º 1 do artigo 51.º do Código do IRC.

⁽¹²⁹⁾ Note, a título de curiosidade, que a Eslováquia, EM que aplica o regime de isenção de participação *inbound* de uma forma mundial, encontra-se a meio de um processo de reforma do imposto sobre o rendimento, estando em fase de discussão. Um dos temas na ordem do dia é o regresso à tributação dos dividendos provenientes de sociedades residentes em países com os quais não tenha sido celebrado uma CDT. Se assim for, será feita uma alteração que vai contra o que tem sido a tendência de aumentar o

Apenas a Áustria, prevê a dispensa do requisito da percentagem de detenção, para os Estados terceiros, caso exista um acordo que preveja a troca de informações (recorde-se que a Áustria não prevê qualquer requisito de percentagem de detenção para residentes ou sociedades residentes na UE).

No que concerne à aplicação do regime na sua vertente *outbound*, verificou-se que, 6 EM limitam o regime à UE e ao EEE, 9 EM limitam o regime à UE, 1 EM prevê que o regime é aplicável à UE e a países com os quais tenha sido celebrado um acordo de troca de informações, 2 EM prevêem que o regime é limitado à EU e a Estados com os quais tenha sido celebrada uma CDT, 4 EM aplicam o regime de uma forma mundial, 1 EM limita o regime à UE, ao EEE e a Estados com os quais tenha sido celebrada uma CDT que preveja a troca de informações e 5 EM não sujeitam o rendimento a tributação.

Não obstante, no regime português ainda que um país, território ou região possa aplicar uma taxa de imposto sobre as sociedades superior a 60% do IRC, se constar do supracitado *normativo*, será considerada, em princípio uma jurisdição privilegiada e, consequentemente, o regime de isenção de participação não será aplicável.

Esta regra parece assumir uma natureza de norma específica anti abuso, conforme considerou a própria Comissão Reforma do IRC, ao referir que este regime passou a ter um “*cariz universal (i.e., aplicável ao investimento independentemente do país ou região em que este se materialize, salvo as indispensáveis normas anti abuso)*” ⁽¹³⁰⁾.

A este respeito, esta Comissão acrescentava, ainda, que “*este regime, que encontra a sua ratio num aprofundamento do princípio da territorialidade, é acompanhado por um conjunto de requisitos que visam assegurar a substância das operações por ele abrangidas*” ⁽¹³¹⁾.

âmbito de aplicação geográfico deste regime. Ora, eventualmente poderá significar a percepção do legislador de que o modelo adoptado não é benéfico para o país, e que a introdução de algumas medidas que restrinjam a aplicação do regime relativamente a investimentos em zonas de baixa tributação, poderão transmitir um maior grau confiança aos EM que sejam seus parceiros económicos, aprofundando assim as respectivas relações.

⁽¹³⁰⁾ Comissão para a Reforma do IRC em “*Relatório Final – Uma Reforma do IRC Orientada Para a Competitividade, o Crescimento e o Emprego*”, 2013, pág. 104.

⁽¹³¹⁾ Comissão para a Reforma do IRC em “*Relatório Final – Uma Reforma do IRC Orientada Para a Competitividade, o Crescimento e o Emprego*”, 2013, pág. 102.

Deste modo, é inequívoco que a alínea e) do n.º 1 do artigo 51.º do Código do IRC tem a natureza de uma norma anti abuso específica, criada pelo legislador com a presunção de que os territórios sujeitos a um regime claramente mais favorável são invariavelmente utilizados com o objectivo de evasão fiscal.

A propósito das normas específicas anti abuso, SALDANHA SANCHES ensinava que as mesmas são “*regras que visam combater a evitação fiscal em zonas e através de comportamentos específicos, prognosticadas como de risco ou potencialmente suspeitos, através da criação de presunções ilidíveis ou inilidíveis, inversões do ónus da prova ou, de forma mais radical, desconsideração de certos custos*” ⁽¹³²⁾.

SALDANHA SANCHES acrescentava que “*as normas anti abuso, sempre que não são meras inversões do ónus da prova e se tornam presunções inilidíveis (...), criam regras para determinação do lucro tributável que podem constituir uma violação frontal do princípio da igualdade entre os onerados tributários*” ⁽¹³³⁾.

Contudo, ao contrário do que se verifica em outras normas anti abuso específicas previstas no Código do IRC ⁽¹³⁴⁾, o legislador não criou qualquer mecanismo próprio no artigo 51.º daquele Código que permita afastar a presunção de abuso prevista na alínea e) do seu n.º 1, restando assim a aplicação do princípio geral decorrente do Código Civil e da LGT, nos termos do qual as presunções estabelecidas em normas de incidência tributária são sempre ilidíveis, sob pena de serem consideradas inconstitucionais.

Importa ainda deixar nota de que, no decorrer da preparação do presente estudo, a lista de países, territórios, ou regiões sujeitas a um regime fiscal claramente mais favorável foi actualizada ⁽¹³⁵⁾ e, na sequência da aprovação da Lei do OE 2017, a qual introduziu alterações à LGT, o mecanismo de identificação de países, territórios ou regiões sujeitas a regimes fiscais claramente mais favoráveis parece ter sido complementado.

⁽¹³²⁾ JOSÉ LUÍS SALDANHA SANCHES, *Os limites do planeamento fiscal*, pág. 199, Coimbra Editora, 2006.

⁽¹³³⁾ *Ibid.* pág. 206.

⁽¹³⁴⁾ *Vide.* a alínea r) do n.º 1 do artigo 23.º-A, o n.º 6 do artigo 66.º, e o n.º 8 do artigo 88.º do Código do IRC.

⁽¹³⁵⁾ Portaria n.º 345-A/2016, de 30 de Dezembro, por se revelar desnecessária a manutenção de determinados países, territórios e regiões na lista.

No que respeita à lista, decorridos cinco anos desde a última actualização daquela lista o Governo finalmente considerou oportuno, proceder a uma nova revisão. Conforme resulta do preâmbulo da Portaria n.º 345-A/2016 por se considerar desnecessária a manutenção de determinados países, territórios e regiões na lista ⁽¹³⁶⁾.

Por outro lado, foram aditados dois novos números ao artigo 63.º D da LGT, os quais reforçam a relevância dos critérios materiais.

Nos termos das redacções aditadas:

5 - São, igualmente, considerados países, territórios ou regiões com regime claramente mais favorável aqueles que, ainda que não constem da lista referida no n.º 1 deste artigo, não disponham de um imposto de natureza idêntica ou similar ao IRC ou, existindo, a taxa aplicável seja inferior a 60 % da taxa de imposto prevista no n.º 1 do artigo 87.º do Código do IRC, sempre que, cumulativamente:

a) Os códigos e leis tributárias o refiram expressamente;

b) Existam relações especiais, nos termos do n.º 4 do artigo 63.º do Código do IRC, entre pessoas ou entidades aí residentes e residentes em território português.

6 - O disposto no n.º 5 não é aplicável quando os países, territórios ou regiões correspondam a Estado membro da União Europeia ou a Estado membro do Espaço Económico Europeu, neste último caso desde que esse Estado esteja vinculado a cooperação administrativa no domínio da fiscalidade equivalente à estabelecida no âmbito da União Europeia.

Com efeito poderão ser considerados como países, territórios ou regiões com regime claramente mais favorável, não apenas os que constam da lista aprovada por Portaria, mas também todos aqueles que, não constando dessa lista, não disponham de um imposto de natureza idêntica ou similar ao IRC ou, que dispondo, a taxa aplicável seja inferior a 60% da taxa de IRC aplicável em Portugal (actualmente corresponderá a uma taxa de 12,6%), sempre que se verifiquem as condições nas alíneas a) e b) do n.º 5 do artigo 63.º D da LGT.

⁽¹³⁶⁾ Refira-se ainda que de acordo com o preâmbulo da mesma Portaria, a eliminação da lista não traduz de forma automática a desconsideração da jurisdição em causa do âmbito das restantes normas anti abuso dispersas pelo sistema tributário português que contenham critérios materiais adicionais alternativos à mera presença na lista (v.g. eliminação da dupla tributação económica de lucros e reservas distribuídos ou imputação de rendimentos de entidades não residentes sujeitas a um regime fiscal privilegiado).

Em face do exposto, parece que o legislador tomou conhecimento de que o mecanismo adoptado poderia tornar-se estático, aproximando-o do referido regime adoptado pela Itália.

Por último, resta saber como será operada a sua articulação com o n.º 2 do artigo 51.º do Código do IRC, o qual dispensa a necessidade de um imposto de natureza idêntica ou similar ao IRC a uma taxa não inferior a 60% da taxa de IRC prevista no n.º 1 do artigo 87.º.

Note-se que este regime é também aplicável aos lucros e reservas que sejam imputáveis a estabelecimento estável situado em território português de uma entidade residente num EM da UE ou no EEE e preencha, em qualquer um dos casos, os requisitos do artigo 2.º da Directiva 2011/96/EU ou num Estado, que não um paraíso fiscal, com o qual Portugal tenha celebrado uma CDT que preveja cooperação administrativa e que nesse Estado esteja sujeita e não isenta de um imposto de natureza idêntica ou similar ao IRC ⁽¹³⁷⁾.

Prevê-se, ainda, que o regime de eliminação da dupla tributação económica apenas seja aplicável no caso de as entidades distribuidoras de dividendos e respectivas sub-afiliadas se encontrarem sujeitas e não isentas de imposto sobre o rendimento, excepto se a entidade que distribui os lucros ou reservas for residente num EM da UE ou do EEE que esteja vinculado a cooperação administrativa no domínio da fiscalidade equivalente à estabelecida no âmbito da EU, bem como, desde que os lucros e reservas distribuídos não constituam gastos dedutíveis na esfera da entidade distribuidora.

2.2 Mais-valias e menos-valias realizadas com a transmissão de participações sociais por sociedades residentes

Nos termos do art.º 51º-C do Código do IRC, não concorrem para a determinação do lucro tributável dos sujeitos passivos de IRC com sede ou direcção efectiva em território português as mais e menos-valias realizadas ⁽¹³⁸⁾ mediante transmissão onerosa de partes

⁽¹³⁷⁾ Cfr. artigo 51.º D do Código do IRC.

⁽¹³⁸⁾ Coeficientes de desvalorização da moeda aplicáveis aos bens e direitos alienados durante o ano de 2016 Portaria n.º 316/2016, de 14 de Dezembro.

sociais, qualquer que seja o título por que se opere e independentemente da percentagem da participação social transmitida.

Todavia, o regime descrito apenas é aplicável quando se verificarem, entre outros, os seguintes requisitos:

- 1) O sujeito passivo detenha directa ou directa e indirectamente uma participação não inferior a 10% do capital social ou dos direitos de voto da entidade cuja transmissão dê origem a uma mais ou menos-valia;
- 2) ii) As partes sociais serem detidas ininterruptamente durante o ano anterior à alienação, desde que, na data da respectiva transmissão, se mostrem cumpridos os requisitos previstos nas alíneas c) e e) do n.º 1 do artigo 51.º, bem como o requisito previsto na alínea d) do n.º 1 ou no n.º 2 do mesmo artigo.

O regime é igualmente aplicável às mais e menos-valias realizadas com a transmissão de outros instrumentos de capital próprio associados às partes sociais referidas, designadamente prestações suplementares, bem como, às mais-valias e às menos-valias resultantes da transmissão onerosa de partes sociais e de outros instrumentos de capital próprio no âmbito de operações de fusão, cisão, entrada de activos ou permuta de partes sociais não abrangidas pelo regime especial previsto nos artigos 73.º e seguintes (Regime especial aplicável às fusões, cisões, entradas de activos e permutas de partes sociais), quando realizadas pelas sociedades fundidas, cindidas ou contribuidoras, ou pelos sócios das sociedades fundidas, cindidas ou adquiridas, desde que estes últimos sejam sujeitos passivos de IRC com sede ou direcção efectiva em território português.

Excluem-se ainda do regime, as mais-valias e menos-valias realizadas com a transmissão de partes sociais quando o valor dos imóveis detidos pela participada represente mais de 50%⁽¹³⁹⁾ do respectivo activo (com algumas excepções). Esta restrição apenas é aplicável aos imóveis adquiridos em ou após 1 de Janeiro de 2014⁽¹⁴⁰⁾.

⁽¹³⁹⁾ Note-se que para a verificação deste requisito, não terá de se preparar um balanço *ad hoc*, o que significaria aliás um elevado encargo para as empresas, o mesmo deve ser aferido no último dia do ano e com referência ao valor médio anual.

⁽¹⁴⁰⁾ Cfr. n.º 12 do artigo.º 12.º da Lei nº 2/2014, de 16 de Fevereiro.

2.3 Encargos não dedutíveis para efeitos fiscais

Não concorrem para a formação do lucro tributável as menos-valias e outras perdas relativas a instrumentos de capital próprio, na parte do valor que corresponda aos lucros ou reservas distribuídos ou às mais-valias realizadas com a transmissão onerosa de partes sociais da mesma entidade que tenham beneficiado, no próprio período de tributação ou nos quatro períodos anteriores, da dedução prevista no artigo 51.º, do crédito por dupla tributação económica internacional prevista no artigo 91.º-A ou da dedução prevista no artigo 51.º-C ⁽¹⁴¹⁾.

Por último, não são aceites como gastos do período de tributação os suportados com a transmissão onerosa de instrumentos de capital próprio, qualquer que seja o título por que se opere, de entidades com residência ou domicílio em país, território ou região sujeitos a um regime fiscal claramente mais favorável constante de lista aprovada por portaria do membro do Governo responsável pela área das finanças ⁽¹⁴²⁾.

A este respeito, atente-se a *supracitada* síntese sobre os requisitos e implicações gerais do regime relativamente às sociedades residentes, em anexo como **Documento n.º 3**.

3. Rendimentos recebidos por sociedades não residentes

3.1 Dividendos de fonte portuguesa recebidos por sociedades não residentes

Sobre o regime de eliminação da dupla tributação económica, na parte que agora será objecto de análise, foi elaborada uma síntese abrangendo os respectivos requisitos e implicações, relativamente às sociedades não residentes, em anexo como **Documento n.º**

4.

De acordo com o n.º 3 do artigo 14.º do Código do IRC os lucros e reservas que uma entidade residente em território português, sujeita e não isenta de IRC, coloque à disposição de entidades residentes noutro EM da UE, num EM do EEE que esteja vinculado a cooperação administrativa no domínio da fiscalidade equivalente à estabelecida

⁽¹⁴¹⁾ Cfr. n.º 2 do artigo 23.ºA do Código do IRC.

⁽¹⁴²⁾ Cfr. n.º 3 do artigo 23.ºA do Código do IRC.

no âmbito da UE ou num Estado com o qual tenha sido celebrada e se encontre em vigor uma CDT que preveja a troca de informações, estão isentos de retenção na fonte.

Porém, a isenção de imposto apenas é aplicável quando se verifiquem, entre outros, ainda os seguintes requisitos:

- 1) Quando exista uma percentagem de participação no capital social da entidade que distribui os lucros ou reservas não inferior a 10% do capital social ou dos direitos de voto;
- 2) Detenha a referida participação de modo ininterrupto durante o ano anterior à colocação à disposição;

A entidade beneficiária dos lucros e reservas deverá estar sujeita e não isenta de um imposto referido no artigo 2.º da Directiva n.º 2011/96/UE, do Conselho, de 30 de Novembro, ou de um imposto de natureza idêntica ou similar ao IRC.

3.2 Mais-valias e menos valias realizadas com a transmissão de participações sociais por sociedades não residentes

Estão isentas de acordo com o disposto no art.º 27º do EBF, as mais-valias realizadas com a transmissão onerosa de partes sociais por entidades que não tenham domicílio em território português e aí não possuam estabelecimento estável ao qual as mesmas sejam imputáveis.

A referida isenção não é aplicável:

- 1) A entidades não residentes e sem estabelecimento estável em território português que sejam detidas, directa ou indirectamente, em mais de 25 %, por entidades residentes; e
- 2) As entidades não residentes e sem estabelecimento estável em território português que sejam domiciliadas em país, território ou região sujeitas a um regime fiscal claramente mais favorável, constante de lista aprovada por portaria do Ministro das Finanças (redacção dada pelo artigo 144.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de Dezembro);
- 3) Às mais-valias realizadas por entidades e pessoas singulares não residentes com a transmissão onerosa de partes sociais em sociedades residentes em território português cujo activo seja constituído, em mais de 50 %, por bens imóveis aí situados ou que,

sendo sociedades gestoras ou detentoras de participações sociais, se encontrem em relação de domínio, tal como esta é definida no artigo 13.º do Regime Jurídico das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro, a título de dominantes, com sociedades dominadas, igualmente residentes em território português, cujo activo seja constituído, em mais de 50 %, por bens imóveis aí situados.

4. Algumas considerações sobre os termos em que o regime foi aprovado

Apresentado o regime de isenção de participação nos termos em que se encontra actualmente em vigor, importa tecer algumas observações sobre alguns aspectos práticos do regime que podem originar incertezas aquando da sua aplicação, bem como alguns outros que, do meu ponto de vista e salvo melhor opinião, se adoptadas no respectivo enquadramento legal, poderiam conduzir ao seu aperfeiçoamento.

4.1. Requisitos quantitativos e temporais relativos à participação social subjacente

O regime harmonizado estabelece apenas um tratamento uniforme mínimo, nada impedindo os EM de considerarem requisitos quantitativos e temporais menos exigentes.

Ora, a solução agora adoptada, pese embora os avanços alcançados, permanece apesar de tudo restritiva, em alguns aspectos, em comparação com a vigente em vários EM da UE, tendo presente o muito que dele se esperava, como por exemplo qualificar Portugal como jurisdição atractiva para efeitos de estruturação de investimento internacional e com efeitos positivos sobre o investimento e o emprego em Portugal ⁽¹⁴³⁾.

Esse carácter restritivo revela-se, desde logo, em três aspectos:

Faz-se depender o acesso ao regime de uma participação não inferior a 10% (e, ainda que fosse de 5%, como foi aprovado inicialmente e, 2% como recomendado pela Comissão de

⁽¹⁴³⁾ Comissão para a Reforma do IRC em “Relatório Final – Uma Reforma do IRC Orientada Para a Competitividade, o Crescimento e o Emprego”, 2013.

Reforma do IRC) do capital social ou dos direitos de voto da entidade que distribui os lucros ou reservas ⁽¹⁴⁴⁾.

Estabelece-se como pressuposto de aplicação do regime a manutenção da participação durante o ano anterior de forma ininterrupta ou, se detida há menos tempo, seja mantida durante o tempo necessário para completar aquele período ⁽¹⁴⁵⁾.

Ora de acordo com *Estudo comparado sobre os regimes de eliminação da dupla tributação económica na UE*, junto como **Documento n.º 1**, constata-se que em alguns EM (v.g. Países Baixos e França) os dividendos recebidos não são tributados na sociedade-mãe se a participação detida corresponder a 5%, sem requisito temporal ou com um requisito temporal de 2 anos, respectivamente.

Verificou-se também que vários EM não aplicam sequer requisitos quantitativos ou temporais (v.g. Áustria, Alemanha, Dinamarca, Itália e Suécia). Refira-se, no que respeita ao regime em vigor na Suécia, que não obstante a aplicação do regime a rendimentos decorrentes de participações em sociedades não cotadas, não dependa de um requisito de participação mínima, o mesmo não acontece no investimentos em sociedades cotadas, estando para aquele efeito prevista uma participação mínima de 10%, solução que apesar de não ser perfeita, parece bastante completa.

Havendo ainda EM que consideram o valor de aquisição da participação como alternativa ao requisito quantitativo da percentagem de detenção (v.g. Espanha e Luxemburgo).

⁽¹⁴⁴⁾ Na proposta da Comissão de Reforma do IRC propunha-se que essa percentagem fosse de 2%, o regime foi aprovado com um requisito de 5%, não obstante, a Lei do OE para 2016 veio alterar o requisito subindo-o para 10%.

⁽¹⁴⁵⁾ Na proposta da referida Comissão propunha-se que esse período fosse mantido em 12 meses, o regime foi aprovado com um requisito de 24 meses, não obstante a Lei do OE para 2016 veio alterar o requisito baixando-o para “o ano anterior à colocação à disposição”. De facto, já no anterior regime de eliminação da dupla tributação económica de lucros distribuídos e desde a entrada em vigor das alterações que lhe foram introduzidas pela Lei n.º 109-B/2001, de 27 de Dezembro, o requisito respeitante ao período de detenção impunha já que a entidade beneficiária deveria deter a participação na sua titularidade, de modo ininterrupto, durante os 12 meses anteriores à data da colocação à disposição dos lucros ou, se detida há menos tempo, desde que a participação fosse mantida durante o tempo necessário para completar aquele período.

Assim, em face dos objectivos propostos, e do modelo de sistema fiscal que parece ter orientado a Reforma do IRC teria sido, desejável que em benefício do acrescido incentivo à internacionalização das empresas portuguesas e ao investimento em Portugal, marcado pela diferença em relação a outras jurisdições na UE, ter-se ido mais longe, aceitando-se como adequados os requisitos da percentagem de participação e o prazo de detenção propostos pela Comissão de Reforma do IRC.

Reitere-se que na proposta da Comissão de Reforma do IRC propunha-se um requisito relativo à percentagem de detenção de 2% e um requisito relativo ao período de detenção de 12 meses ⁽¹⁴⁶⁾.

A este respeito refira-se que o desenvolvimento de uma solução com base na *ratio* subjacente ao regime em vigor na Suécia, isto é introduzindo-se uma maior exigência dos requisitos relativamente às participações em sociedades cotadas poderia não se revelar desadequado. Isto porque o requisito da detenção de uma participação de 2% ⁽¹⁴⁷⁾ beneficia em grande medida o investimento em bolsa, na medida em que o investimento, activo, nos grupos não costuma ser concretizado através de participações de 2% mas, tipicamente através de participações superiores, de 25% a 100%.

A este respeito importa notar, no plano da receita fiscal, que se a introdução de um regime de isenção de participação no âmbito da tributação dos dividendos à entrada (*inbound*) e das mais-valias e menos-valias realizadas por residentes, não aparenta implicar uma significativa perda de receita fiscal ⁽¹⁴⁸⁾, a verdade é que a introdução daquele regime, numa base

⁽¹⁴⁶⁾ Comissão para a Reforma do IRC em “*Relatório Final – Uma Reforma do IRC Orientada Para a Competitividade, o Crescimento e o Emprego*”, pág.104 e pág.105 2013.

⁽¹⁴⁷⁾ Conforme salienta JOSÉ ALMEIDA FERNANDES, “*não resulta da proposta da Reforma do IRC favorecer investimento de bolsistas desde logo devido ao requisito dos 12 meses e, e devido ao requisito de 2%, que constituem o limiar previsto no Código dos Valores Mobiliários de uma participação qualificada (...)*”, em “*Conferência sobre a Reforma do IRC, 10 de Outubro de 2013, IDEFF – Internacionalização da Economia – Participation Exemption, Crédito de Imposto e Estabelecimento Estável*”, adicionalmente vide. b) n.º 2 do artigo 16.º do Código dos Valores Mobiliários.

⁽¹⁴⁸⁾ Isto porque era prática comum, entre os contribuintes com rendimentos abrangidos por este regime, a adopção de esquemas de planeamento fiscal, cujo objectivo económico era reduzir a tributação daqueles rendimento, a título de exemplo, através da alocação dos seus investimentos em sociedades SPGPS ou em sociedades com outro tipo societário consoante se realizassem mais-valias ou menos-valias respectivamente, com vista à não tributação de mais-valias ou à dedutibilidade de menos-valias ou, mesmo através de construções de estruturas societárias.

universal, no âmbito da tributação à saída (*outbound*) tem inerente uma provável perda de receita fiscal, a qual será maior quanto menos exigentes forem os requisitos de aplicação do regime.

Acresce que, do meu ponto de vista e em relação ao requisito da percentagem de participação, deveria ter sido fixado como requisito alternativo o valor de aquisição, o qual deveria ter por referência um montante, ainda assim, inferior ao adoptado em Espanha (€ 20.000.000) mas superiores aos adoptados no Luxemburgo (€ 1.200.000) e na Bélgica (€ 2.500.000), por exemplo € 5.000.000, procedimento que em muitas situações teria a virtualidade de reduzir a percentagem fixada como requisito de acesso ao regime. Os valores apresentados foram confirmados no *Estudo comparado sobre os regimes de eliminação da dupla tributação económica na UE*, junto como **Documento n.º 1**.

Como é sabido, não seria uma prática inovadora no ordenamento jurídico português, uma vez que pela Lei n.º 32-B/2002, 30 de Dezembro, foi introduzido um requisito alternativo à percentagem de detenção da participação, ao tempo traduzido num valor de aquisição não inferior a € 20.000.000, o qual veio a ser eliminado pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro. No entanto note-se que, referi um valor inferior precisamente porque o requisito alternativo que vigorava (€ 20.000.000) era, em face do seu elevado valor, utilizado em situações muito limitadas

Refira-se que não se está a defender que o âmbito de aplicação deste regime seja tornado tão pouco exigente que conduza à inclusão de Portugal no âmbito das normas anti abuso de outros Estados.

Nem tão pouco se está a defender uma redução da exigência dos restantes requisitos estabelecidos ⁽¹⁴⁹⁾, para além dos relativos à percentagem de participação e ao tempo de

⁽¹⁴⁹⁾ Não se defende, por exemplo, o regresso à seguinte redacção para a actual alínea d) do n.º1 do artigo 51.º do Código do IRC proposta pela Comissão de Reforma do IRC:

A entidade que distribui os lucros ou reservas esteja, sujeita e não isenta de IRC, do imposto referido no artigo 7.º, de um imposto referido no artigo 2.º da Diretiva n.º 2011/96/UE, do Conselho de 30 de novembro de 2011, ou de um imposto de natureza idêntica ou similar ao IRC cuja taxa legal mínima aplicável não seja inferior a 10%. O patamar de 10% é, de facto, muito baixo.

Mas refira-se ainda que, a solução adoptada, a qual assenta no patamar de uma “taxa legal (...) não inferior a 60% da taxa do IRC prevista no artigo 87.º, não veio corrigir de uma forma definitiva a solução proposta pela reforma. Isto porque, de acordo com o supracitado relatório final da Reforma do IRC,

detenção. Mas, entende-se que os objectivos perspectivados com estes requisitos, poderiam ser alcançados se fosse estabelecida uma percentagem de participação mais reduzida ou, mantendo inalterado o actual requisito da percentagem de participação, estabelecendo-se como requisito alternativo um valor de aquisição, em montante inferior ao adoptado em Espanha (€ 20.000.000) mas, superior aos adoptados na Bélgica (€ 2.5000.000) e no Luxemburgo (€ 1.200.000), tendo como termo de comparação a integralidade dos regimes adoptados pelos restantes 27 EM.

A fixação deste requisito alternativo ao da percentagem de participação, teria em muitas situações a virtualidade de reduzir a percentagem de detenção fixada como requisito de acesso ao regime, circunstancia que se admite, permitiria uma melhor realização dos objectivos que justificam o regime de isenção de participação, num país que parece privilegiar a neutralidade na importação de capitais.

Em simultâneo, importaria, acautelar que os propósitos do regime continuam a ser a prevenção da dupla tributação, que não serviria de veículo para assegurar qualquer dupla não tributação e, evitar que Portugal se tornasse numa mera plataforma de triangulação de rendimentos de capitais, legislando-se nesse sentido, de acordo com as tendências e recomendações internacionais mais recentes.

Por outro lado, sendo a intenção de alguns dos requisitos estabelecidos o de impedir a aplicação do regime a participações meramente especulativas, exigindo, pelo contrário, substância e estabilidade na carteira de participações, afigura-se-me que a detenção de uma participação durante o ano anterior à distribuição de dividendos, constitui um forte indício de que não se trata de uma participação especulativa. O mesmo se diga de uma participação de 10% do capital social de determinada sociedade, percentagem que, também ela, se considera constituir um indicador de que não se trata de um investimento especulativo.

designadamente na página 63, prevê-se “*uma redução da taxa geral ajustada de IRC de 31,5% para 19% (incluindo a abolição de todas as derramas)*”. Ora a diferença final não será significativa, passando-se de uma taxa mínima proposta de 10% para uma taxa mínima de 11,4% a qual continuará a ser muito pouco exigente (*i.e.* 60% da taxa de IRC a 19% – 11,4%), abrangendo provavelmente “*territórios que estarão integrados em listas negras ou submetidos a regras anti abuso noutros países (é o caso das regras CFC brasileiras aplicáveis a lucros de sociedades controladas e afiliadas em países de taxa inferior a 20%)*” *cf.* Professora ANA PAULA DOURADO em, *A dupla não tributação, a competitividade e o que queremos ser e parecer*, Jornal de Negócios, 28 de Agosto de 2013.

Em face do exposto, e utilizando como termo de comparação os regimes implementados nos restantes EM, afigura-se-me, salvo melhor opinião, que os requisitos previstos no Código do IRC, poderiam, pelo menos no que respeita à percentagem de detenção, ser menos exigentes.

No que respeita à observância dos requisitos em análise, poderá questionar-se, no caso de detenção de uma participação social superior a 10% do capital social da subsidiária, qual a percentagem da participação terá de ser detida durante o ano anterior à disposição.

Assim:

A sociedade X detém uma participação de 15%, sendo que 10% foram adquiridos em N-3 e, 5% foram adquiridos 6 meses antes da distribuição de dividendos.

No que concerne ao regime aplicável aos dividendos, sem prejuízo da possibilidade de *commitment*, isto é de compromisso de detenção durante o tempo previsto com o requisito temporal, será que os dividendos recebidos, relativos à participação de 15%, adquirida nos termos descritos, não beneficiam pela totalidade do disposto no artigo 51.º do Código do IRC? E, conseqüentemente, apenas os 10% se consideram observar o requisito temporal, podendo, nesta parte, beneficiar da isenção?

Do meu ponto de vista e salvo melhor opinião, apenas a percentagem mínima de 10% terá de cumprir o requisito de participação, na medida em que a observância dos requisitos previstos devem ser vistos no seu conjunto, constituindo o indicador mínimo da natureza do investimento.

A este propósito, importa ter presente que esta interpretação tem sido defendida em outras jurisdições (v.g. França) ⁽¹⁵⁰⁾ ⁽¹⁵¹⁾

⁽¹⁵⁰⁾ “In a decision (Nº. 380942) given on 15 December 2014, the Administrative Supreme Court (Conseil d'Etat) ruled that the 2-year holding period condition provided for by the French participation exemption regime does not apply to all shares but only to those corresponding to the 5% minimum participation that is required for the shareholder to qualify as a parent company. Dividends derived from shares held for less than 2 years may therefore be exempt under the participation exemption where the shareholder company holds a minimum participation of 5% for at least 2 years, allowing the shareholder company to qualify as a parent company”, Report from Pierre Burg, IBFD Research Associate.

⁽¹⁵¹⁾ Acresce que, ao abrigo da versão anterior do regime, a doutrina era unânime que aquele requisito apenas teria de ser cumprido com referência à participação mínima (de 10%, à data), cfr. Neste sentido, veja-se a

Analisada a questão, no âmbito da aplicação do regime aos dividendos, cumpre explorar a mesma questão mas, agora no âmbito da aplicação do regime de isenção de participação às mais-valias e menos-valias realizadas.

Assim, no que respeita ao período mínimo de detenção da participação previsto no artigo 51.º-C do Código do IRC, e em face da posição sustentada relativamente à observância dos mesmos requisitos no âmbito de aplicação do regime previsto no artigo 51.º do mesmo Código, poderia ser expectável que a conclusão fosse idêntica no âmbito do artigo 51.º-C do Código do IRC.

Aliás o regime agora previsto no artigo 51.º C do Código do IRC, foi enquadrado pela Comissão de Reforma do IRC como uma extensão do regime de eliminação da dupla tributação económica dos lucros e reservas distribuídos. Sendo que os requisitos de que depende a sua aplicação, enunciado com recurso a algumas remissões para o artigo 51.º do Código do IRC.

Todavia, no termos da respectiva disposição legal, “não concorrem para a determinação do lucro tributável dos sujeitos passivos de IRC com sede ou direcção efectiva em território português as mais e menos-valias realizadas mediante transmissão onerosa, qualquer que seja o título por que se opere e independentemente da percentagem da participação transmitida, de partes sociais detidas ininterruptamente por um período não inferior a um ano, desde que, na data da respectiva transmissão, se mostrem cumpridos os requisitos previstos nas alíneas a), c) e e) do nº 1 do artigo 51.º, bem como o requisito previsto na alínea d) do nº 1 ou no nº 2 do mesmo artigo.”

Assim, pese embora a conexão entre o regime de isenção de participação aplicável aos dividendos e o regime aplicável às mais-valias e menos-valias realizadas, a verdade é que as remissões para o artigo 51.º do Código do IRC, referentes aos requisitos a observar, não incluem a alínea b) do artigo 51.º do mesmo Código.

opinião de ALBERTO XAVIER em, *Direito Tributário Internacional*, 2.ª Edição Actualizada, Almedina, pág. 502, BRIGITTE KNOBBE-KEUK em, *The EC corporate tax directives – anti-abuse provisions, direct effect, German implementation law*”, Intertax 1992/8-9, pág. 487), J. DAVID. B. OLIVER em, *A new layer of complication*”, Intertax 1992/2 pág. 82 e OTMAR THÖMMES “*EC Tax Scene*”, Intertax 1001/6-7, pág. 337.

De facto, o *modus operandi* do regime previsto no artigo 51.º-C do Código do IRC, implica que a sua aplicação seja limitada às “*partes sociais detidas ininterruptamente por um período não inferior a um ano*”.

Com efeito, consoante se trate da aplicação do regime a dividendos ou a mais-valias e menos-valias, verificar-se-á uma divergência, relativamente ao requisito do período mínimo de detenção.

Em face do exposto, o requisito relativo ao período mínimo de detenção da participação, previsto no artigo 51.º-C do Código do IRC apenas estará cumprido relativamente às partes sociais detidas há, pelo menos, um ano. No caso em apreço ⁽¹⁵²⁾, o regime seria aplicável, tão só, às participações que compõem a percentagem de 10%, adquirida em N-3.

4.2. As discrepâncias no âmbito das jurisdições de residência dos beneficiários dos regimes previstos nos artigos 14.º e 51.º do Código do IRC e no artigo 27.º do EBF

De acordo com o artigo 51.º do Código do IRC, os lucros recebidos por sujeitos passivos de IRC, com sede ou direcção efectiva em Portugal não concorrem para a determinação do seu lucro tributável, desde que o investimento não tenha sido realizado em país território ou região com um regime fiscal claramente mais favorável. Alargou-se, o âmbito de aplicação do anterior regime de eliminação da dupla tributação económica de lucros distribuídos que se encontrava limitado aos lucros com origem nas distribuições de dividendos realizadas internamente, num outro EM da EU ou nos restantes Estados que compõem o EEE.

No que respeita aos lucros e reservas que uma entidade residente em território português sujeita e não isenta de IRC, coloque à disposição de não residentes, porém, beneficiam de isenção apenas as entidades residentes noutro EM, num EM do EEE que esteja vinculado à cooperação administrativa no domínio da fiscalidade equivalente à estabelecida no âmbito

⁽¹⁵²⁾ A sociedade X detém uma participação de 15%, sendo que 10% foram adquiridos em N-3 e, 5% foram adquiridos 6 meses antes da distribuição de dividendos.

da EU ou num Estado com o qual tenha sido celebrado uma CDT, que preveja cooperação administrativa no domínio da fiscalidade equivalente à estabelecida no âmbito da UE.

Ora, a ausência de simetria entre o âmbito das jurisdições de domiciliação dos beneficiários daqueles regimes, assim se trate de lucros e reservas recebidos por sujeitos passivos de IRC, com sede ou direcção efectiva em Portugal, ou lucros e reservas que uma entidade residente em território português sujeita e não isenta de IRC, coloque à disposição de sociedades não residentes, não foi objecto de qualquer esclarecimento por parte da Comissão de Reforma do IRC, pelo menos no Relatório final, ou pelo legislador, surgindo incompreensível no plano do incentivo ao investimento em Portugal. Com consequências práticas, desde logo, em relação a alguns dos países dos PALOP.

De facto, tendo-se procedido e bem à revogação de regimes como o que se encontrava previsto no artigo 42.º do EBF, relativo à eliminação da dupla tributação económica dos lucros distribuídos por sociedades residentes nos países africanos de língua oficial portuguesa e na República Democrática de Timor-Leste, uma vez que o artigo 51.º do Código do IRC passou a abranger no âmbito da sua previsão a disciplina aí prevista, não se compreende porque é que o regime previsto no artigo 14.º do mesmo Código não foi alargado, de forma genérica, aos PALOP, em termos que passassem a ser abrangidos os lucros e reservas que uma entidade residente em território português sujeita e não isenta de IRC, coloque à disposição de investidores residentes, por exemplo, em Angola, país que na actualidade já não pode ser visto apenas como importador líquido de capitais ou receptor de investimento. E, como é sabido, não foi ainda celebrada convenção para evitar a dupla tributação com Angola ⁽¹⁵³⁾.

De facto, tendo no artigo 14.º do Código do IRC, em razão da sua interligação com o regime de isenção de participação, sido adoptados requisitos idênticos aos previstos neste regime no que respeita às participações elegíveis para a sua aplicação, fica por explicar a

⁽¹⁵³⁾ Note-se que conforme salienta a Professora ANA PAULA DOURADO a propósito dos países com língua oficial portuguesa, *“os países com recursos naturais, estão a adoptar uma atitude de evitar a celebração de convenções para evitar a dupla tributação”*, em “Conferência sobre a Reforma do IRC, 10 de Outubro de 2013, IDEFF – Internacionalização da Economia – Participation Exemption, Crédito de Imposto e Estabelecimento Estável.

descontinuidade legislativa nas jurisdições de domiciliação dos beneficiários de cada um dos referidos regimes.

O mesmo se diga em relação às jurisdições de domiciliação dos beneficiários do regime previsto no artigo 27.º do EBF, o qual, pela interligação que tem de reconhecer-se existir com o regime de isenção de participação, deveria neste âmbito dispor coerentemente com o artigo 51.º do Código do IRC, do qual se aproxima.⁽¹⁵⁴⁾

4.3. Regime facultativo vs. Regra de determinação da matéria colectável

Relativamente aos dividendos recebidos de fonte estrangeira refira-se que o regime prevê uma isenção na esfera das sociedades residentes. Não se prevendo uma contrapartida directa, sem prejuízo da correcção que deve ser feita aquando do cálculo do EBITDA ao abrigo do n.º 13 do artigo 67.º do Código do IRC. Os dividendos, ou mais-valias que não concorram para a formação do lucro tributável, não podem integrar o conceito de EBITDA, uma vez que os gastos dedutíveis na esfera de qualquer sociedade são apenas aqueles incorridos para obter ou garantir rendimentos sujeitos a IRC – os gastos dedutíveis que passam o crivo do artigo 23.º do Código do IRC.

Por outro lado quando aplicável às mais-valias e menos-valias, o regime prevê uma isenção para as mais-valias e como contrapartida uma restrição à dedutibilidade de menos-valias.

Em face da apontada dualidade e das eventuais consequências decorrentes, pode questionar-se se o regime em apreço não poderá constituir um regime de aplicação facultativa.

De facto, no que respeita aos dividendos recebidos, por não existir uma contrapartida directa, a não aplicação do regime significaria a tributação dos dividendos e por conseguinte a consideração dos respectivos gastos no âmbito do regime de dedutibilidade de encargos financeiros.

⁽¹⁵⁴⁾ Sem prejuízo, tal disparidade poderá, eventualmente, ter resultado da natureza do método de eliminação da dupla tributação económica adoptado por Portugal. Conforme referido previamente, o método da isenção pretende motivar o fenómeno da importação de capitais. Ora, a orientação do regime com base numa política de importação de capitais, poderá, de certa forma, determinar a introdução de requisitos que permitam um maior acesso à entrada de dividendos do que à saída dos mesmos.

Todavia, no caso do regime aplicável às mais-valias e menos-valias, esta possibilidade poderá acarretar questões mais complexas na medida em que esta opção não poderia significar uma mera escolha do sujeito passivo consoante a sua expectativa seja realizar uma mais-valia ou uma menos-valia.

Note-se, que se o anterior regime fiscal das sociedades SGPS, poderia ser considerado como facultativo, sendo certo que se tratava, em bom rigor, de um benefício fiscal, enquanto o actual regime de isenção de participação parece constituir uma regra de determinação da matéria colectável ⁽¹⁵⁵⁾.

Não obstante, importa ter em consideração que de acordo com os artigos 51.º e 51.º C do Código do IRC, é o sujeito passivo que tem de demonstrar a observância dos requisitos de aplicação do regime.

Acresce, que no âmbito do artigo 51.º do Código do IRC quando o sujeito passivo não completar o prazo de um ano de detenção da participação de 10%, o mesmo poderá beneficiar do regime se mantiver aquela participação durante o tempo necessário para completar aquele período. Note-se que poderemos estar efectivamente perante uma faculdade, uma vez que o sujeito passivo pode não demonstrar, por opção, o preenchimento dos requisitos de aplicação.

Note-se que o regime aplicável aos lucros distribuídos e o regime aplicável às mais-valias e menos-valias é simétrico. Tal simetria era, aliás, um dos objectivos que, de acordo com o Relatório final da Reforma do IRC ⁽¹⁵⁶⁾ se procurava introduzir ao regime fiscal aplicável a estas duas formas de realização de rendimento.

⁽¹⁵⁵⁾ Os artigos 51.º e 51.º C do Código do IRC vêm previstos no Capítulo III – Determinação da matéria colectável. Neste sentido, por se tratar de uma regra de determinação da matéria colectável, poderá, em sentido contrário defender-se, que a aplicação deste regime não deverá ser facultativa.

⁽¹⁵⁶⁾ “*Quanto ao primeiro ponto, a literatura económica tem considerado que a realização de mais-valias e a distribuição de dividendos são duas formas alternativas de aportação de valor aos acionistas, sendo concebidas como substitutos próximos, em função da sua inerente substituíbilidade relativa. Nestes termos, considera-se que um tratamento fiscal discrepante entre estas duas formas de realização do rendimento é suscetível de influenciar a decisão fundamental de detenção de capital nas empresas, modificando, desta forma, o comportamento “natural” dos agentes económicos, ou, por outras palavras, criando ineficiências*”, em Comissão para a Reforma do IRC em “Relatório Final – Uma Reforma do IRC Orientada Para a Competitividade, o Crescimento e o Emprego”, 2013, pág. 104.

Com efeito, parece-me, salvo melhor opinião, que considerando o regime aplicável aos dividendos opcional também o regime aplicável aos valores realizados poderá ser considerado facultativo.

A este respeito refira-se que, o obstáculo ao entendimento referido poderá no entanto residir na falta de uma previsão que restrinja o aproveitamento desta faculdade a situações de planeamento.

Assim, reitere-se que não se pretende defender que o sujeito passivo possa aplicar ou não o regime, consoante o resultado esperado para o investimento.

Pelo contrário seria necessário, a título de exemplo, um procedimento que permitisse ao sujeito passivo comunicar à Autoridade Tributária, dentro de um determinado período após a aquisição da participação social qualificável no âmbito do artigo 51.ºC do Código do IRC, se pretende ou não optar pelo regime. Ora, passado o período correspondente ao requisito temporal, o rendimento seria tratado fiscalmente de acordo com a opção inicial do sujeito passivo.

Note-se que, a exactidão da expectativa de vir a realizar uma mais-valia ou menos-valia, naturalmente diminui com o passar do tempo, assim, se o regime actual já permite que um sujeito passivo que deteve a participação durante menos de um ano não aplique o regime, porque não conceder o mesmo tratamento a um sujeito passivo que tenha detido a participação durante mais de um ano e tenha manifestado a sua opção aquando da aquisição?

Registe-se que esta possibilidade não seria inovadora na UE, uma vez que a Áustria ⁽¹⁵⁷⁾ e, bem assim a Hungria ⁽¹⁵⁸⁾, já prevêem esta possibilidade.

⁽¹⁵⁷⁾ “*Capital gains and any write-ups are exempt, while capital losses and write-downs are non-deductible. The parent company may, however, in the year of acquisition of the participation, exercise the option to have capital gains or losses and write-ups and write-downs be taxable or deductible, as the case may be. Austria, Corporate Taxation, YVONE SCHUCHTER, IBFD, 2016.*”

⁽¹⁵⁸⁾ Aplicação do regime sujeita a notificação à Autoridade Tributária nos 75 dias seguintes à data de aquisição - *Estudo comparado sobre os regimes de eliminação da dupla tributação económica na EU, junto como Documento n.º 1.*

4.4. Estabilidade do regime de eliminação da dupla tributação económica

O regime fiscal de detenção de participações sociais é um regime estruturante e central do sistema fiscal de um Estado e, assim sendo, seria expectável que um investidor, nacional ou estrangeiro, conhecesse com elevado patamar de segurança o nível de tributação associado a um determinado investimento, principalmente nos casos de investimentos de risco, como genericamente é o caso dos investimentos em participações sociais.

Não se trata de saber se a carga tributária é elevada ou se os requisitos de aplicação de um determinado regime são mais ou menos exigentes mas, de aferir da clareza e estabilidade do sistema fiscal e, no caso concreto, do regime de eliminação da dupla tributação económica.

De facto, em presença da alternativa de investir num de dois Estados com economias similares e com uma carga fiscal mais ou menos alinhada, o investidor aquando da decisão de investir, não deixará de optar pelo Estado que lhe oferecer garantias de estabilidade do sistema normativo, independentemente das taxas de imposto mais reduzidas estabelecidas no outro Estado. Não escamoteando o facto da carga fiscal ser importante na opção pelo lugar do investimento, é sabido que têm um limitado efeito no investimento ou, pelo menos, não pode considerar-se ter uma importância decisiva.

E, a falta de estabilidade fiscal em Portugal nos mais diversos domínios é reconhecida, sendo exemplo disso o caso do regime de eliminação da dupla tributação económica, o qual tem sido objecto de inúmeras alterações, sendo certo que, apenas algumas delas foram determinadas por imposição da UE, como decorre do **Documento n.º 2** junto, no qual se procurou sintetizar a “Evolução do regime de eliminação da dupla tributação económica no Código do IRC”. Legislar neste domínio de acordo com as tendências e recomendações internacionais mais recentes, seria uma garantia de estabilidade do regime e do próprio sistema fiscal.

Por outro lado, também no “*Estudo comparado sobre os regimes de eliminação da dupla tributação económica na EU*”, junto como **Documento n.º 1**, se procurou averiguar da frequência com que foram introduzidas alterações aos requisitos quantitativos e temporais de aplicação deste regime em cada EM, desde 2006.

No caso português, e a título de exemplo, destaca-se o imediatismo da mais recente alteração introduzida ao requisito quantitativo da percentagem de participação que, dos 5% estabelecidos na Lei n.º 2/2014, de 16 de Janeiro, que aprovou a Reforma do IRC, passou pouco tempo depois, para 10%, com a aprovação do OE para 2016 ⁽¹⁵⁹⁾. Recordemos também as frequentes alterações introduzidas a propósito do, já abandonado, requisito da tributação efectiva ⁽¹⁶⁰⁾.

Com efeito, Portugal encontra-se, em conjunto com a Roménia, no primeiro lugar entre os EM que mais alterações introduziram àqueles requisitos. Em ambos os casos, com seis alterações introduzidas desde 2006.

Todavia, no caso da Roménia, tendo em consideração as datas das alterações, é provável que uma daquelas alterações se tenha verificado na sequência do respectivo processo de adesão à UE concluído em 2007, traduzindo-se numa consequência desse processo.

Por outro lado, pode constatar-se que alguns EM, não introduziram nenhuma alteração àqueles requisitos desde 2006 (v.g. Alemanha e Bélgica).

Acresce referir que, ainda que fossem introduzidas frequentes alterações àqueles requisitos no sentido de os tornar menos exigentes e, na perspectiva de alguns, mais competitivos, só o decurso do tempo permitirá transmitir um sentimento de segurança a potenciais investidores que, de outro modo, não deixarão de optar por localizar os seus investimentos em Estados com regimes de eliminação da dupla tributação económica mais exigentes mas, com reconhecida estabilidade.

⁽¹⁵⁹⁾ Note-se que logo após a Reforma do IRC dois dos requisitos principais deste regime, o qual foi considerado como uma das bandeiras daquela Reforma, sofreram alterações significativas, cerca de um ano e meio depois.

⁽¹⁶⁰⁾ A ambiguidade da expressão “*tributação efectiva*” originou complexas dificuldades de interpretação do requisito, e por conseguinte a existência de interpretações díspares.

Naturalmente, a incerteza quanto a regras tão importantes como as relacionadas com o regime de eliminação da dupla tributação económica constitui uma circunstância particularmente prejudicial, na medida em que transmite um elevado grau de instabilidade e insegurança a eventuais investidores.

Assim, no meu entendimento, e sem prejuízo da discussão sobre a adequação do modelo de sistema fiscal adoptado na Reforma do IRC ⁽¹⁶¹⁾, em face dos objectivos ali traçados pela Comissão, o êxito das medidas introduzidas dependerá da respectiva estabilidade.

4.5. O regime das sociedades SGPS

Como se deixou referido, com a Lei n.º 2/2014, de 16 de Janeiro, que aprovou a Reforma do IRC, foram introduzidas profundas alterações em diversos domínios do respectivo Código, algumas das quais determinaram que o regime fiscal das SGPS passasse a ser idêntico ao aplicável a qualquer outro tipo de sociedade que reúna quanto às participações sociais que detenha, os requisitos exigíveis pelo novo regime.

Não se trata, em bom rigor de uma substituição de regimes, na medida em que a sua natureza é bastante díspar, sendo o regime das sociedades SGPS um benefício fiscal que se encontrava previsto no EBF e, o regime previsto no artigo 51.º uma regra de determinação da matéria colectável.

Não obstante, foi eliminado o artigo 32.º do EBF, que estabelecia um regime fiscal específico para aquelas sociedades tendo, porém, sido mantido inalterado o respectivo regime jurídico-societário, previsto no Decreto-lei n.º 495/88, de 30 de Dezembro. Embora a Comissão de Reforma do IRC tenha proposto a revogação deste diploma ⁽¹⁶²⁾, esta não veio a concretizar-se, sendo razoável esperar que a mesma venha a acontecer.

Note-se que após a aprovação da Reforma do IRC, ainda se poderia questionar se a manutenção deste regime societário poderia estar relacionada com o regime especial aplicável às entidades licenciadas na Zona Franca da Madeira que seria posteriormente aprovado, designadamente através do estabelecimento de condições especiais.

Todavia, a Lei n.º 64/2015, de 1 de Julho, que aprovou o novo regime especial aplicável às entidades licenciadas na Zona Franca da Madeira a partir de 1 de Janeiro de 2015, não

⁽¹⁶¹⁾ A procura da competitividade fiscal, neste caso, através do estabelecimento de um regime de isenção de participação de natureza universal.

⁽¹⁶²⁾ “ (...) recomendando ainda que seja extinto o regime jurídico-societário destas entidades, hoje previsto no Decreto-lei n.º 495/88, de 30 de dezembro; por razões de idêntica natureza, julga-se apropriada a revogação do artigo 32.º-A (sociedade de capital de risco e investidores de capital de risco) do mesmo EBF”, em Comissão para a Reforma do IRC em “Relatório Final – Uma Reforma do IRC Orientada Para a Competitividade, o Crescimento e o Emprego”, 2013, pág. 109.

contém qualquer excepção relacionada com as sociedades constituídas ao abrigo do regime SGPS.

Neste sentido, não parece totalmente descabido considerar que o regime societário das sociedades SGPS tem sido mantido por inércia ou talvez com o objectivo de se manter a possibilidade de introduzir alguma norma fiscal que deva ter o seu âmbito limitado aquele tipo de sociedades.

4.6. A revogação do regime fiscal das sociedades SGPS e a ausência de um regime transitório

As disposições previstas no n.º 2 do artigo 32.º do EBF, entretanto revogado pela Lei n.º 83-C/2013, de 31 de Dezembro, assumiam-se como um regime mais favorável de tributação das mais-valias relativas a partes de capital detidas com carácter de permanência pelas SGPS ⁽¹⁶³⁾, limitando todavia, a dedutibilidade das menos-valias e dos encargos financeiros suportados com a sua aquisição.

À luz deste entendimento, a *ratio* subjacente ao n.º 2 do artigo 32.º do EBF não era, limitar a dedutibilidade dos encargos financeiros suportados por SGPS *de per si* mas, apenas estabelecer uma contrapartida para o regime de exclusão de tributação das mais-valias realizadas com partes de capital ⁽¹⁶⁴⁾.

Assim, com objectivos de criar um regime de equilíbrio e proporcional à exclusão de tributação das mais-valias realizadas com a alienação de partes de capital de que fossem titulares por um período superior a um ano, o legislador estabeleceu constrangimentos à dedutibilidade das menos-valias e dos encargos financeiros suportados com a sua aquisição.

⁽¹⁶³⁾ Note-se que de acordo com o relatório do Grupo de Trabalho constituído pelo Despacho n.º 130/97-XIII do Senhor Ministro das Finanças, Reavaliação dos benefícios fiscais, Conselho Superior de Finanças, Lisboa, Setembro de 1998, pág.4, Com a publicação em 1 de Julho de 1989 do Estatuto dos Benefícios Fiscais definem-se três graus de estabilidade para os benefícios fiscais do novo sistema. Alguns caracterizados por um grau máximo de permanência e estabilidade – são inseridos nos códigos tributários, outros – dotados de uma estabilidade relativa – passam a figurar no EBF, outros ainda – os marcadamente conjunturais – são remetidos para os orçamentos do Estado, com carácter anual.

⁽¹⁶⁴⁾ Até porque, se o objectivo fosse esse (*i.e.*, limitar a dedutibilidade de encargos financeiros por si só), não faria sentido que a norma em apreço fosse incluída no EBF.

Para o efeito, os encargos financeiros suportados pelas SGPS com a aquisição de partes de capital apenas seriam dedutíveis para efeitos do apuramento do lucro tributável, caso as mais-valias associadas à sua alienação não pudessem beneficiar da referida exclusão de tributação.

Este racional resulta linear do Relatório do OE para 2003 ⁽¹⁶⁵⁾, nos termos do qual se propõe a isenção de tributação em IRC das mais-valias realizadas pelas SGPS, acompanhadas de “*medidas conducentes a evitar o planeamento fiscal*”, entre as quais, a desconsideração da dedutibilidade dos encargos financeiros associados à aquisição das mesmas participações sociais.

Em face do exposto, a intenção do legislador terá sido a de obstar que as SGPS pudessem, por um lado, beneficiar da exclusão de tributação das mais-valias associadas a partes de capital e, por outro, reconhecer como um gasto, para efeitos do apuramento do lucro tributável, os encargos directamente relacionados com a obtenção desse mesmo rendimento, entre os quais se destacam os encargos financeiros suportados com a aquisição das partes de capital que deram origem a essas mais-valias ⁽¹⁶⁶⁾.

Em conformidade, os encargos financeiros suportados pelas sociedades SGPS com a aquisição de partes de capital apenas seriam dedutíveis para efeitos do apuramento do lucro tributável na exacta medida em que as mais-valias associadas à sua alienação se encontrassem sujeitas a imposto nos termos daquele regime.

Razão pela qual, na Circular n.º 7/2004, se refere que “*caso se conclua, no momento da alienação das participações, que não se verificam todos os requisitos para aplicação daquele regime, proceder-se-á, nesse exercício, à consideração como custo fiscal dos encargos financeiros que não foram considerados como custo em exercícios anteriores.*”

⁽¹⁶⁵⁾ Cfr. pág. 53 e 54 do Relatório do OE para 2003.

⁽¹⁶⁶⁾ A este respeito, JOSÉ ENGRÁCIA ANTUNES refere que “*esta vantagem fiscal [a que respeita à isenção da mais-valia], de resto, é em boa medida mitigada ou anulada pelo facto de os encargos financeiros suportados com a aquisição das participações não serem tidos como custos elegíveis, não concorrendo assim para o cálculo do lucro tributável da SGPS*”. em “A tributação dos grupos de sociedades”, Revista de Direito e Gestão Fiscal, n.º 45, Janeiro-Março 2011, pág. 20.

Solução que foi também aceite pelo TC, no âmbito do ac. n.º 42/2014, referente ao processo n.º 564/12.

Ora, tendo presente a ratio do art.º 32º do EBF e em face da sua revogação, com o consequente desaparecimento do regime de exclusão de tributação das mais-valias realizadas por SGPS relativamente a participações sociais, parece dever concluir-se que a não dedutibilidade dos encargos financeiros suportados com participações que não puderam aproveitar daquele regime por ter sido revogado, não apresenta suporte legal adequado. Eliminado que foi o regime de exclusão de tributação das mais-valias realizadas por SGPS, o contexto e o enquadramento fiscal das mais-valias ou menos-valias realizadas com a alienação de partes de capital de que fossem titulares e, bem assim, dos encargos financeiros correspondentes, não é comparável com o existente ao tempo da vigência do regime.

Como não são comparáveis, (i) a impossibilidade de aplicação do regime previsto no art.º 32.º do EBF á alienação de uma participação social, na sequência da revogação do regime previsto naquele artigo e, (ii) a impossibilidade de aplicação do mesmo regime, ainda vigente, em resultado da não verificação das condições de que dependia a sua aplicação. As diferenças presentes nas situações descritas são evidentes, ao que acresce resultar a primeira de facto imputável ao legislador que procedeu á revogação do regime e, a última, decorrer de facto imputável ao sujeito passivo pela não verificação das condições de que dependia a aplicação do regime.

Pelo que, a revogação do regime fiscal das sociedades SGPS deveria ter sido acompanhado, em face das questões entretanto suscitadas, por um regime transitório que tornasse líquida a possibilidade de dedução dos encargos correspondentes às participações que já não puderam beneficiar daquele regime, em consequência da sua revogação.

4.7. A transposição da Directiva 2014/86/EU para o ordenamento português

A propósito da Directiva em referência, importa tecer algumas considerações sobre a forma como foi transposta para o ordenamento jurídico português.

A alínea a) do n.º 10 do artigo 51.º refere que o regime de isenção de participação não é aplicável aos lucros distribuídos que “ *correspondam a gastos dedutíveis pela entidade que os distribui (...)*”.

Com efeito, poder-se-á questionar se serão subsumíveis à previsão da norma qualquer lucro que seja dedutível ou tão só, os lucros que foram efectivamente deduzidos na esfera da sociedade filha.

Pese embora as dúvidas que têm vindo a ser suscitadas a este propósito, afigura-se que, em face da letra da lei, o legislador pretendeu, de facto, incluir nesta restrição qualquer lucro que corresponda a um gasto dedutível, ainda que não seja efectivamente deduzido.

Esse entendimento parece encontrar-se em linha com a *ratio* da Directiva 2014/86/EU, uma vez que, se o que está em causa são os efeitos decorrentes da diferente qualificação de uma realidade jurídica, como uma distribuição de dividendos ou como o pagamento de uma dívida, então será suficiente ter em consideração a qualificação dada pelo Estado fonte àquele gasto ⁽¹⁶⁷⁾.

Todavia, aquele entendimento poderá não ser tão claro quando a não dedutibilidade na esfera da sociedade filha decorra da aplicação de regras de sub-capitalização ou de limitação à dedutibilidade de encargos financeiros. Note-se, a este respeito, que a formulação que consta na Directiva 2014/86/EU prevê apenas que os EM “ se abstenham de tributar os lucros na medida em que não sejam dedutíveis”.

Poderá então colocar-se a questão de saber se deverá ser tida em consideração apenas a qualificação (e a inerente possibilidade ou não de dedução) ou se deverá atender-se à sua efectiva dedutibilidade de uma forma objectiva.

⁽¹⁶⁷⁾ Cfr. Dr. FRANCISCO CABRAL MATOS no âmbito do plano de formação contínua 2014-2015 do Centro de Estudos Judiciários, sobre Direito Fiscal Internacional e Europeu (Manifestações do relatório BEPS no contexto da europeu: Alterações às Directivas da Poupança e das Sociedades Mães-filhas) pág. 44.

Conclusão

Pretendeu-se, com a exposição deste estudo, que o mesmo pudesse, de alguma forma, constituir um contributo para o aprofundamento de questões relacionadas com a dupla tributação económica, nacional e internacional.

Importa nesta fase final, salientar algumas ilações finais sobre o regime analisado. Em particular sobre o mérito da adopção deste regime em Portugal, os riscos inerentes à adopção de um regime desta natureza e, bem assim, enquadrar o regime português no que parecem ser as tendências na UE relativamente aos aspectos analisados ao longo deste estudo.

Neste contexto, cumpre salientar os objectivos pretendidos com a adopção de um regime de eliminação da dupla tributação económica assente no método da isenção e, bem assim, orientado pelo princípio da territorialidade.

Reitere-se, conforme referido no ponto 1 (*Enquadramento do regime actual*) do Capítulo V (*Regime de isenção de participação: o caso português*) que, ao propor os termos em que o actual regime assenta, a Comissão de Reforma do IRC 2014, partiu do pressuposto de que o regime anteriormente em vigor, nos termos em que havia sido adoptado, era muito limitado, quando comparado com o previsto noutros EM ⁽¹⁶⁸⁾, estando *grossa modo*, limitado aos fluxos de capital da EU ⁽¹⁶⁹⁾.

⁽¹⁶⁸⁾ De facto o limitado âmbito de aplicação, tornava o regime pouco competitivo. Note-se que o conceito de competitividade deverá, neste âmbito e, salvo melhor opinião, ser aferido não apenas de uma perspectiva da empresa como entidade individual mas, tendo em consideração a economia no seu conjunto. A este respeito cfr. STEPHEN MATTHEWS, *What is a Competitive Tax System?*, OECD Taxation Working Paper nº 2, OECD Publishing, 2011.

⁽¹⁶⁹⁾ Não obstante refira-se que também neste aspecto o tema poderá não ser isento de incertezas. A este respeito refira-se o ac. do TJUE, Caso Secil C-464/14. O caso opõe a Secil à Fazenda Pública e trata sobre a aplicação do regime de eliminação integral da dupla tributação económica relativamente a dividendos recebidos de subsidiárias residentes em Estados terceiros (Tunísia e Líbano).

O TJUE concluiu que o regime deveria ser aplicado, tal como seria se os lucros distribuídos tivessem origem em sociedades residentes em Portugal ou, noutro EM. Tal entendimento decorre do entendimento de que o princípio da liberdade de circulação de capitais previsto no TFUE – deve ser aplicado, também, a Estados terceiros (no caso concreto estiveram em causa os Acordos Euro Mediterrânicos celebrados entre a UE, os EM, a Tunísia e o Líbano).

Refira-se que este entendimento, no âmbito do regime anteriormente em vigor, poderia ter evitado a deslocalização, de vários grupos empresariais portugueses, no âmbito do investimento em Estados terceiros, com o objectivo de prevenir a sujeição a dupla tributação económica em Portugal.

Neste contexto pretendeu-se introduzir no ordenamento português um regime competitivo apto a produzir efeitos positivos sobre o investimento no território nacional e, bem assim, no investimento de empresas portuguesas em Estado terceiros.

No que respeita à adopção do método da isenção, deverá ser tido em conta, o referido no âmbito da análise ao ac. Test Claimants in the FII Group Litigation II. Naquele capítulo, procedeu-se a uma análise concreta sobre os dois métodos previstos na Directiva mães-filhas, os motivos que podem levar à adopção de um ou, de outro método e, bem assim o respectivo *modus operandi*.

Com efeito, parece ser um facto reconhecido, a circunstância de que o método de isenção constitui, actualmente, o método de eleição na UE, apto a alcançar as pretensões dos EM⁽¹⁷⁰⁾.

Os dois métodos visam diferentes resultados, se por um lado o método de crédito visa a neutralidade na exportação de capitais, o método de isenção tem como efeito a neutralidade na importação de capitais. Ora, a tendência na UE aparenta ser, precisamente, uma política de neutralidade na importação de capitais, através do investimento estrangeiro em subsidiárias, da qual se esperam, benefícios económicos a longo prazo⁽¹⁷¹⁾.

No que respeita à territorialidade como princípio orientador da solução adoptada, refira-se que tem constituído a tendência actual. Neste âmbito refira-se que a própria falta de harmonização na UE parece motivar os EM a orientarem os seus regimes com base neste princípio⁽¹⁷²⁾.

⁽¹⁷⁰⁾ Neste sentido PHILIP BAKER, *M.Lang/P.ÁG.Pistone/J.Schuch/C.Staringer/A.Storck (eds.) ecj- Recent Developments in Direct Taxation*, pág.243, 2012.

Atente-se ainda no *Estudo comparado sobre os regimes de eliminação da dupla tributação económica na UE realizado*, junto como **Documento n.º 1**, que a maioria dos EM adoptou o método de isenção, não obstante possam prever a aplicação subsidiária do método do crédito.

⁽¹⁷¹⁾ Neste sentido cfr. Professor HENRIQUE FREITAS PEREIRA, *Aumento da competitividade fiscal, com efeitos no investimento e emprego, ou simples erosão das receitas fiscais?*, Jornal de Negócios, 26 de Agosto de 2013. “Defendo há muito, para Portugal, a predominância da NIC e, nesse aspecto, o acentuar de uma base territorial para a tributação, onde se insere o regime da participation exemption, é positivo, (...)”

⁽¹⁷²⁾ Neste sentido tenha-se como exemplo, a diversidade de taxas de imposto entre os Estados e, não só relativamente às taxas de imposto nominais. Refira-se, a propósito da diferença entre taxas nominais e tributação suportada, o competitivo regime adoptado por Malta. Ora a taxa de imposto de rendimento sobre as empresas é de 35%, mas perante uma distribuição de dividendos o sócio pode solicitar a

Em face do exposto e, atendendo aos objectivos procurados através da adopção de um regime de eliminação da dupla tributação económica desta natureza, afigura-se, salvo melhor opinião, uma solução adequada.

Não obstante e conforme se deixou referido ao longo deste estudo, uma solução desta natureza poderá ter inerente uma potencial erosão das bases fiscais ⁽¹⁷³⁾.

Ora tal, fenómeno implica a definição de medidas anti abuso aptas a proteger o ordenamento nacional da sua utilização em operações abusivas.

Neste contexto refira-se que, pese embora o regime tenha sido acolhido no geral com frequente entusiasmo, escassas vezes foram discutidos os riscos que lhe podem estar inerentes, caso a sua previsão legal, não preveja medidas anti abuso adequadas que transmitam a designada sustância das operações aos parceiros económicos do Estado português ⁽¹⁷⁴⁾ mas, sem que para tal, se introduza ao regime um grau de restrição que seja passível de desincentivar as decisões de investimento.

Ora, importa notar que a tributação, neste caso em concreto, a tributação dos sócios de uma sociedade, constitui um factor fundamental num plano de investimento. Tal tributação

devolução total ou parcial do imposto suportado pela sociedade. Com efeito, poderá resultar uma tributação efectiva em de 5%.

A este respeito, refira-se ainda, a título de curiosidade que a Autoridade Tributária de Espanha pronunciou-se sobre a qualificação desta devolução de imposto, quando realizada a um sócio residente em Espanha, tendo considerado esse reembolso como dividendos passíveis de beneficiar do regime de eliminação da dupla tributação económica em Espanha.

⁽¹⁷³⁾ Sem prejuízo dos riscos inerentes, refira-se como observa a Professora ANA PAULA DOURADO que, os Países Baixos obtêm uma série de receitas não fiscais, decorrentes da aplicação deste regime. Em concreto receitas decorrentes da constituição e funcionamento de sociedades *holding* ali estabelecidas, as quais em devem ser dotadas de substância suficiente, em face das medidas para evitar a existência de “caixas postais”, em Conferência sobre a Reforma do IRC, 10 de Outubro de 2013, IDEFF – Internacionalização da Economia – Participation Exemption, Crédito de Imposto e Estabelecimento Estável.

Não obstante, no meu entender e, salvo melhor opinião, tal efeito não poderá, por enquanto ser equacionado em Portugal, isto porque como verificámos ao longo deste estudo, não basta um regime competitivo, é necessário construir-se um sentimento de estabilidade, o qual falta em Portugal.

Acresce que tais efeito são uma consequência que advém a longo prazo. A a este respeito refira-se que os Países Baixos introduziram um regime deste cariz em 1914, enquanto Portugal apenas introduziu em 2014, já após o fenómeno da deslocalização das sociedades *holding*. Acresce que outras medidas seriam necessárias para atrair esta forma de investimento, através de *holdings*, como a competitividade a nível da tributação dos financiamentos, a qual em face da tributação em sede de Imposto do Selo sobrecarrega as sociedades residentes em Portugal em face do que é praticado nos restantes EM.

⁽¹⁷⁴⁾ Sob pena de Portugal passar a enquadrar o âmbito de aplicação das normas anti abuso dos respectivos parceiros económicos.

poderá determinar a não realização de um investimento ou, como demonstra a experiência portuguesa, a realização do investimento através da constituição de uma sociedade *holding* noutra jurisdição ⁽¹⁷⁵⁾. Note-se que esta circunstância constitui um momento anterior à possibilidade de tributação do rendimento, na medida em que a sua não realização, ou a deslocalização geográfica teria como consequência a inexistência de qualquer rendimento tributável.

Em face do exposto ao longo deste estudo e, salvo melhor opinião, afigura-se adequada a opção pelo método da isenção e pela consideração da territorialidade como princípio orientador.

Não obstante, o regime português carece, ainda, por um lado, de alguma competitividade em face do que pode ser observado no *Estudo comparado sobre os regimes de eliminação da dupla tributação económica na UE realizado*, junto como **Documento n.º 1**, designadamente no que respeita ao requisito da percentagem de detenção, nos termos comparados ao longo desta dissertação e, por outro lado da inclusão de regras anti abuso que restrinjam a utilização deste regime com o intuito de alcançar fins contrários à sua *ratio*.

Note-se que, o aspecto mais notório será a não consideração de que os lucros, embora sujeitos em geral a uma determinada tributação no Estado da fonte podem ter beneficiado de um regime especial que tenha permitido a sua tributação a um nível substancialmente inferior. A este respeito, refira-se os exemplos explorados ao longo deste estudo, designadamente os factos objecto de análise no ac. do TJUE, *Test Claimants in the FII Group*

⁽¹⁷⁵⁾ A este respeito, reitere-se, o reconhecido fenómeno da deslocalização de sociedades *holding* de grupos empresariais portugueses com o propósito de investir em jurisdições que não estavam abrangidas pelo anterior regime de eliminação da dupla tributação económica.

Neste sentido, para compreender o impacto do regime, deverá ser feita uma reflexão para compreender as escolhas de empresas multinacionais. Cfr. ALAN J. AUERBACH, MICHAEL DEVEREUX e HELEN SIMPSON em, “*Taxing corporate income*”, integrado na colectânea, “*Reforming the Tax System for the 21st Century*”, Março de 2008. “*A useful approach to considering the impact of corporation taxes on flows of capital and profit is to first describe a simple approach to understanding the choices of multinational firms. The model described here is a simple extension of the basic model of horizontal expansion of multinational firms, drawing specifically on Horstman and Markusen (1992)*”.

Litigation II, processo C-35/11, e bem assim no ac. *Test Claimants in the FII Group Litigation*, processo C-446/04.

Por último, importa salientar duas observações.

Com efeito e, não pretendendo aprofundar o tema, na medida em que excede o âmbito do presente estudo, salvo melhor opinião, em face do que são os objectivos da introdução deste regime, designadamente o incentivo ao investimento, de forma a proporcionar condições às sociedades residentes em Portugal para investir também no estrangeiro, teria sido oportuno uma introduzir alterações, no mesmo sentido, ao IS.

Ora, não obstante, a existência de eventuais formas de financiamento não sujeitas aquele imposto, de uma forma geral, e em face do que são as soluções comuns adoptadas pelas empresas aquando da necessidade de financiamento, é reconhecido que o IS sobrecarrega as empresas, quando comparado com o que é praticado noutros EM.

Por outro lado, pese embora o mérito da solução adoptada, refira-se que a introdução do regime de eliminação da dupla tributação económica no âmbito de investimentos realizados por sociedades portuguesas fora da EU afigura-se, tardio.

Em linha com as observações do Professor Gustavo Lopes Courinha, numa exposição no âmbito do “*Plano de formação contínua do Centro de Estudos Judiciários, Setembro de 2016*”, seria interessante aferir, os resultados da introdução de um regime similar ao que foi introduzido em 1999, conforme proposto pela Comissão de Reforma da Fiscalidade Internacional em 1998 ⁽¹⁷⁶⁾ (e noutras comissões entretanto constituídas), ainda antes da introdução de medidas desta natureza, na maioria dos Estados.

A este respeito registe-se, as datas de adopção de regimes de eliminação da dupla tributação económica, com um âmbito mundial, que foram possíveis aferir, no âmbito do *Estudo comparado sobre os regimes de eliminação da dupla tributação económica na UE realizado*, junto como

Documento n.º 1.

Do referido estudo, é possível detectar algumas tendências. Com efeito os Países Baixos foram os pioneiros, ao introduziram um tal regime em 1914. Seguiu-se a adopção de

⁽¹⁷⁶⁾ Comissão presidida pelo Professor ALBERTO XAVIER.

regimes similares, na Dinamarca (1960 aproximadamente) na Bélgica (1962), na Áustria (1972) e em Espanha (1978).

Mais tarde, surge a entrada oficial dos Estados, tendencialmente de leste, na rota dos Estado com medidas atractivas ao investimento, da qual se pode destacar a introdução do regime na Lituânia (1995), na Polónia (2001) e na Hungria (2006).

No que respeita a Portugal, curiosamente tal como observado neste estudo, aquando da aferição das alterações aos requisitos da percentagem de detenção e do período de detenção, encontra-se a par com a Roménia (2014), em último lugar na adopção de um regime de eliminação da dupla tributação económica de âmbito mundial.

Bibliografia

- ANTUNES, José Engrácia, “A tributação dos grupos de sociedades”, *Revista de Direito e Gestão Fiscal*, n.º 45, Janeiro-Março 2011.
- ARNOLD, Brian J., IBFD Tax Treaty Unit, “Cross- Border Tax Arbitrage, the Parent-Subsidiary Directive (2011/96) and Double Tax Treaty Law”, *Bulletin for International Taxation*, Março de 2016.
- AUERBACH, Alan J., Devereux, Michael, e Simpson, Helen em, “Taxing corporate income”, integrado na colectânea, “Reforming the Tax System for the 21st Century”, Março de 2008.
- BROKELIND, Cécile, “Anti-Directive Shopping on Outbound Dividends in Light of the Pending Decision in Holcim France (Case-6/16)”, *IBFD European Taxation*, Setembro 2016.
- CAMPOS, Diogo Leite, “Direito Tributário”, 2ª edição, Coimbra, Almedina, 2003.
- CAMPOS, João Manuel Mota de, “Manual de Direito Comunitário”, Fundação Calouste Gulbenkian, 2.ª edição, 2001.
- CARLOS, Américo Fernando Brás, “Impostos Teoria Geral”, Coimbra, Almedina, 2006.
- COURINHA, Gustavo Lopes, “Estudos de Direito Internacional Fiscal”, Lisboa, AAFDL editora, 2015.
- DOUMA, Sjoerd, “Optimization of Tax Sovereignty and Free Movement”, Tese de doutoramento em Universidade de Leiden, com a supervisão do Professor P.F. van der Heijden, 2011, Países Baixos.
- DOURADO, Ana Paula, “Lições de Direito Fiscal Europeu, Tributação Directa”, 1ª edição, Wolters Kluwer, Coimbra editora, 2010.
- DOURADO, Ana Paula, “A dupla não tributação, a competitividade e o que queremos ser e parecer”, *Jornal de negócios*, 28 de Agosto de 2013.

- DOURADO, Ana Paula, “Estratégia da OCDE para combater evasão fiscal pronta no final de 2015”, *Diário Económico*, Fevereiro 2014.
- DOURADO, Ana Paula, “Direito Fiscal”, Coimbra, Almedina, 2015.
- DOURADO, Ana Paula, “The Role of CFC Rules in the BEPS Initiative and in the EU”, *British Tax Review*, n. ° 3, 2015.
- DZIURDZ, Kasper / Marchgraber, Cristoph, “Non-Discrimination in European and Tax Treaty Law – Open Issues and Recent Challenges”, Wien, Linde Verlag, 2015
- GALLO, Giulia, “Equivalence of a dividend exemption and na underlying tax credit, in Non-Discrimination in European and Tax treaty Law”, Linde, Wien, 2015.
- HASLEHNER, Werner, “Anti-Hybrid Measures in the Parent Subsidiary Directive and the EU’s Competence to Harmonise”, *Kluwertaxblog*, 31 de Agosto de 2015.
- KAHLENBERG, Christian e Kopec,”Hybrid Mismatch Arrangements – A Myth or a Problem That Still Exists?”, *World Tax Journal*, Fevereiro de 2016.
- KLEIST, David, “Implementation of the New Anti-Avoidance Provisions of the Parent-Subsidiary Directive (2011/96) into Swedish Law”, *IBFD European Taxation*, Maio de 2016.
- KNOBBE-KEUK, Brigitte, “The EC corporate tax directives – anti-abuse provisions, direct effect, German implementation law”, *Intertax* 1992/8-9.
- KOFLER, Georg, “Indirect Credit versus Exemption: Double taxation Relief for Intercompany Distributions”, *Bulletin for International taxation*, February, 2012.
- LANG, M; Pistone, P; Schuch, J; Staringer, C; Storck, A (eds.)” *ecj- Recent Developments in Direct Taxation*”, Wien, Linde Verlag, 2012.
- MARTINS, Helena / Catarino, João Ricardo / Guimarães, Vasco Branco, “Lições de Fiscalidade”, 2ª edição, Coimbra, Almedina, 2013.
- MCGILL, Ross, “International Withholding Tax A practical Guide to Best Practice and Benchmarking”, London, Euromoney Books, 2003.

- MATTHEWS, Stephen, "What is a "Competitive" Tax System?", OECD Taxation Working Paper N° 2, OECD Publishing, 2011.
- MORTIER, Frank, "Courts Hold That Notional Interest Deduction Does Not Requires Substance", IBFD International Transfer Pricing Journal, Julho/Agosto de 2016.
- NABAIS, José Casalta, "Direito Fiscal", 4ª edição, Coimbra, Almedina, 2006.
- OLIVER, J. David. B., "A new layer of complication", Intertax, 1992.
- PEREIRA, Henrique de Freitas Pereira, "Aumento da competitividade fiscal, com efeitos no investimento e emprego, ou simples erosão das receitas fiscais", Jornal de negócios, 2013.
- PEREIRA, Paula Rosado, "A Tributação das sociedades na União Europeia – Entraves Fiscais ao Mercado Interno e estratégias de Actuação Comunitária", Almedina, 2004.
- PEREIRA, Paula Rosado, "Princípios do Direito Fiscal Internacional, Do Paradigma Clássico ao Direito Fiscal Europeu", Coimbra, Almedina, 2010.
- PANAYI, Christiana HJI, "Advanced Issues in International and European Tax Law", Hart Publishing, 2015.
- PHILIPPE, Denis-Emmanuel e Komlosi, Gregory, "Recent Developments Regarding the Participation Exemption Regime and the Capital-Holding Requirement", *IBFD European Taxation*, Novembro de 2012.
- Plano de formação contínua 2014-2015 do Centro de Estudos Judiciários, sobre *Direito Fiscal Internacional e Europeu (Manifestações do relatório BEPS no contexto da europeu: Alterações às Diretivas da Poupança e das Sociedades Mães-filhas)*.
- SANCHES, José Luís Saldanha, "Os limites do planeamento fiscal", Coimbra Editora, 2006.
- SANCHES, Jose Luís Saldanha, "Manual de Direito Fiscal", 3ª edição, Coimbra, Coimbra Editora, 2007.

- SILVA, Amândio / Rodrigues, Ana Maria / Ventura, André / Santos, António Carlos dos / Centro de Estudos Fiscais / Miranda, Elisabete / Tormenta, Júlio / Faustino, Manuel / Amorim, Pedro Patrício / Almeida, Samuel Fernandes de, “A Reforma do IRC, Do processo de decisão política à revisão do Código”, Porto, Vida Económica, 2014.
- SILVA, José Manuel Braz da, “Os Paraísos Fiscais – Casos práticos com empresas portuguesas”, 2.^a reimpressão de Março de 2000, Coimbra, Almedina, 2004.
- TENORE, Mario / Michael Lang / Pasquale Pistone / Josef Schuch / Cluas Staringer, “Introduction to European Tax Law on Direct Taxation”, 4th edition, Wien, Linde Verlag, 2016.
- THÖMMES, Otmar, “EC Tax Scene”, Intertax 1991/6-7.
- TOMAZELA, Ramon, “Practical Issues of the Anti-Hybrid Rule in Parent Subsidiary Directive”, 7 de Setembro de 2015, Kluwetaxblog.
- VOGEL, Klaus, “Double Tax Treaties and Their Interpretation, Berkeley Journal of International Law”, vol. 4, Article 1, 1986.
- VOGEL, Klaus, “Worldwide vs. Source Taxation of Income - A Review and Reevaluation of Arguments”, Intertax 311-312, 1988.
- WEBER, Dennis, “The new common anti-abuse rule in the EU Parent-Subsidiary Directive is a De minimis rule, but not a carte blanche for the national legislature”, Kluwer International Tax Blog, Julho de 2015.
- WHITEHEAD, Simon; Aatonson, Joseph Hage, “Examines the High Court judgement in the FII GLO handed down 18 december”, article from 15 January 2015 of Tax Journal, 2015.
- XAVIER, Alberto; Clotilde Celorico Palma / Leonor Xavier, “Direito Tributário Internacional”, 2.^a edição actualizada, Coimbra, Almedina, 2009.
- XAVIER, António Lobo / Fidalgo, Isabel Santos / Silva, Francisco Mendes da “O conceito de tributação efectiva no âmbito do regime de eliminação da dupla tributação económica dos lucros distribuídos entre sociedades” em, revista fiscalidade vol.42.

ANEXOS

DOCUMENTO N.º 1

UNIVERSIDADE DE LISBOA

FACULDADE DE DIREITO



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Estudo comparado sobre os regimes de
eliminação da dupla tributação
económica na U.E.

Estudo integrado na dissertação de mestrado:

**DO REGIME DE ELIMINAÇÃO DA DUPLA TRIBUTAÇÃO ECONÓMICA À
PARTICIPATION EXEMPTION**

Informação recolhida com base na investigação efectuada ao portal International Bureau of Fiscal Documentation (IBFD) e posteriormente objecto de confirmação através de contactos directos e individuais com empresas de cada EM e, cuja actividade é a consultoria fiscal.

Instruções para a análise da versão digital (formato pdf):

1. O índice contém *links* para a análise individual ao regime de cada EM;
2. A página de cada análise contém no canto superior direito o seguinte ícone, o qual permite voltar directamente ao índice.



13-12-2016

Índice

Estudo comparado sobre o regime de eliminação da dupla tributação económica na U.E.

Estado Membro <i>(Links)</i>	Página 0/28 <i>(Links)</i>
Alemanha	1
Áustria	2
Bélgica	3
Bulgária	4
Chipre	5
Croácia	6
Dinamarca	7
Eslováquia	8
Eslovénia	9
Espanha	10
Estónia	11
Finlândia	12
França	13
Grécia	14
Hungria	15
Irlanda	16
Itália	17
Letónia	18
Lituânia	19
Luxemburgo	20
Malta	21
Países Baixos	22
Polónia	23
Portugal	24
Reino Unido	25
República Checa	26
Roménia	27
Suécia	28

Notas:

A visualização em formato digital permite a utilização dos [links](#) para cada análise;

A informação referente a cada análise foi confirmada por consulta aos departamentos de Corporate Tax dos escritórios da KPMG do respectivo Estado e complementada com a informação disponível no portal "Tax Research Platform" do International Bureau of Fiscal Documentation (IBFD).

23-11-2016

1/28

Estudo comparado sobre o regime de eliminação da dupla tributação económica na U.E.

Alemanha (Estado Membro desde 1958)		Regime	Comentários
Tributação à entrada			
Mecanismo		Isenção (95%)	
Âmbito de aplicação		Mundial	
Requisito relativo à percentagem de capital	Residentes	10%	
	U.E.	10%	
	Estados terceiros	10%	
Requisito relativo ao tempo de detenção de participações	Residentes	não	As participações têm apenas de ser detidas desde o início do ano fiscal.
	U.E.	não	As participações têm apenas de ser detidas desde o início do ano fiscal.
	Estados terceiros	não	As participações têm apenas de ser detidas desde o início do ano fiscal.
Alterações ao requisito relativo à percentagem de capital, desde 2006	Número de alterações	0	
	Residentes	Não aplicável	
	U.E.	Não aplicável	
	Estados terceiros	Não aplicável	
Alterações ao requisito relativo ao tempo de detenção de participações, desde 2006	Número de alterações	0	
	Residentes	Não aplicável	
	U.E.	Não aplicável	
	Estados terceiros	Não aplicável	
Mais-valias			
Aplicável (desde)		Sim	Isenção de 95% do valor realizado.
Requisito relativo à percentagem de capital		-	
Requisito relativo ao tempo de detenção de participações		-	
Alterações ao requisito relativo à percentagem de capital, desde 2006		0	
Alterações ao requisito relativo ao tempo de detenção de participações detidas tem, desde 2006		0	
Outros requisitos			
Sujeição a imposto	Dividendos	Sim	
	Mais-valias	Não	
Tributação efectiva	Dividendos	Não	
	Mais-valias	Não	
Outros aspectos			
Liquidação		Sim	
Crédito de imposto quando os requisitos não estão cumpridos (desde)		Sim	
Histórico			
Data do primeiro regime de eliminação da dupla tributação económica implementado		1977	
Âmbito de aplicação mundial desde		Informação não confirmada	
Tributação à saída			
Retenção na fonte (taxa) ao abrigo da lei interna		Sim (26,4%)	Em alguns casos a sociedade não residente pode solicitar o reembolso de 2/5 do imposto suportado.
Isenção de retenção na fonte		Sim	Âmbito abrange UE.
Requisito relativo à percentagem de capital	U.E.	10%	
	Estados terceiros	10%	
Requisito relativo ao tempo de detenção de participações	U.E.	-	As participações têm apenas de ser detidas desde o início do ano fiscal.
	Estados terceiros	-	As participações têm apenas de ser detidas desde o início do ano fiscal.
Norma anti-abuso introduzida à Directiva n.º 2011/96 ("Directiva mães-filhas") pela Directiva n.º 2015/121			
Introduzida (desde)		Não	A Alemanha já tinha uma cláusula anti-abuso com este âmbito - § 50d III ITA, § 42 GTC.
Âmbito de aplicação		À entrada / à saída	
Aplicação automática / sujeita a procedimento		Informação não confirmada	
Ilidível / inilidível		Ilidível	
Critérios para aferir a substância económica		Sim	Definidos negativamente.
Jurisprudência / doutrina / guidelines de autoridades fiscais		Sim	
Instrumentos híbridos			
Tributação à entrada		Sim	
Tributação à saída		Não	
Legislação			
Principal base legal		§ 8b CITA, § 42 GTA, § 50d III ITA	

Fonte: informação confirmada por consulta aos escritórios da KPMG Alemanha e ao portal IBFD.

Informação recolhida em: Outubro de 2016.

Existência de um regime especial *holding*

Não

23-11-2016

2/28

Estudo comparado sobre o regime de eliminação da dupla tributação económica na U.E.

Áustria (Estado Membro desde 1995)		Regime	Comentários
Tributação à entrada			
Mecanismo		Isenção (100%)	Método do crédito caso a taxa de imposto no Estado fonte seja inferior a 15% ou a estrutura for considerada abusiva.
Âmbito de aplicação		Mundial	
Requisito relativo à percentagem de capital	Residentes	-	
	U.E.	-	
	Estados terceiros	10%	Se existir acordo que preveja a troca de informações o requisito é dispensado.
Requisito relativo ao tempo de detenção de participações	Residentes	-	
	U.E.	-	
	Estados terceiros	1 ano	Se existir acordo que preveja a troca de informações o requisito é dispensado.
Alterações ao requisito relativo à percentagem de capital, desde 2006	Número de alterações	1	
	Residentes	-	
	U.E.	em 2006: 10%; desde 2009: -	
	Estados terceiros	em 2006: 10%; desde 2011: -	
	Número de alterações	1	
Alterações ao requisito relativo ao tempo de detenção de participações, desde 2006	Residentes	-	
	U.E.	em 2006: 1 ano; desde 2009: -	
	Estados terceiros	em 2006: 1 ano; desde 2011: -	
	Número de alterações	1	
Mais-valias			
Aplicável (desde)		Sim (1989)	Isenção aplicável apenas a mais-valias internacionais, as mais-valias internas são tributadas a 25%.
Requisito relativo à percentagem de capital		10%	
Requisito relativo ao tempo de detenção de participações		1 ano	
Alterações ao requisito relativo à percentagem de capital, desde 2006		antes de 2004: 25%; desde 2004: 10%	
Alterações ao requisito relativo ao tempo de detenção de participações detidas tem, desde 2006		antes de 2004: 2 anos; desde 2004: 1 ano	
Outros requisitos			
Sujeição a imposto	Dividendos	Sim	Apenas para subsidiárias não residentes.
	Mais-valias	Não	Excepções.
Tributação efectiva	Dividendos	Sim	
	Mais-valias	Não	Excepções.
Outros aspectos			
Liquidação		Sim	Aplicável apenas a liquidações de sociedades não residentes.
Crédito de imposto quando os requisitos não estão cumpridos (desde)		Sim	
Histórico			
Data do primeiro regime de eliminação da dupla tributação económica implementado		1966	
Âmbito de aplicação mundial desde		1972	
Tributação à saída			
Retenção na fonte (taxa) ao abrigo da lei interna		Sim (25%)	
Isenção de retenção na fonte		Sim (100%)	Âmbito limitado a sociedades residentes na UE.
Requisito relativo à percentagem de capital	U.E.	10%	
	Estados terceiros	Não aplicável	
Requisito relativo ao tempo de detenção de participações	U.E.	1 ano	
	Estados terceiros	Não aplicável	
Norma anti-abuso introduzida à Directiva n.º 2011/96 ("Directiva mães-filhas") pela Directiva n.º 2015/121			
Introduzida (desde)		Não	Cláusula geral anti-abuso prevista no Sec 22 Federal Fiscal Code - 1962.
Âmbito de aplicação		Não aplicável	
Aplicação automática / sujeita a procedimento		Não aplicável	
Ilidível / inilidível		Não aplicável	
Critérios para aferir a substância económica		Não aplicável	
Jurisprudência / doutrina / guidelines de autoridades fiscais		Não aplicável	
Instrumentos híbridos			
Tributação à entrada		Sim (2011)	
Tributação à saída		Não	
Legislação			
Principal base legal		Section 10 CITA - Inbound Dividendes Section 94 para 2 ITA - Outbound Dividendes	

Fonte: informação confirmada por consulta aos escritórios da KPMG Áustria e ao portal IBFD.

Informação recolhida em: Novembro de 2016.

Existência de um regime especial holding:

Não

23-11-2016

3/28

Estudo comparado sobre o regime de eliminação da dupla tributação económica na U.E.



Bélgica (Estado Membro desde 1958)		Regime	Comentários
Tributação à entrada			
Mecanismo		Isenção (95%)	
Âmbito de aplicação		Mundial	
Requisito relativo à percentagem de capital	Residentes	10% (2.500.000)	
	U.E.	10% (2.500.000)	
	Estados terceiros	10% (2.500.000)	
Requisito relativo ao tempo de detenção de participações	Residentes	1 ano	Período ininterrupto.
	U.E.	1 ano	Período ininterrupto.
	Estados terceiros	1 ano	Período ininterrupto.
Alterações ao requisito relativo à percentagem de capital, desde 2006	Número de alterações	0	
	Residentes	-	
	U.E.	-	
	Estados terceiros	-	
Alterações ao requisito relativo ao tempo de detenção de participações, desde 2006	Número de alterações	0	
	Residentes	-	
	U.E.	-	
	Estados terceiros	-	
Mais-valias			
Aplicável (desde)		Sim	Valor líquido realizado por grandes empresas é no entanto tributado a uma taxa de 0,412% separadamente (medida introduzida em 2014).
Requisito relativo à percentagem de capital		-	
Requisito relativo ao tempo de detenção de participações		1 ano	Período ininterrupto.
Alterações ao requisito relativo à percentagem de capital, desde 2006		0	
Alterações ao requisito relativo ao tempo de detenção de participações detidas tem, desde 2006		1	Tempo de detenção introduzido em 2013.
Outros requisitos			
Sujeição a imposto	Dividendos	Sim	
	Mais-valias	Sim	
Tributação efectiva	Dividendos	Sim	
	Mais-valias	Sim	
Outros aspectos			
Liquidação		Sim	
Crédito de imposto quando os requisitos não estão cumpridos (desde)		Não	
Histórico			
Data do primeiro regime de eliminação da dupla tributação económica implementado		1962	
Âmbito de aplicação mundial desde		1962	
Tributação à saída			
Retenção na fonte (taxa) ao abrigo da lei interna		Sim (27%)	A partir de 1.1.2017 a taxa será de 30%.
Isenção de retenção na fonte		Sim (100%)	Âmbito abrange UE e Estados com os quais tenha sido celebrado um acordo que preveja a troca de informações.
Requisito relativo à percentagem de capital	U.E.	10%	Se a participação for inferior a 10% mas superior a 2.500.000 a taxa de imposto é 1.69%.
	Estados terceiros	10%	Se a participação for inferior a 10% mas superior a 2.500.000 a taxa de imposto é 1.69%.
Requisito relativo ao tempo de detenção de participações	U.E.	1 ano	Período ininterrupto.
	Estados terceiros	1 ano	Período ininterrupto.
Norma anti-abuso introduzida à Directiva n.º 2011/96 ("Directiva mães-filhas") pela Directiva n.º 2015/121			
Introduzida (desde)		Não	Proposta de Lei em discussão (quando implementada será aplicada aos rendimentos pagos desde 1 de Janeiro de 2016 retroactivamente).
Âmbito de aplicação		Não aplicável	
Aplicação automática / sujeita a procedimento		Não aplicável	
Ilidível / inilidível		Não aplicável	
Critérios para aferir a substância económica		Não aplicável	
Jurisprudência / doutrina / guidelines de autoridades fiscais		Não aplicável	
Instrumentos híbridos			
Tributação à entrada		Não	Proposta de Lei em discussão.
Tributação à saída		Não	
Legislação			
Principal base legal		Informação não confirmada	

Fonte: informação confirmada por consulta aos escritórios da KPMG Bélgica e ao portal IBFD.

Informação recolhida em: Outubro de 2016.

Existência de um regime especial *holding*

Não

23-11-2016

4/28

Estudo comparado sobre o regime de eliminação da dupla tributação económica na U.E.

Bulgária (Estado Membro desde 2007)		Regime	Comentários
Tributação à entrada			
Mecanismo		Isenção (100%)	
Âmbito de aplicação		Participações domésticas, UE e EEA	
Requisito relativo à percentagem de capital	Residentes	-	
	U.E.	-	
	Estados terceiros	-	
Requisito relativo ao tempo de detenção de participações	Residentes	-	
	U.E.	-	
	Estados terceiros	-	
Alterações ao requisito relativo à percentagem de capital, desde 2006	Número de alterações	0	
	Residentes	<i>Não aplicável</i>	
	U.E.	<i>Não aplicável</i>	
	Estados terceiros	<i>Não aplicável</i>	
Alterações ao requisito relativo ao tempo de detenção de participações, desde 2006	Número de alterações	0	
	Residentes	<i>Não aplicável</i>	
	U.E.	<i>Não aplicável</i>	
	Estados terceiros	<i>Não aplicável</i>	
Mais-valias			
Aplicável (desde)		Não	Rendimento referente a mais-valias é geralmente incluído no lucro tributável. Note-se, estão isentas as ações de sociedades cotadas, e transacionadas em mercados regulamentados na Bélgica ou no EEE.
Requisito relativo à percentagem de capital		<i>Não aplicável</i>	
Requisito relativo ao tempo de detenção de participações		<i>Não aplicável</i>	
Alterações ao requisito relativo à percentagem de capital, desde 2006		<i>Não aplicável</i>	
Alterações ao requisito relativo ao tempo de detenção de participações detidas tem, desde 2006		<i>Não aplicável</i>	
Outros requisitos			
Sujeição a imposto	Dividendos	Não	
	Mais-valias	Não	
Tributação efectiva	Dividendos	Não	
	Mais-valias	Não	
Outros aspectos			
Liquidação		Sim	Aplicável apenas a valores pagos por sociedades residentes a sociedades residentes na UE/EEA.
Crédito de imposto quando os requisitos não estão cumpridos (desde)		Sim	
Histórico			
Data do primeiro regime de eliminação da dupla tributação económica implementado		2016	
Âmbito de aplicação mundial desde		<i>Não aplicável</i>	
Tributação à saída			
Retenção na fonte (taxa) ao abrigo da lei interna		Sim (5%)	
Isenção de retenção na fonte		Sim	Âmbito abrange UE e EEA.
Requisito relativo à percentagem de capital	U.E.	-	
	Estados terceiros	-	
Requisito relativo ao tempo de detenção de participações	U.E.	-	
	Estados terceiros	-	
Norma anti-abuso introduzida à Directiva n.º 2011/96 ("Directiva mães-filhas") pela Directiva n.º 2015/121			
Introduzida (desde)		Não	Regime não aplicável a HPD (<i>hidden profit distribution</i>) - valores que excedam os valores de mercado ou não estejam relacionados à actividade).
Âmbito de aplicação		<i>Não aplicável</i>	
Aplicação automática / sujeita a procedimento		<i>Não aplicável</i>	
Ilidível / inilidível		<i>Não aplicável</i>	
Critérios para aferir a substância económica		<i>Não aplicável</i>	
Jurisprudência / doutrina / <i>guidelines</i> de autoridades fiscais		<i>Não aplicável</i>	
Instrumentos híbridos			
Tributação à entrada		Sim	
Tributação à saída		Não	
Legislação			
Principal base legal		<i>The Bulgarian Corporate Income Tax Act</i>	

Fonte: informação confirmada por consulta aos escritórios da KPMG Bulgária e ao portal IBFD.

Informação recolhida em: Outubro de 2016.

Existência de um regime especial *holding*

Não

23-11-2016

5/28

Estudo comparado sobre o regime de eliminação da dupla tributação económica na U.E.



Chipre (Estado Membro desde 2004)		Regime	Comentários
Tributação à entrada			
Mecanismo		Isenção (100%)	Podem estar sujeitos a Contribuição Especial para a Defesa a uma taxa de 17%.
Âmbito de aplicação		Mundial	
Requisito relativo à percentagem de capital	Residentes	-	
	U.E.	-	
	Estados terceiros	-	
Requisito relativo ao tempo de detenção de participações	Residentes	-	
	U.E.	-	
	Estados terceiros	-	
Alterações ao requisito relativo à percentagem de capital, desde 2006	Número de alterações	0	
	Residentes	<i>Não aplicável</i>	
	U.E.	<i>Não aplicável</i>	
	Estados terceiros	<i>Não aplicável</i>	
	Número de alterações	0	
Alterações ao requisito relativo ao tempo de detenção de participações, desde 2006	Residentes	<i>Não aplicável</i>	
	U.E.	<i>Não aplicável</i>	
	Estados terceiros	<i>Não aplicável</i>	
Mais-valias			
Aplicável (desde)		Sim	
Requisito relativo à percentagem de capital		-	
Requisito relativo ao tempo de detenção de participações		-	
Alterações ao requisito relativo à percentagem de capital, desde 2006		0	
Alterações ao requisito relativo ao tempo de detenção de participações detidas tem, desde 2006		0	
Outros requisitos			
Sujeição a imposto	Dividendos	Sim	
	Mais-valias	Não	
Tributação efectiva	Dividendos	Sim	
	Mais-valias	Não	
Outros aspectos			
Liquidação		Sim	Apenas para sociedades residentes.
Crédito de imposto quando os requisitos não estão cumpridos (desde)		Sim (2002)	Desde 2016 se o teste da cláusula anti-abuso se verificar não se aplica o método da isenção, aplica-se o método do crédito.
Histórico			
Data do primeiro regime de eliminação da dupla tributação económica implementado		2002	
Âmbito de aplicação mundial desde		2002	
Tributação à saída			
Retenção na fonte (taxa) ao abrigo da lei interna		Não	Apenas estão sujeitos os dividendos distribuídos a pessoas singulares.
Isenção de retenção na fonte		<i>Não aplicável</i>	
Requisito relativo à percentagem de capital	U.E.	<i>Não aplicável</i>	
	Estados terceiros	<i>Não aplicável</i>	
Requisito relativo ao tempo de detenção de participações	U.E.	<i>Não aplicável</i>	
	Estados terceiros	<i>Não aplicável</i>	
Norma anti-abuso introduzida à Directiva n.º 2011/96 ("Directiva mães-filhas") pela Directiva n.º 2015/121			
Introduzida (desde)		Sim (2016)	
Âmbito de aplicação		À entrada	
Aplicação automática / sujeita a procedimento		Automática	Informação recolhida não é conclusiva.
Ilidível / inilidível		Ilidível	
Critérios para aferir a substância económica		Não	
Jurisprudência / doutrina / <i>guidelines</i> de autoridades fiscais		Não	
Instrumentos híbridos			
Tributação à entrada		Sim (2016)	
Tributação à saída		Não	
Legislação			
Principal base legal		Article 8(20) and 36(7) of the Cyprus Income Tax Law	

Fonte: informação confirmada por consulta aos escritórios da KPMG Chipre e ao portal IBFD.

Informação recolhida em: Outubro de 2016.

Existência de um regime especial *holding*

Não

23-11-2016

6/28

Estudo comparado sobre o regime de eliminação da dupla tributação económica na U.E.



Croácia (Estado Membro desde 2013)		Regime	Comentários
Tributação à entrada			
Mecanismo		Isenção (100%)	
Âmbito de aplicação		Mundial	
Requisito relativo à percentagem de capital	Residentes	-	
	U.E.	-	
	Estados terceiros	-	
Requisito relativo ao tempo de detenção de participações	Residentes	-	
	U.E.	-	
	Estados terceiros	-	
Alterações ao requisito relativo à percentagem de capital, desde 2006	Número de alterações	0	
	Residentes	<i>Não aplicável</i>	
	U.E.	<i>Não aplicável</i>	
	Estados terceiros	<i>Não aplicável</i>	
	Número de alterações	0	
Alterações ao requisito relativo ao tempo de detenção de participações, desde 2006	Residentes	<i>Não aplicável</i>	
	U.E.	<i>Não aplicável</i>	
	Estados terceiros	<i>Não aplicável</i>	
Mais-valias			
Aplicável (desde)		Não	As mais-valias realizadas por não residentes decorrentes da transmissão de participações sociais em sociedades residentes não são sujeitas a tributação.
Requisito relativo à percentagem de capital		<i>Não aplicável</i>	
Requisito relativo ao tempo de detenção de participações		<i>Não aplicável</i>	
Alterações ao requisito relativo à percentagem de capital, desde 2006		<i>Não aplicável</i>	
Alterações ao requisito relativo ao tempo de detenção de participações detidas tem, desde 2006		<i>Não aplicável</i>	
Outros requisitos			
Sujeição a imposto	Dividendos	Não	
	Mais-valias	Não	
Tributação efectiva	Dividendos	Não	
	Mais-valias	Não	
Outros aspectos			
Liquidação		Não	
Crédito de imposto quando os requisitos não estão cumpridos (desde)		Não	
Histórico			
Data do primeiro regime de eliminação da dupla tributação económica implementado		Informação não confirmada	
Âmbito de aplicação mundial desde		Informação não confirmada	
Tributação à saída			
Retenção na fonte (taxa) ao abrigo da lei interna		Sim (12%)	
Isenção de retenção na fonte		Sim	Âmbito abrange UE e Suíça.
Requisito relativo à percentagem de capital	U.E.	10%	25% no caso da Suíça.
	Estados terceiros	<i>Não aplicável</i>	Algumas situações podem estar tratadas ao abrigo de um ADT.
Requisito relativo ao tempo de detenção de participações	U.E.	24 meses	Período ininterrupto.
	Estados terceiros	<i>Não aplicável</i>	Algumas situações podem estar tratadas ao abrigo de um ADT.
Norma anti-abuso introduzida à Directiva n.º 2011/96 ("Directiva mães-filhas") pela Directiva n.º 2015/121			
Introduzida (desde)		Sim (2016)	
Âmbito de aplicação		À entrada / à saída	
Aplicação automática / sujeita a procedimento		Automática	Informação recolhida não é conclusiva.
Ilidível / inilidível		Ilidível	
Critérios para aferir a substância económica		Não	
Jurisprudência / doutrina / <i>guidelines</i> de autoridades fiscais		Não	
Instrumentos híbridos			
Tributação à entrada		Não	
Tributação à saída		Não	
Legislação			
Principal base legal		<i>Domestic Corporate Profit Tax Law (Article 5.a)</i>	

Fonte: informação confirmada por consulta aos escritórios da KPMG Croácia e ao portal IBFD.

Informação recolhida em: Outubro de 2016.

Existência de um regime especial *holding*

Não

23-11-2016

7/28

Estudo comparado sobre o regime de eliminação da dupla tributação económica na U.E.



Dinamarca (Estado Membro desde 1973)		Regime	Comentários
Tributação à entrada			
Mecanismo		Isenção (100%)	
Âmbito de aplicação		Mundial	
Requisito relativo à percentagem de capital	Residentes	10%	Ou do direito de voto.
	U.E.	10%	Ou do direito de voto.
	Estados terceiros	10%	Ou do direito de voto.
Requisito relativo ao tempo de detenção de participações	Residentes	-	
	U.E.	-	
	Estados terceiros	-	
Alterações ao requisito relativo à percentagem de capital, desde 2006	Número de alterações	4	
	Residentes	Informação não confirmada	
	U.E.	Informação não confirmada	
	Estados terceiros	Informação não confirmada	
Alterações ao requisito relativo ao tempo de detenção de participações, desde 2006	Número de alterações	0	
	Residentes	Não aplicável	
	U.E.	Não aplicável	
	Estados terceiros	Não aplicável	
Mais-valias			
Aplicável (desde)		Sim	Requisitos especiais para participações de porfolio.
Requisito relativo à percentagem de capital		10%	
Requisito relativo ao tempo de detenção de participações		-	Se as participações tiverem sido adquiridas antes de 1 de Janeiro de 2006 o requisito do tempo de detenção é de 3 anos.
Alterações ao requisito relativo à percentagem de capital, desde 2006		0	
Alterações ao requisito relativo ao tempo de detenção de participações detidas tem, desde 2006		0	
Outros requisitos			
Sujeição a imposto	Dividendos	Não	
	Mais-valias	Não	
Tributação efectiva	Dividendos	Não	
	Mais-valias	Não	
Outros aspectos			
Liquidação		Sim	
Crédito de imposto quando os requisitos não estão cumpridos (desde)		Não	
Histórico			
Data do primeiro regime de eliminação da dupla tributação económica implementado		1960	Data aproximada.
Âmbito de aplicação mundial desde		1960	Data aproximada.
Tributação à saída			
Retenção na fonte (taxa) ao abrigo da lei interna		Sim (15% e 27%)	
Isenção de retenção na fonte		Sim	Âmbito abrange UE e Estados com os quais tenha sido celebrado ADT.
Requisito relativo à percentagem de capital	U.E.	10%	
	Estados terceiros	10%	
Requisito relativo ao tempo de detenção de participações	U.E.	-	
	Estados terceiros	-	
Norma anti-abuso introduzida à Directiva n.º 2011/96 ("Directiva mães-filhas") pela Directiva n.º 2015/121			
Introduzida (desde)		2015	
Âmbito de aplicação		À entrada / à saída	
Aplicação automática / sujeita a procedimento		Procedimento	
Ilidível / inilidível		Ilidível	
Critérios para aferir a substância económica		Não	
Jurisprudência / doutrina / guidelines de autoridades fiscais		Não	
Instrumentos híbridos			
Tributação à entrada		Sim	
Tributação à saída		Sim	
Legislação			
Principal base legal		CIT Act, Tax Control Act, Tax Assessment Act	

Fonte: informação confirmada por consulta aos escritório da KPMG Dinamarca e ao portal IBFD.

Informação recolhida em: Outubro de 2016.

Existência de um regime especial *holding*

Não

23-11-2016

8/28

Estudo comparado sobre o regime de eliminação da dupla tributação económica na U.E.



Eslováquia (Estado Membro desde 2004)		Regime	Comentários
Tributação à entrada			
Mecanismo		Isenção (100%)	
Âmbito de aplicação		Mundial	A reforma do imposto sobre o rendimento está em fase de discussão. Um dos temas na ordem do dia é o regresso à tributação dos dividendos provenientes de sociedades residentes em países com os quais não tenha sido celebrado um ADT.
Requisito relativo à percentagem de capital	Residentes	-	
	U.E.	-	
	Estados terceiros	-	
Requisito relativo ao tempo de detenção de participações	Residentes	-	
	U.E.	-	
	Estados terceiros	-	
Alterações ao requisito relativo à percentagem de capital, desde 2006	Número de alterações	0	
	Residentes	<i>Não aplicável</i>	
	U.E.	<i>Não aplicável</i>	
	Estados terceiros	<i>Não aplicável</i>	
Alterações ao requisito relativo ao tempo de detenção de participações, desde 2006	Número de alterações	0	
	Residentes	<i>Não aplicável</i>	
	U.E.	<i>Não aplicável</i>	
	Estados terceiros	<i>Não aplicável</i>	
Mais-valias			
Aplicável (desde)		Não	
Requisito relativo à percentagem de capital		<i>Não aplicável</i>	
Requisito relativo ao tempo de detenção de participações		<i>Não aplicável</i>	
Alterações ao requisito relativo à percentagem de capital, desde 2006		<i>Não aplicável</i>	
Alterações ao requisito relativo ao tempo de detenção de participações detidas tem, desde 2006		<i>Não aplicável</i>	
Outros requisitos			
Sujeição a imposto	Dividendos	Não	
	Mais-valias	Não	
Tributação efectiva	Dividendos	Não	
	Mais-valias	Não	
Outros aspectos			
Liquidação		Sim (2004)	
Crédito de imposto quando os requisitos não estão cumpridos (desde)		Não	
Histórico			
Data do primeiro regime de eliminação da dupla tributação económica implementado		1993	
Âmbito de aplicação mundial desde		1993	
Tributação à saída			
Retenção na fonte (taxa) ao abrigo da lei interna		Sim (19% e 35%)	
Isenção de retenção na fonte		Sim	Âmbito limitado à UE.
Requisito relativo à percentagem de capital	U.E.	25%	
	Estados terceiros	<i>Não aplicável</i>	
Requisito relativo ao tempo de detenção de participações	U.E.	-	
	Estados terceiros	<i>Não aplicável</i>	
Norma anti-abuso introduzida à Directiva n.º 2011/96 ("Directiva mães-filhas") pela Directiva n.º 2015/121			
Introduzida (desde)		Sim (1.1.2016)	
Âmbito de aplicação		À entrada / à saída	
Aplicação automática / sujeita a procedimento		Automático	Informação recolhida não é conclusiva.
Ilidível / inilidível		Ilidível	
Critérios para aferir a substância económica		Não	
Jurisprudência / doutrina / <i>guidelines</i> de autoridades fiscais		Não	
Instrumentos híbridos			
Tributação à entrada		Sim (1.1.2016)	
Tributação à saída		Sim (1.1.2016)	
Legislação			
Principal base legal		<i>Article 3 Section 2 Letter c) of SITA</i> <i>Article 12 Section 7 Letter c) of STA</i> <i>Article 50a of SITA</i> <i>Article 52 Section 24 of SITA</i>	

Fonte: informação confirmada por consulta aos escritórios da KPMG Eslováquia.

Informação recolhida em: Outubro de 2016.

Existência de um regime especial *holding*

Não

23-11-2016

9/28

Estudo comparado sobre o regime de eliminação da dupla tributação económica na U.E.

Eslovénia (Estado Membro desde 2004)		Regime	Comentários
Tributação à entrada			
Mecanismo		Isenção (100%)	Com a particularidade de se tributar 5% de acordo com a regra <i>add back rule</i> .
Âmbito de aplicação		Mundial	
Requisito relativo à percentagem de capital	Residentes	-	
	U.E.	-	
	Estados terceiros	-	
Requisito relativo ao tempo de detenção de participações	Residentes	-	
	U.E.	-	
	Estados terceiros	-	
Alterações ao requisito relativo à percentagem de capital, desde 2006	Número de alterações	0	
	Residentes	<i>Não aplicável</i>	
	U.E.	<i>Não aplicável</i>	
	Estados terceiros	<i>Não aplicável</i>	
Alterações ao requisito relativo ao tempo de detenção de participações, desde 2006	Número de alterações	0	
	Residentes	<i>Não aplicável</i>	
	U.E.	<i>Não aplicável</i>	
	Estados terceiros	<i>Não aplicável</i>	
Mais-valias			
Aplicável (desde)		Sim	Isenção de 50% com a particularidade de se tributar 5% de acordo com a regra <i>add back rule</i> .
Requisito relativo à percentagem de capital		8%	
Requisito relativo ao tempo de detenção de participações		6 meses	
Alterações ao requisito relativo à percentagem de capital, desde 2006		0	
Alterações ao requisito relativo ao tempo de detenção de participações detidas tem, desde 2006		0	
Outros requisitos			
Sujeição a imposto	Dividendos	Sim	
	Mais-valias	Sim	
Tributação efectiva	Dividendos	Sim	
	Mais-valias	Sim	
Outros aspectos			
Liquidação		Sim	
Crédito de imposto quando os requisitos não estão cumpridos (desde)		Informação não confirmada	
Histórico			
Data do primeiro regime de eliminação da dupla tributação económica implementado		2004	
Âmbito de aplicação mundial desde		2004	
Tributação à saída			
Retenção na fonte (taxa) ao abrigo da lei interna		Sim (15%)	
Isenção de retenção na fonte		Sim	Âmbito limitado à UE e EEE.
Requisito relativo à percentagem de capital	U.E.	10%	
	Estados terceiros	10%	
Requisito relativo ao tempo de detenção de participações	U.E.	24 meses	
	Estados terceiros	24 meses	
Norma anti-abuso introduzida à Directiva n.º 2011/96 ("Directiva mães-filhas") pela Directiva n.º 2015/121			
Introduzida (desde)		Sim (2015)	
Âmbito de aplicação		À entrada / à saída	
Aplicação automática / sujeita a procedimento		Informação não confirmada	
Ilidível / inilidível		Ilidível	
Critérios para aferir a substância económica		Informação não confirmada	
Jurisprudência / doutrina / <i>guidelines</i> de autoridades fiscais		Não	
Instrumentos híbridos			
Tributação à entrada		Não	
Tributação à saída		Não	
Legislação			
Principal base legal		Article 24 and 71 of CIT Act	

Fonte: informação confirmada por consulta aos escritórios da KPMG Eslovénia.

Informação recolhida em: Outubro de 2016.

Existência de um regime especial *holding*

Não

23-11-2016

Estudo comparado sobre o regime de eliminação da dupla tributação económica na U.E.

10/28

Espanha (Estado Membro desde 1986)		Regime	Comentários
Tributação à entrada			
Mecanismo		Isenção (100%)	
Âmbito de aplicação		Mundial	
Requisito relativo à percentagem de capital	Residentes	5% (€ 20.000.000)	
	U.E.	5% (€ 20.000.000)	
	Estados terceiros	5% (€ 20.000.000)	
Requisito relativo ao tempo de detenção de participações	Residentes	1 ano	Commitment.
	U.E.	1 ano	Commitment.
	Estados terceiros	1 ano	Commitment.
Alterações ao requisito relativo à percentagem de capital, desde 2006	Número de alterações	1	
	Residentes	Até 2015: 5%	
	U.E.	Até 2015: 5%	
	Estados terceiros	Até 2015: 5%	
Alterações ao requisito relativo ao tempo de detenção de participações, desde 2006	Número de alterações	0	
	Residentes	Não aplicável	
	U.E.	Não aplicável	
	Estados terceiros	Não aplicável	
Mais-valias			
Aplicável (desde)		Sim	Podem existir diferenças de tratamento entre transferências de sociedades imobiliárias entre sociedades residentes e por sociedades residentes a sociedades não residentes.
Requisito relativo à percentagem de capital		5% (€ 20.000.000)	
Requisito relativo ao tempo de detenção de participações		1 ano	
Alterações ao requisito relativo à percentagem de capital, desde 2006		1	
Alterações ao requisito relativo ao tempo de detenção de participações detidas tem, desde 2006		0	
Outros requisitos			
Sujeição a imposto	Dividendos	Sim	
	Mais-valias	Sim	
Tributação efectiva	Dividendos	Sim	
	Mais-valias	Não	
Outros aspectos			
Liquidação		Sim	
Crédito de imposto quando os requisitos não estão cumpridos (desde)		Sim	
Histórico			
Data do primeiro regime de eliminação da dupla tributação económica implementado		1978	
Âmbito de aplicação mundial desde		1978	
Tributação à saída			
Retenção na fonte (taxa) ao abrigo da lei interna		Sim (19%)	
Isenção de retenção na fonte		Sim	Âmbito limitado à UE.
Requisito relativo à percentagem de capital	U.E.	5% (€ 20.000.000)	
	Estados terceiros	Não aplicável	
Requisito relativo ao tempo de detenção de participações	U.E.	1 ano	
	Estados terceiros	Não aplicável	
Norma anti-abuso introduzida à Directiva n.º 2011/96 ("Directiva mães-filhas") pela Directiva n.º 2015/121			
Introduzida (desde)		Não	A legislação espanhola já tinha duas normas gerais anti-abuso, as quais foram revistas em a Janeiro de 2015.
Âmbito de aplicação		Não aplicável	
Aplicação automática / sujeita a procedimento		Não aplicável	
Ilidível / inilidível		Não aplicável	
Critérios para aferir a substância económica		Não aplicável	
Jurisprudência / doutrina / guidelines de autoridades fiscais		Não aplicável	
Instrumentos híbridos			
Tributação à entrada		Informação não confirmada	A este respeito veja-se as decisões do Tribunal Espanhol "Audiencia Nacional" de 27 de Fevereiro de 2014 e de 7 de Julho de 2015.
Tributação à saída		Informação não confirmada	
Legislação			
Principal base legal		Articles 15 and 21 of Spanish Corporate Income Tax Law. Article 14 of Spanish Non Resident Income Tax Law. Article 15 of General Tax Law.	

Fonte: informação confirmada por consulta aos escritórios da KPMG Espanha.

Informação recolhida em: Outubro de 2016.

Existência de um regime especial holding

Sim (Entidades de tenencia de valores extranjeros "ETVE")

23-11-2016

11/28

Estudo comparado sobre o regime de eliminação da dupla tributação económica na U.E.



Estónia (Estado Membro desde 2004)		Regime	Comentários
Tributação à entrada			
Mecanismo		Isenção (100%)	
Âmbito de aplicação		Mundial	
Requisito relativo à percentagem de capital	Residentes	10%	
	U.E.	10%	
	Estados terceiros	10%	
Requisito relativo ao tempo de detenção de participações	Residentes	-	
	U.E.	-	
	Estados terceiros	-	
Alterações ao requisito relativo à percentagem de capital, desde 2006	Número de alterações	0	
	Residentes	<i>Não aplicável</i>	
	U.E.	<i>Não aplicável</i>	
	Estados terceiros	<i>Não aplicável</i>	
Alterações ao requisito relativo ao tempo de detenção de participações, desde 2006	Número de alterações	0	
	Residentes	<i>Não aplicável</i>	
	U.E.	<i>Não aplicável</i>	
	Estados terceiros	<i>Não aplicável</i>	
Mais-valias			
Aplicável (desde)		Sim (2000)	
Requisito relativo à percentagem de capital		-	
Requisito relativo ao tempo de detenção de participações		-	
Alterações ao requisito relativo à percentagem de capital, desde 2006		0	
Alterações ao requisito relativo ao tempo de detenção de participações detidas tem, desde 2006		0	
Outros requisitos			
Sujeição a imposto	Dividendos	Sim	Não é exigido se o Estado fonte for a Suíça ou pertencer ao EEE.
	Mais-valias	Não	
Tributação efectiva	Dividendos	Sim	Não é exigido se o Estado fonte for a Suíça ou pertencer ao EEE.
	Mais-valias	Não	
Outros aspectos			
Liquidação		Sim (2009)	
Crédito de imposto quando os requisitos não estão cumpridos (desde)		Sim	
Histórico			
Data do primeiro regime de eliminação da dupla tributação económica implementado		1992	
Âmbito de aplicação mundial desde		1992	
Tributação à saída			
Retenção na fonte (taxa) ao abrigo da lei interna		Não	Rendimentos não sujeitos.
Isenção de retenção na fonte		<i>Não aplicável</i>	
Requisito relativo à percentagem de capital	U.E.	<i>Não aplicável</i>	
	Estados terceiros	<i>Não aplicável</i>	
Requisito relativo ao tempo de detenção de participações	U.E.	<i>Não aplicável</i>	
	Estados terceiros	<i>Não aplicável</i>	
Norma anti-abuso introduzida à Directiva n.º 2011/96 ("Directiva mães-filhas") pela Directiva n.º 2015/121			
Introduzida (desde)		Sim (01-11-2016)	
Âmbito de aplicação		À saída	
Aplicação automática / sujeita a procedimento		Procedimento	
Ilidível / inilidível		Ilidível	
Critérios para aferir a substância económica		Não	
Jurisprudência / doutrina / <i>guidelines</i> de autoridades fiscais		Não	
Instrumentos híbridos			
Tributação à entrada		Não	
Tributação à saída		Sim	
Legislação			
Principal base legal		Informação não confirmada	
Fonte: informação confirmada por consulta aos escritórios da KPMG Estónia e ao portal IBFD.			
Informação recolhida em: Outubro de 2016.			
Existência de um regime especial <i>holding</i>			Não

23-11-2016

Estudo comparado sobre o regime de eliminação da dupla tributação económica na U.E.

12/28

Finlândia (Estado Membro desde 1995)		Regime	Comentários
Tributação à entrada			
Mecanismo		Isenção (100%)	
Âmbito de aplicação		EU EEE	
Requisito relativo à percentagem de capital	Residentes	0%	
	U.E.	0%	
	Estados terceiros	10%	
Requisito relativo ao tempo de detenção de participações	Residentes	Não	
	U.E.	Não	
	Estados terceiros	Não	
Alterações ao requisito relativo à percentagem de capital, desde 2006	Número de alterações	0	
	Residentes	Não aplicável	
	U.E.	Não aplicável	
	Estados terceiros	Não aplicável	
Alterações ao requisito relativo ao tempo de detenção de participações, desde 2006	Número de alterações	0	
	Residentes	Não aplicável	
	U.E.	Não aplicável	
	Estados terceiros	Não aplicável	
Mais-valias			
Aplicável (desde)		Sim (2005)	
Requisito relativo à percentagem de capital		10%	
Requisito relativo ao tempo de detenção de participações		1 ano	
Alterações ao requisito relativo à percentagem de capital, desde 2006		0	
Alterações ao requisito relativo ao tempo de detenção de participações detidas tem, desde 2006		0	
Outros requisitos			
Sujeição a imposto	Dividendos	Sim	Aplicável quando o Estado fonte não pertencer à UE.
	Mais-valias	Não	
Tributação efectiva	Dividendos	Sim	Aplicável quando o Estado fonte não pertencer à UE.
	Mais-valias	Não	
Outros aspectos			
Liquidação		Sim (2005)	
Crédito de imposto quando os requisitos não estão cumpridos (desde)		Não	
Histórico			
Data do primeiro regime de eliminação da dupla tributação económica implementado		1994	
Âmbito de aplicação mundial desde		1994	
Tributação à saída			
Retenção na fonte (taxa) ao abrigo da lei interna		Sim (15%, 20% e 30%)	
Isenção de retenção na fonte		Sim	Âmbito abrange UE e EEE.
Requisito relativo à percentagem de capital	U.E.	0%	
	Estados terceiros	10%	
Requisito relativo ao tempo de detenção de participações	U.E.	-	
	Estados terceiros	-	
Norma anti-abuso introduzida à Directiva n.º 2011/96 ("Directiva mães-filhas") pela Directiva n.º 2015/121			
Introduzida (desde)		Sim (2015)	
Âmbito de aplicação		À entrada / à saída	
Aplicação automática / sujeita a procedimento		Automático	Informação recolhida não é conclusiva.
Ilidível / inilidível		Ilidível	
Critérios para aferir a substância económica		Não	
Jurisprudência / doutrina / guidelines de autoridades fiscais		Não	
Instrumentos híbridos			
Tributação à entrada		Sim (2016)	
Tributação à saída		Sim (2016)	
Legislação			
Principal base legal		Paragraph 33d of Income Tax Act, Paragraph 6a of Business Income Tax Act, Act on Taxation of Persons	

Fonte: informação confirmada por consulta aos escritórios da KPMG Finlândia e ao portal IBFD.

Informação recolhida em: Outubro de 2016.

Existência de um regime especial *holding*

Não

23-11-2016

13/28

Estudo comparado sobre o regime de eliminação da dupla tributação económica na U.E.

França (Estado Membro desde 1958)		Regime	Comentários
Tributação à entrada			
Mecanismo		Isenção (95% ou 99%)	
Âmbito de aplicação		Mundial	
Requisito relativo à percentagem de capital	Residentes	5%	2,5% no caso de sociedades controladas por sociedades sem fins lucrativos.
	U.E.	5%	2,5% no caso de sociedades controladas por sociedades sem fins lucrativos.
	Estados terceiros	5%	2,5% no caso de sociedades controladas por sociedades sem fins lucrativos.
Requisito relativo ao tempo de detenção de participações	Residentes	2 anos (5 anos)	<i>Commitment</i> / 5 anos quando aplicado requisito de 2,5%.
	U.E.	2 anos (5 anos)	<i>Commitment</i> / 5 anos quando aplicado requisito de 2,5%.
	Estados terceiros	2 anos (5 anos)	<i>Commitment</i> / 5 anos quando aplicado requisito de 2,5%.
Alterações ao requisito relativo à percentagem de capital, desde 2006	Número de alterações	0	Desde 3 de fevereiro de 2016 o requisito da percentagem verifica-se mesmo se o sujeito passivo não tiver o direito de voto.
	Residentes	<i>Não aplicável</i>	
	U.E.	<i>Não aplicável</i>	
	Estados terceiros	<i>Não aplicável</i>	
Alterações ao requisito relativo ao tempo de detenção de participações, desde 2006	Número de alterações	1	Requisito do tempo de detenção foi introduzido - data não confirmada.
	Residentes	<i>Não aplicável</i>	
	U.E.	<i>Não aplicável</i>	
	Estados terceiros	<i>Não aplicável</i>	
Mais-valias			
Aplicável (desde)		Sim (desde 2007)	Isenção de 88% do valor bruto da mais-valia.
Requisito relativo à percentagem de capital		10%	5% caso a Directiva n.º 2011/96 ("Directiva mães-filhas") seja aplicável.
Requisito relativo ao tempo de detenção de participações		2 anos	
Alterações ao requisito relativo à percentagem de capital, desde 2006		0	
Alterações ao requisito relativo ao tempo de detenção de participações detidas tem, desde 2006		0	
Outros requisitos			
Sujeição a imposto	Dividendos	Sim	
	Mais-valias	Não	
Tributação efectiva	Dividendos	Não	
	Mais-valias	Não	
Outros aspectos			
Liquidação		Sim	
Crédito de imposto quando os requisitos não estão cumpridos (desde)		Sim	
Histórico			
Data do primeiro regime de eliminação da dupla tributação económica implementado		Informação não confirmada	
Âmbito de aplicação mundial desde		Informação não confirmada	
Tributação à saída			
Retenção na fonte (taxa) ao abrigo da lei interna		Sim (15%, 30% e 75%)	
Isenção de retenção na fonte		Sim	Âmbito abrange UE e EEE. As sociedades residentes que distribuam dividendos são sujeitos passivos de uma contribuição adicional a uma taxa de 3% sobre os valores distribuídos. A compatibilidade desta contribuição com a Directiva n.º 2011/96 ("Directiva mães-filhas") é um tema na ordem do dia, sendo objecto de análise pelo TJUE (reenvio pelo Supremo Tribunal Administrativo Francês a 27 de Junho de 2016).
Requisito relativo à percentagem de capital	U.E.	10%	
	Estados terceiros	10%	Eventual aplicação de ADT.
Requisito relativo ao tempo de detenção de participações	U.E.	2 anos	
	Estados terceiros	2 anos	Eventual aplicação de ADT.
Norma anti-abuso introduzida à Directiva n.º 2011/96 ("Directiva mães-filhas") pela Directiva n.º 2015/121			
Introduzida (desde)		Sim (2016)	
Âmbito de aplicação		À entrada / à saída	
Aplicação automática / sujeita a procedimento		Automática	Informação recolhida não é conclusiva.
Ilidível / inilidível		Ilidível	
Critérios para aferir a substância económica		Não	
Jurisprudência / doutrina / <i>guidelines</i> de autoridades fiscais		Sim	Foram publicadas <i>guidelines</i> sobre os critérios para aferir a substância económica: <i>DIRECTION GÉNÉRALE DES FINANCES PUBLIQUES - Identifiant juridique : BOI-IS-BASE-10-10-10-20160607 - Date de publication : 07/06/2016 - DGFIP</i> .
Instrumentos híbridos			
Tributação à entrada		Sim (2015)	
Tributação à saída		Sim (2015)	
Legislação			
Principal base legal		Article 145 and 119 ter of the French tax code	

Fonte: informação confirmada por consulta aos escritórios da KPMG França e ao portal IBFD.

Informação recolhida em: Outubro de 2016.

Existência de um regime especial *holding*

Não

23-11-2016

14/28

Estudo comparado sobre o regime de eliminação da dupla tributação económica na U.E.



Grécia (Estado Membro desde 1981)		Regime	Comentários
Tributação à entrada			
Mecanismo		Isenção (100%)	
Âmbito de aplicação		Residentes e UE	
Requisito relativo à percentagem de capital	Residentes	10%	
	U.E.	10%	
	Estados terceiros	<i>Não aplicável</i>	
Requisito relativo ao tempo de detenção de participações	Residentes	24 meses	<i>Commitment</i> .
	U.E.	24 meses	<i>Commitment</i> .
	Estados terceiros	<i>Não aplicável</i>	
Alterações ao requisito relativo à percentagem de capital, desde 2006	Número de alterações	2	
	Residentes	Desde 2014: 10%	Antes de 2014 o regime não era aplicável a sociedades residentes.
	U.E.	Em 2007: 15%; em 2009: 10%	
	Estados terceiros	<i>Não aplicável</i>	
Alterações ao requisito relativo ao tempo de detenção de participações, desde 2006	Número de alterações	2	
	Residentes	Desde 2014: 24 meses	Antes de 2014 o regime não era aplicável a sociedades residentes.
	U.E.	Até 2014: 2 anos; desde 2014: 24 meses	
	Estados terceiros	<i>Não aplicável</i>	
Mais-valias			
Aplicável (desde)		Não	
Requisito relativo à percentagem de capital		<i>Não aplicável</i>	
Requisito relativo ao tempo de detenção de participações		<i>Não aplicável</i>	
Alterações ao requisito relativo à percentagem de capital, desde 2006		<i>Não aplicável</i>	
Alterações ao requisito relativo ao tempo de detenção de participações detidas tem, desde 2006		<i>Não aplicável</i>	
Outros requisitos			
Sujeição a imposto	Dividendos	Sim	
	Mais-valias	Não	
Tributação efectiva	Dividendos	Não	
	Mais-valias	Não	
Outros aspectos			
Liquidação		-	Não decorre da letra da lei não obstante há argumentos que sustentam essa possibilidade.
Crédito de imposto quando os requisitos não estão cumpridos (desde)		Sim	
Histórico			
Data do primeiro regime de eliminação da dupla tributação económica implementado		1998	
Âmbito de aplicação mundial desde		2014	
Tributação à saída			
Retenção na fonte (taxa) ao abrigo da lei interna		Sim (15%)	
Isenção de retenção na fonte		Sim	Âmbito limitado à UE.
Requisito relativo à percentagem de capital	U.E.	10%	
	Estados terceiros	<i>Não aplicável</i>	
Requisito relativo ao tempo de detenção de participações	U.E.	24 meses	
	Estados terceiros	<i>Não aplicável</i>	
Norma anti-abuso introduzida à Directiva n.º 2011/96 ("Directiva mães-filhas") pela Directiva n.º 2015/121			
Introduzida (desde)		Sim (2016)	
Âmbito de aplicação		À entrada / À saída	
Aplicação automática / sujeita a procedimento		Automática	Informação recolhida não é conclusiva.
Ilidível / inilidível		Ilidível	
Critérios para aferir a substância económica		Não	
Jurisprudência / doutrina / <i>guidelines</i> de autoridades fiscais		Não	
Instrumentos híbridos			
Tributação à entrada		Sim (2016)	
Tributação à saída		Não	
Legislação			
Principal base legal		Articles 48, 63, 72 § 40 of Greek ITC (Law 4172/2013)	

Fonte: informação confirmada por consulta aos escritórios da KPMG Grécia.

Informação recolhida em: Outubro de 2016.

Existência de um regime especial *holding*

Não aplicável

23-11-2016

Estudo comparado sobre o regime de eliminação da dupla tributação económica na U.E.

15/28

Hungria (Estado Membro desde 2004)		Regime	Comentários
Tributação à entrada			
Mecanismo		Isenção (100%)	Regime não aplicável quando as normas CFC forem aplicadas.
Âmbito de aplicação		Mundial	
Requisito relativo à percentagem de capital	Residentes	-	
	U.E.	-	
	Estados terceiros	-	
Requisito relativo ao tempo de detenção de participações	Residentes	-	
	U.E.	-	
	Estados terceiros	-	
Alterações ao requisito relativo à percentagem de capital, desde 2006	Número de alterações	0	
	Residentes	<i>Não aplicável</i>	
	U.E.	<i>Não aplicável</i>	
	Estados terceiros	<i>Não aplicável</i>	
Alterações ao requisito relativo ao tempo de detenção de participações, desde 2006	Número de alterações	0	
	Residentes	<i>Não aplicável</i>	
	U.E.	<i>Não aplicável</i>	
	Estados terceiros	<i>Não aplicável</i>	
Mais-valias			
Aplicável (desde)		Sim (2007)	Aplicação do regime sujeita a notificação à Autoridade Tributária nos 75 dias seguintes à data de aquisição.
Requisito relativo à percentagem de capital		10%	
Requisito relativo ao tempo de detenção de participações		1 ano	
Alterações ao requisito relativo à percentagem de capital, desde 2006		3	
Alterações ao requisito relativo ao tempo de detenção de participações detidas tem, desde 2006		3	
Outros requisitos			
Sujeição a imposto	Dividendos	Sim	
	Mais-valias	Sim	
Tributação efectiva	Dividendos	Sim	
	Mais-valias	Sim	
Outros aspectos			
Liquidação		Sim	
Crédito de imposto quando os requisitos não estão cumpridos (desde)		Sim	
Histórico			
Data do primeiro regime de eliminação da dupla tributação económica implementado		1991	
Âmbito de aplicação mundial desde		2006	
Tributação à saída			
Retenção na fonte (taxa) ao abrigo da lei interna		Não	
Isenção de retenção na fonte		<i>Não aplicável</i>	
Requisito relativo à percentagem de capital	Residentes	<i>Não aplicável</i>	
	U.E.	<i>Não aplicável</i>	
	Estados terceiros	<i>Não aplicável</i>	
Requisito relativo ao tempo de detenção de participações	Residentes	<i>Não aplicável</i>	
	U.E.	<i>Não aplicável</i>	
	Estados terceiros	<i>Não aplicável</i>	
Norma anti-abuso introduzida à Diretiva n.º 2011/96 ("Directiva mães-filhas") pela Directiva n.º 2015/121			
Introduzida (desde)		Não	Em 2004 foi introduzida uma cláusula anti-abuso com o mesmo âmbito.
Âmbito de aplicação		<i>Não aplicável</i>	
Aplicação automática / sujeita a procedimento		<i>Não aplicável</i>	
Ilidível / inilidível		<i>Não aplicável</i>	
Critérios para aferir a substância económica		<i>Não aplicável</i>	
Jurisprudência / doutrina / guidelines de autoridades fiscais		<i>Não aplicável</i>	
Instrumentos híbridos			
Tributação à entrada		Sim (2012)	
Tributação à saída		Não	
Legislação			
Principal base legal		Article 7 Section 1 Par. dz and Article 8 Section 1 Par. M Act on CIT and Dividends (Társasági adórol es osztalekadorol szolo torveny)	

Fonte: informação confirmada por consulta aos escritórios da KPMG Hungria.

Informação recolhida em: Outubro de 2016.

Existência de um regime especial *holding*

Não

23-11-2016

16/28

Estudo comparado sobre o regime de eliminação da dupla tributação económica na U.E.



Irlanda (Estado Membro desde 1973)		Regime	Comentários
Tributação à entrada			
Mecanismo		Isenção / Crédito (100%)	Isenção no caso de sociedades residentes e crédito no caso de sociedades não residentes.
Âmbito de aplicação		Mundial	
Requisito relativo à percentagem de capital	Residentes	-	
	U.E.	-	
	Estados terceiros	-	
Requisito relativo ao tempo de detenção de participações	Residentes	-	
	U.E.	-	
	Estados terceiros	-	
Alterações ao requisito relativo à percentagem de capital, desde 2006	Número de alterações	0	
	Residentes	Não aplicável	
	U.E.	Não aplicável	
	Estados terceiros	Não aplicável	
Alterações ao requisito relativo ao tempo de detenção de participações, desde 2006	Número de alterações	0	
	Residentes	Não aplicável	
	U.E.	Não aplicável	
	Estados terceiros	Não aplicável	
Mais-valias			
Aplicável (desde)		Sim (2004)	Não obstante os métodos previstos para os dividendos à entrada, a este nível o método será o da isenção.
Requisito relativo à percentagem de capital		5%	
Requisito relativo ao tempo de detenção de participações		12 mese	
Alterações ao requisito relativo à percentagem de capital, desde 2006		não	
Alterações ao requisito relativo ao tempo de detenção de participações detidas tem, desde 2006		não	
Outros requisitos			
Sujeição a imposto	Dividendos	Não	
	Mais-valias	Não	
Tributação efectiva	Dividendos	Não	
	Mais-valias	Não	
Outros aspectos			
Liquidação		Sim (2004)	
Crédito de imposto quando os requisitos não estão cumpridos (desde)		Não	
Histórico			
Data do primeiro regime de eliminação da dupla tributação económica implementado		Informação não confirmada	
Âmbito de aplicação mundial desde		Informação não confirmada	
Tributação à saída			
Retenção na fonte (taxa) ao abrigo da lei interna		Sim (20%)	
Isenção de retenção na fonte		Sim	Âmbito limitado à UE, sociedades residentes em países com os quais tenha sido celebrado um ADT e respectivas subsidiárias, sociedades cotadas e respectivas subsidiárias.
Requisito relativo à percentagem de capital	U.E.	-	
	Estados terceiros	-	
Requisito relativo ao tempo de detenção de participações	U.E.	-	
	Estados terceiros	-	
Norma anti-abuso introduzida à Directiva n.º 2011/96 ("Directiva mães-filhas") pela Directiva n.º 2015/121			
Introduzida (desde)		Sim (2015)	Já existia uma cláusula similar desde 1991, não obstante, foi revista em 2015 para estar de acordo com a directiva n.º 2015/121.
Âmbito de aplicação		À entrada / à saída	
Aplicação automática / sujeita a procedimento		Automática	Informação recolhida não é conclusiva.
Ilidível / inilidível		Ilidível	
Critérios para aferir a substância económica		Não	
Jurisprudência / doutrina / guidelines de autoridades fiscais		Não	
Instrumentos híbridos			
Tributação à entrada		Informação não confirmada	
Tributação à saída		Sim	
Legislação			
Principal base legal		<i>Dividend domestic exemption (section 129, Taxes Consolidation Act (TCA) 1997); participation exemption for capital gains (section 626B, TCA 1997); exit taxation (section 627, TCA 1997); Parent Subsidiary Directive measures (section 831, TCA 1997); operation of double tax credit relief rules (sections 826 and 828 and detailed measures in Schedule 24, TCA 1997); dividend withholding tax reliefs for outbound dividends (section 172D, TCA 1997)</i>	

Fonte: informação confirmada por consulta aos escritórios da KPMG Irlanda.

Informação recolhida em: Outubro de 2016.

Existência de um regime especial *holding*

Sim

23-11-2016

Estudo comparado sobre o regime de eliminação da dupla tributação económica na U.E.

17/28



Itália (Estado Membro desde 1958)		Regime	Comentários
Tributação à entrada			
Mecanismo		Isenção 95%	
Âmbito de aplicação		Mundial	
Requisito relativo à percentagem de capital	Residentes	-	
	U.E.	-	
	Estados terceiros	-	
Requisito relativo ao tempo de detenção de participações	Residentes	-	
	U.E.	-	
	Estados terceiros	-	
Alterações ao requisito relativo à percentagem de capital, desde 2006	Número de alterações	0	
	Residentes	<i>Não aplicável</i>	
	U.E.	<i>Não aplicável</i>	
	Estados terceiros	<i>Não aplicável</i>	
Alterações ao requisito relativo ao tempo de detenção de participações, desde 2006	Número de alterações	0	
	Residentes	<i>Não aplicável</i>	
	U.E.	<i>Não aplicável</i>	
	Estados terceiros	<i>Não aplicável</i>	
Mais-valias			
Aplicável (desde)		Sim (2004)	Isenção de 95%.
Requisito relativo à percentagem de capital		-	Tem de ser registado como investimento de longo prazo.
Requisito relativo ao tempo de detenção de participações		1 ano	
Alterações ao requisito relativo à percentagem de capital, desde 2006		-	
Alterações ao requisito relativo ao tempo de detenção de participações detidas tem, desde 2006		1	Até 2007: 1,5 anos.
Outros requisitos			
Sujeição a imposto	Dividendos	Sim	
	Mais-valias	Não	
Tributação efectiva	Dividendos	Sim	
	Mais-valias	Não	
Outros aspectos			
Liquidação		Sim (2004)	
Crédito de imposto quando os requisitos não estão cumpridos (desde)		Sim	
Histórico			
Data do primeiro regime de eliminação da dupla tributação económica implementado		1950	Aproximadamente.
Âmbito de aplicação mundial desde		Informação não confirmada.	
Tributação à saída			
Retenção na fonte (taxa) ao abrigo da lei interna		Sim (26%)	A taxa reduzida de 1,2% poderá, mediante o preenchimento de outros requisitos, ser aplicável a sujeitos passivos residentes na UE ou no EEE.
Isenção de retenção na fonte		Sim	Âmbito limitado à UE.
Requisito relativo à percentagem de capital	U.E.	10%	
	Estados terceiros	<i>Não aplicável</i>	
Requisito relativo ao tempo de detenção de participações	U.E.	1 ano	
	Estados terceiros	<i>Não aplicável</i>	
Norma anti-abuso introduzida à Directiva n.º 2011/96 ("Directiva mães-filhas") pela Directiva n.º 2015/121			
Introduzida (desde)		Sim (2016)	
Âmbito de aplicação		À entrada / à saída	
Aplicação automática / sujeita a procedimento		Procedimento	
Ilidível / inilidível		Ilidível	
Critérios para aferir a substância económica		Não	
Jurisprudência / doutrina / guidelines de autoridades fiscais		Sim	<i>Assonime Circular Letter no. 21 of 4 August 2016.</i>
Instrumentos híbridos			
Tributação à entrada		Sim	
Tributação à saída		Não	
Legislação			
Principal base legal		Article 87 of ITC on capital gains, article 89 of ITC on Dividends, art. 27 and 27bis of d.P.R. 600/1973 on WHT.	

Fonte: informação confirmada por consulta aos escritórios da KPMG Itália e ao portal IBFD.

Informação recolhida em: Outubro de 2016.

Existência de um regime especial *holding*

Não

23-11-2016

18/28

Estudo comparado sobre o regime de eliminação da dupla tributação económica na U.E.

Letónia (Estado Membro desde 2004)		Regime	Comentários
Tributação à entrada			
Mecanismo		Isenção (100%)	
Âmbito de aplicação		Mundial	
Requisito relativo à percentagem de capital	Residentes	-	
	U.E.	-	
	Estados terceiros	-	
Requisito relativo ao tempo de detenção de participações	Residentes	-	
	U.E.	-	
	Estados terceiros	-	
Alterações ao requisito relativo à percentagem de capital, desde 2006	Número de alterações	Informação não confirmada	
	Residentes	Informação não confirmada	
	U.E.	Informação não confirmada	
	Estados terceiros	Informação não confirmada	
Alterações ao requisito relativo ao tempo de detenção de participações, desde 2006	Número de alterações	Informação não confirmada	
	Residentes	Informação não confirmada	
	U.E.	Informação não confirmada	
	Estados terceiros	Informação não confirmada	
Mais-valias			
Aplicável (desde)		Sim	
Requisito relativo à percentagem de capital		-	
Requisito relativo ao tempo de detenção de participações		-	
Alterações ao requisito relativo à percentagem de capital, desde 2006		-	
Alterações ao requisito relativo ao tempo de detenção de participações detidas tem, desde 2006		-	
Outros requisitos			
Sujeição a imposto	Dividendos	Sim	
	Mais-valias	Sim	
Tributação efectiva	Dividendos	Não	
	Mais-valias	Não	
Outros aspectos			
Liquidação		Informação não confirmada	
Crédito de imposto quando os requisitos não estão cumpridos (desde)		Informação não confirmada	
Histórico			
Data do primeiro regime de eliminação da dupla tributação económica implementado		Informação não confirmada	
Âmbito de aplicação mundial desde		2013	
Tributação à saída			
Retenção na fonte (taxa) ao abrigo da lei interna		Sim	
Isenção de retenção na fonte		Sim	Âmbito mundial.
Requisito relativo à percentagem de capital	U.E.	-	
	Estados terceiros	-	
Requisito relativo ao tempo de detenção de participações	U.E.	-	
	Estados terceiros	-	
Norma anti-abuso introduzida à Directiva n.º 2011/96 ("Directiva mães-filhas") pela Directiva n.º 2015/121			
Introduzida (desde)		Não	
Âmbito de aplicação		Não aplicável	
Aplicação automática / sujeita a procedimento		Não aplicável	
Ilidível / inilidível		Não aplicável	
Critérios para aferir a substância económica		Não aplicável	
Jurisprudência / doutrina / <i>guidelines</i> de autoridades fiscais		Não aplicável	
Instrumentos híbridos			
Tributação à entrada		Informação não confirmada	
Tributação à saída		Informação não confirmada	
Legislação			
Principal base legal		Informação não confirmada	

Fonte: informação confirmada por consulta aos escritórios da KPMG Letónia e ao portal IBFD.

Informação recolhida em: Outubro de 2016.

Existência de um regime especial *holding*

Sim

23-11-2016

Estudo comparado sobre o regime de eliminação da dupla tributação económica na U.E.

19/28

Lituânia (Estado Membro desde 2004)		Regime	Comentários
Tributação à entrada			
Mecanismo		Isenção (100%)	
Âmbito de aplicação		Mundial	
Requisito relativo à percentagem de capital	Residentes	10%	Ou direitos de voto.
	U.E.	0	Ou direitos de voto.
	Estados terceiros	10%	Ou direitos de voto. Se o Estado fonte integrar o EEE 0%.
Requisito relativo ao tempo de detenção de participações	Residentes	12 meses (sim)	<i>Commitment.</i>
	U.E.	0	
	Estados terceiros	12 meses (sim)	<i>Commitment. Se o Estado fonte integrar o EEE -.</i>
Alterações ao requisito relativo à percentagem de capital, desde 2006	Número de alterações	0	Em 2009 a letra da lei mudou: passou de não menos de 10% para mais de 10%.
	Residentes	<i>Não aplicável</i>	
	U.E.	<i>Não aplicável</i>	
	Estados terceiros	<i>Não aplicável</i>	
Alterações ao requisito relativo ao tempo de detenção de participações, desde 2006	Número de alterações	0	
	Residentes	<i>Não aplicável</i>	
	U.E.	<i>Não aplicável</i>	
	Estados terceiros	<i>Não aplicável</i>	
Mais-valias			
Aplicável (desde)		Sim (2007)	
Requisito relativo à percentagem de capital		25%	Mais de 25%.
Requisito relativo ao tempo de detenção de participações		2 anos	
Alterações ao requisito relativo à percentagem de capital, desde 2006		0	
Alterações ao requisito relativo ao tempo de detenção de participações detidas tem, desde 2006		0	
Outros requisitos			
Sujeição a imposto	Dividendos	Sim	
	Mais-valias	Sim	
Tributação efectiva	Dividendos	Sim	
	Mais-valias	Sim	
Outros aspectos			
Liquidação		Não	
Crédito de imposto quando os requisitos não estão cumpridos (desde)		Sim (1995)	
Histórico			
Data do primeiro regime de eliminação da dupla tributação económica implementado		1995	
Âmbito de aplicação mundial desde		1995	
Tributação à saída			
Retenção na fonte (taxa) ao abrigo da lei interna		Sim (15%)	
Isenção de retenção na fonte		Isenção (100%)	Âmbito mundial.
Requisito relativo à percentagem de capital	U.E.	-	
	Estados terceiros	10%	Se o Estado de residência integrar o EEE 0%.
Requisito relativo ao tempo de detenção de participações	U.E.	-	
	Estados terceiros	12 meses	Se o Estado de residência integrar o EEE -.
Norma anti-abuso introduzida à Diretiva n.º 2011/96 ("Directiva mães-filhas") pela Directiva n.º 2015/121			
Introduzida (desde)		Sim (2016)	
Âmbito de aplicação		À entrada / à saída	
Aplicação automática / sujeita a procedimento		Automático	Informação recolhida não é conclusiva.
Ilidível / inilidível		Ilidível	
Critérios para aferir a substância económica		Não	
Jurisprudência / doutrina / <i>guidelines</i> de autoridades fiscais		Não	
Instrumentos híbridos			
Tributação à entrada		Não	
Tributação à saída		Não	
Legislação			
Principal base legal		Lithuanian Law on Corporate Income Tax ("Pelno mokesčio įstatymas" in Lithuanian)	

Fonte: informação confirmada por consulta aos escritórios da KPMG Lituânia.

Informação recolhida em: Outubro de 2016.

Existência de um regime especial *holding*

Não

23-11-2016

20/28

Estudo comparado sobre o regime de eliminação da dupla tributação económica na U.E.

Luxemburgo (Estado Membro desde 1958)		Regime	Comentários
Tributação à entrada			
Mecanismo		Isenção (100%)	
Âmbito de aplicação		Mundial	
Requisito relativo à percentagem de capital	Residentes	10% (€ 1.200.000)	
	U.E.	10% (€ 1.200.000)	
	Estados terceiros	10% (€ 1.200.000)	
Requisito relativo ao tempo de detenção de participações	Residentes	12 meses	<i>Commitment</i> . Período ininterrupto.
	U.E.	12 meses	<i>Commitment</i> . Período ininterrupto.
	Estados terceiros	12 meses	<i>Commitment</i> . Período ininterrupto.
Alterações ao requisito relativo à percentagem de capital, desde 2006	Número de alterações	0	
	Residentes	<i>Não aplicável</i>	
	U.E.	<i>Não aplicável</i>	
	Estados terceiros	<i>Não aplicável</i>	
Alterações ao requisito relativo ao tempo de detenção de participações, desde 2006	Número de alterações	0	
	Residentes	<i>Não aplicável</i>	
	U.E.	<i>Não aplicável</i>	
	Estados terceiros	<i>Não aplicável</i>	
Mais-valias			
Aplicável (desde)		Sim (2001)	
Requisito relativo à percentagem de capital		10% (€ 6.000.000)	
Requisito relativo ao tempo de detenção de participações		12 meses	
Alterações ao requisito relativo à percentagem de capital, desde 2006		0	
Alterações ao requisito relativo ao tempo de detenção de participações detidas tem, desde 2006		0	
Outros requisitos			
Sujeição a imposto	Dividendos	Sim	
	Mais-valias	Não	
Tributação efectiva	Dividendos	Sim	
	Mais-valias	Não	
Outros aspectos			
Liquidação		Sim	
Crédito de imposto quando os requisitos não estão cumpridos (desde)		Sim	
Histórico			
Data do primeiro regime de eliminação da dupla tributação económica implementado		Informação não confirmada	
Âmbito de aplicação mundial desde		1978	
Tributação à saída			
Retenção na fonte (taxa) ao abrigo da lei interna		Sim (15%)	
Isenção de retenção na fonte		Sim	Âmbito mundial.
Requisito relativo à percentagem de capital	U.E.	10% (€ 1.200.000)	
	Estados terceiros	10% (€ 1.200.000)	
Requisito relativo ao tempo de detenção de participações	U.E.	12 meses	<i>Commitment</i> tem sido dicutido. Período ininterrupto.
	Estados terceiros	12 meses	<i>Commitment</i> tem sido dicutido. Período ininterrupto.
Norma anti-abuso introduzida à Directiva n.º 2011/96 ("Directiva mães-filhas") pela Directiva n.º 2015/121			
Introduzida (desde)		Sim (1.1.2016)	
Âmbito de aplicação		À entrada / à saída	
Aplicação automática / sujeita a procedimento		Automatico	Informação recolhida não é conclusiva.
Ilidível / inilidível		Ilidível	
Critérios para aferir a substância económica		Não	
Jurisprudência / doutrina / <i>guidelines</i> de autoridades fiscais		Não	
Instrumentos híbridos			
Tributação à entrada		Sim (1.1.2016)	
Tributação à saída		Não	
Legislação			
Principal base legal		Articles 147, 166 <i>Income tax law</i> ; <i>Grand-ducal decree</i> 21.12.2001	

Fonte: informação confirmada por consulta aos escritórios da KPMG Luxemburgo e ao portal IBFD.

Informação recolhida em: Outubro de 2016.

Existência de um regime especial *holding*

Não (o regime "*societades 1929*" foi revogado em 2010)

23-11-2016

Estudo comparado sobre o regime de eliminação da dupla tributação económica na U.E.

21/28

Malta (Estado Membro desde 2004)		Regime	Comentários
Tributação à entrada			
Mecanismo		Isenção	Em algumas situações poderá ser aplicável o método da imputação ou do reembolso.
Âmbito de aplicação		Mundial	
Requisito relativo à percentagem de capital	Residentes	<i>Não aplicável</i>	Rendimento tributado a uma taxa de 35%, no entanto efeito é eliminado abrigo do sistema de imputação total previsto na Lei interna.
	U.E.	10% ⁽¹⁾ ou requisitos alternativos ⁽²⁾	(1); (2).
	Estados terceiros	10% ⁽¹⁾ ou requisitos alternativos ⁽²⁾	(1); (2).
Requisito relativo ao tempo de detenção de participações	Residentes	<i>Não aplicável</i>	Rendimento tributado a uma taxa de 35%, no entanto efeito é eliminado abrigo do sistema de imputação total previsto na Lei interna.
	U.E.	-	183 dias no caso do requisito do valor de aquisição.
	Estados terceiros	-	183 dias no caso do requisito do valor de aquisição.
Alterações ao requisito relativo à percentagem de capital, desde 2006	Número de alterações	0	O <i>act III dd 2013</i> , bem como o <i>XIII</i> e <i>XXIII de 2015</i> introduziram modificações mas não ao requisito da participação.
	Residentes	<i>Não aplicável</i>	
	U.E.	<i>Não aplicável</i>	
	Estados terceiros	<i>Não aplicável</i>	
Alterações ao requisito relativo ao tempo de detenção de participações, desde 2006	Número de alterações	0	
	Residentes	<i>Não aplicável</i>	
	U.E.	<i>Não aplicável</i>	
	Estados terceiros	<i>Não aplicável</i>	
Mais-valias			
Aplicável (desde)		Sim (2007)	<i>Act II de 2007</i> (desde 1 Janeiro de 2007).
Requisito relativo à percentagem de capital		10% ⁽¹⁾ ou requisitos alternativos ⁽²⁾	(1); (2). Regime simétrico ao previsto para os dividendos à entrada.
Requisito relativo ao tempo de detenção de participações		-	183 dias no caso do requisito do valor de aquisição
Alterações ao requisito relativo à percentagem de capital, desde 2006		<i>Não aplicável</i>	
Alterações ao requisito relativo ao tempo de detenção de participações detidas tem, desde 2006		<i>Não aplicável</i>	
Outros requisitos			
Sujeição a imposto	Dividendos	Sim	
	Mais-valias	Não	
Tributação efectiva	Dividendos	Sim	
	Mais-valias	Não	
Outros aspectos			
Liquidação		Sim	<i>Act II de 2007</i> (desde 1 Janeiro de 2007).
Crédito de imposto quando os requisitos não estão cumpridos (desde)		Sim	
Histórico			
Data do primeiro regime de eliminação da dupla tributação económica implementado		1948	
Âmbito de aplicação mundial desde		2007	<i>Act II de 2007</i> (desde 1 Janeiro de 2007).
Tributação à saída			
Retenção na fonte (taxa) ao abrigo da lei interna		Não	Rendimentos em análise não sujeitos.
Isenção de retenção na fonte		-	
Requisito relativo à percentagem de capital	U.E.	-	
	Estados terceiros	-	
Requisito relativo ao tempo de detenção de participações	U.E.	-	
	Estados terceiros	-	
Norma anti-abuso introduzida à Directiva n.º 2011/96 ("Directiva mães-filhas") pela Directiva n.º 2015/121			
Introduzida (desde)		Sim (2016)	Desde 1 de Janeiro de 2016 (<i>Act XXXIII of 2015</i>).
Âmbito de aplicação		Inbound	
Aplicação automática / sujeita a procedimento		Automático	Informação recolhida não é conclusiva.
Ilidível / inilidível		Ilidível	
Critérios para aferir a substância económica		Não	
Jurisprudência / doutrina / <i>guidelines</i> de autoridades fiscais		Informação não confirmada	
Instrumentos híbridos			
Tributação à entrada		Sim	Desde 1 de Janeiro de 2016 (<i>Act XIII of 2015</i>).
Tributação à saída		Não	
Legislação			
Principal base legal		<i>Maltese Income Tax Act, Article 12(1)(u), Article 2(1), and Article 51(2)(b)</i>	

Fonte: informação confirmada por consulta aos escritórios da KPMG Malta.

Informação recolhida em: Outubro de 2016.

Existência de um regime especial *holding*

Não

⁽¹⁾ Participação de 10% ou 10% de um dos *equity holding rights* (direito de voto, direito aos lucros disponíveis para distribuição, direito aos ativos disponíveis para distribuição com a liquidação);

⁽²⁾ A participação tenha um valor de pelo menos € 1.164.000 na data de aquisição e tenha sido mantida por um período contínuo de pelo menos 183 dias; ou

- opção para comprar a totalidade das restantes ações da empresa; ou
- poderes para nomear um membro da administração da subsidiária; ou
- direito de preferência no caso de venda, resgate ou amortização das restantes ações da participada;
- ou participação para o desenvolvimento do seu próprio negócio e não apenas como stock para efeitos de revenda.

23-11-2016

22/28

Estudo comparado sobre o regime de eliminação da dupla tributação económica na U.E.



Países Baixos (Estado Membro desde 1958)		Regime	Comentários
Tributação à entrada			
Mecanismo		Isenção (100%)	
Âmbito de aplicação		Mundial	
Requisito relativo à percentagem de capital	Residentes	5%	
	U.E.	5%	
	Estados terceiros	5%	
Requisito relativo ao tempo de detenção de participações	Residentes	-	
	U.E.	-	
	Estados terceiros	-	
Alterações ao requisito relativo à percentagem de capital, desde 2006	Número de alterações	1	
	Residentes	Até 2007: -	
	U.E.	Até 2007: -	
	Estados terceiros	Até 2007: -	
Alterações ao requisito relativo ao tempo de detenção de participações, desde 2006	Número de alterações	0	
	Residentes	Não aplicável	
	U.E.	Não aplicável	
	Estados terceiros	Não aplicável	
Mais-valias			
Aplicável (desde)		Sim (1970)	
Requisito relativo à percentagem de capital		5%	
Requisito relativo ao tempo de detenção de participações		-	
Alterações ao requisito relativo à percentagem de capital, desde 2006		Até 2007: 0	
Alterações ao requisito relativo ao tempo de detenção de participações detidas tem, desde 2006		0	
Outros requisitos			
Sujeição a imposto	Dividendos	Sim	
	Mais-valias	Não	
Tributação efectiva	Dividendos	Sim	
	Mais-valias	Não	
Outros aspectos			
Liquidação		Sim	Desde 1970.
Crédito de imposto quando os requisitos não estão cumpridos (desde)		Sim	
Histórico			
Data do primeiro regime de eliminação da dupla tributação económica implementado		1893	
Âmbito de aplicação mundial desde		1914	
Tributação à saída			
Retenção na fonte (taxa) ao abrigo da lei interna		Sim (15%)	
Isenção de retenção na fonte		Sim	Âmbito limitado à UE e ao EEE.
Requisito relativo à percentagem de capital	U.E.	5%	
	Estados terceiros	5%	
Requisito relativo ao tempo de detenção de participações	U.E.	-	
	Estados terceiros	-	
Norma anti-abuso introduzida à Directiva n.º 2011/96 ("Directiva mães-filhas") pela Directiva n.º 2015/121			
Introduzida (desde)		Sim (2016)	
Âmbito de aplicação		À saída	
Aplicação automática / sujeita a procedimento		Automática	Informação recolhida não é conclusiva.
Ilidível / inilidível		Ilidível	
Critérios para aferir a substância económica		Sim	
Jurisprudência / doutrina / <i>guidelines</i> de autoridades fiscais		Sim	
Instrumentos híbridos			
Tributação à entrada		Sim (2016)	
Tributação à saída		Não	
Legislação			
Principal base legal		Article 13 and 17 Section 3, b CIT Act and 4 Dividend WHT Act	

Fonte: informação confirmada por consulta aos escritórios da KPMG Países Baixos.

Informação recolhida em: Outubro de 2016.

Existência de um regime especial *holding*

Não

23-11-2016

23/28

Estudo comparado sobre o regime de eliminação da dupla tributação económica na U.E.



Polónia (Estado Membro desde 2004)		Regime	Comentários
Tributação à entrada			
Mecanismo		Isenção (100%)	
Âmbito de aplicação		Residentes, UE, EEE e Suíça	
Requisito relativo à percentagem de capital	Residentes	10%	
	U.E.	10%	
	Estados terceiros	10%	No caso da Suíça 25%.
Requisito relativo ao tempo de detenção de participações	Residentes	2 anos	<i>Commitment.</i>
	U.E.	2 anos	<i>Commitment.</i>
	Estados terceiros	2 anos	<i>Commitment.</i>
Alterações ao requisito relativo à percentagem de capital, desde 2006	Número de alterações	1	
	Residentes	em 2006: 20%; desde 2007: 10%	Sem possibilidade de <i>commitment</i> .
	U.E.	em 2006: 20%; desde 2007: 10%	Sem possibilidade de <i>commitment</i> .
	Estados terceiros	em 2006: 20%; desde 2007: 10%	Sem possibilidade de <i>commitment</i> .
Alterações ao requisito relativo ao tempo de detenção de participações, desde 2006	Número de alterações	0	
	Residentes	<i>Não aplicável</i>	
	U.E.	<i>Não aplicável</i>	
	Estados terceiros	<i>Não aplicável</i>	
Mais-valias			
Aplicável (desde)		Não	Não obstante, em alguns casos são isentas ao abrigo de um ADT.
Requisito relativo à percentagem de capital		<i>Não aplicável</i>	
Requisito relativo ao tempo de detenção de participações		<i>Não aplicável</i>	
Alterações ao requisito relativo à percentagem de capital, desde 2006		<i>Não aplicável</i>	
Alterações ao requisito relativo ao tempo de detenção de participações detidas tem, desde 2006		<i>Não aplicável</i>	
Outros requisitos			
Sujeição a imposto	Dividendos	Sim	
	Mais-valias	Não aplicável	
Tributação efectiva	Dividendos	Sim	Âmbito limitado à entidade que recebe os dividendos.
	Mais-valias	Não aplicável	
Outros aspectos			
Liquidação		Sim (2005)	Âmbito limitado a situações domésticas.
Crédito de imposto quando os requisitos não estão cumpridos (desde)		Sim	
Histórico			
Data do primeiro regime de eliminação da dupla tributação económica implementado		2001	
Âmbito de aplicação mundial desde		2001	
Tributação à saída			
Retenção na fonte (taxa) ao abrigo da lei interna		Sim (19%)	
Isenção de retenção na fonte		Sim	Âmbito limitado à UE, EEE e Suíça.
Requisito relativo à percentagem de capital	U.E.	10%	
	Estados terceiros	10%	No caso da Suíça 25%.
Requisito relativo ao tempo de detenção de participações	U.E.	2 anos	<i>Commitment.</i>
	Estados terceiros	2 anos	<i>Commitment.</i>
Norma anti-abuso introduzida à Directiva n.º 2011/96 ("Directiva mães-filhas") pela Directiva n.º 2015/121			
Introduzida (desde)		Sim (31.12.2015)	
Âmbito de aplicação		À entrada / à saída	
Aplicação automática / sujeita a procedimento		Automática	Informação recolhida não é conclusiva.
Ilidível / inilidível		Ilidível	
Critérios para aferir a substância económica		Não	
Jurisprudência / doutrina / <i>guidelines</i> de autoridades fiscais		Não	
Instrumentos híbridos			
Tributação à entrada		Sim	
Tributação à saída		Não	
Legislação			
Principal base legal		Art. 20 par. 3 and Art. 22 par. 4 of the Act on CIT (Ustawa o podatku dochodowym od osób prawnych)	

Fonte: informação confirmada por consulta aos escritórios da KPMG Polónia.

Informação recolhida em: Outubro de 2016.

Existência de um regime especial *holding*

Não

23-11-2016

24/28

Estudo comparado sobre o regime de eliminação da dupla tributação económica na U.E.

Portugal (Estado Membro desde 1986)		Regime	Comentários
Tributação à entrada			
Mecanismo		Isenção (100%)	
Âmbito de aplicação		Universal	
Requisito relativo à percentagem de capital	Residentes	10%	
	U.E.	10%	
	Estados terceiros	10%	
Requisito relativo ao tempo de detenção de participações	Residentes	1 ano	Commitment.
	U.E.	1 ano	Commitment.
	Estados terceiros	1 ano	Commitment.
Alterações ao requisito relativo à percentagem de capital, desde 2006	Número de alterações	3	
	Residentes	em 2011: 10%; em 2014: 5%; em 2016: 10%	
	U.E.	em 2011: 10%; em 2014: 5%; em 2016: 10%	
	Estados terceiros	em 2011: 10%; em 2014: 5%; em 2016: 10%	
Alterações ao requisito relativo ao tempo de detenção de participações, desde 2006	Número de alterações	3	
	Residentes	em 2014 24 meses; em 2016 1 ano	Commitment.
	U.E.	em 2014 24 meses; em 2016 1 ano	Commitment.
	Estados terceiros	em 2014 24 meses; em 2016 1 ano	Commitment.
Mais-valias			
Aplicável (desde)		Sim (2014)	
Requisito relativo à percentagem de capital		10%	
Requisito relativo ao tempo de detenção de participações		1 ano	
Alterações ao requisito relativo à percentagem de capital, desde 2006		em 2014: 5%; em 2016: 10%	
Alterações ao requisito relativo ao tempo de detenção de participações detidas tem, desde 2006		em 2014: 24 meses; em 2016: 1 ano	
Outros requisitos			
Sujeição a imposto	Dividendos	Sim	
	Mais-valias	Sim	
Tributação efectiva	Dividendos	Não	
	Mais-valias	Não	
Outros aspectos			
Liquidação		Sim (1988)	
Crédito de imposto quando os requisitos não estão cumpridos (desde)		Sim (2004)	
Histórico			
Data do primeiro regime de eliminação da dupla tributação económica implementado		1989	
Âmbito de aplicação mundial desde		2014	Introduzido com a reforma do IRC 2014.
Tributação à saída			
Retenção na fonte (taxa) ao abrigo da lei interna		Sim (25% taxa geral)	
Isenção de retenção na fonte		Sim	Âmbito limitado a EU, EEA, e Estados com os quais tenha sido celebrado um ADT que preveja a troca de informações.
Requisito relativo à percentagem de capital	U.E.	10%	
	Estados terceiros	10%	
Requisito relativo ao tempo de detenção de participações	U.E.	1 ano	
	Estados terceiros	1 ano	
Norma anti-abuso introduzida à Directiva n.º 2011/96 ("Directiva mães-filhas") pela Directiva n.º 2015/121			
Introduzida (desde)		Sim (2016)	
Âmbito de aplicação		À entrada / à saída	
Aplicação automática / sujeita a procedimento		Procedimento	Em teoria deveria estar sujeita a procedimento, no entanto estamos a aguardar para ver como a Autoridade Tributária vai aplicar.
Ilidível / inilidível		Ilidível	Em teoria deverá ser ilidível no entanto estamos a aguardar para ver como a Autoridade Tributária vai aplicar.
Critérios para aferir a substância económica		Não	
Jurisprudência / doutrina / guidelines de autoridades fiscais		Não	
Instrumentos híbridos			
Tributação à entrada		Sim (2014)	
Tributação à saída		Não	
Legislação			
Principal base legal		Articles 14.º, 51.º and 51.º C of the Corporate Income Tax Code (Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas)	

Fonte: informação confirmada por consulta aos escritórios da KPMG Portugal.

Informação recolhida em: Outubro de 2016.

Existência de um regime especial holding

Não

23-11-2016

25/28

Estudo comparado sobre o regime de eliminação da dupla tributação económica na U.E.



Reino Unido (Estado Membro desde 1973)		Regime	Comentários
Tributação à entrada			
Mecanismo		Isenção 100%	
Âmbito de aplicação		Mundial	<p>O regime implementado contrasta com a tendência verificada nos outros Estados Membros. A aplicação do regime assenta no critério "classes de isenção" (<i>exempt classes</i>) previsto no <i>Corporation Tax Act 2009</i>.</p> <p>De acordo com a informação que foi possível apurar, os dividendos recebidos de médias e grandes empresas estão isentos se forem enquadráveis numa das classes previstas no diploma <i>supramencionado</i>. O qual não prevê requisitos de percentagem da participação social ou do respectivo tempo de detenção mínimos. A única referência à percentagem de detenção reside no facto de a isenção apenas se aplicar a dividendos de portfolio quando os mesmos representem <u>menos</u> (sublinhado nosso) de 10% da classe de acções (ie. <i>ordinary shares, non-voting shares, redeemable shares, preference shares deferred shares management shares</i> ...).</p> <p>Já os dividendos recebidos de pequenas empresas (conforme qualificadas no <i>annex to Commission Recommendation 2003/361</i>), estão dispensadas, independentemente do critério mencionado no parágrafo <i>supra</i>, no entanto com um âmbito territorial limitado aos Estados com os quais o Reino Unido tenha celebrado um ADT que contenha uma cláusula de não discriminação.</p> <p>Note-se, caso os dividendos não cumpram os requisitos previstos para a aplicação da isenção, poderá ser aplicável o método <i>crédito</i> (<i>underlying tax credit</i>), o qual aparenta ser aplicado com alguma frequência neste Estado, talvez como consequência da complexidade dos requisitos exigidos para a aplicação da isenção.</p>
Requisito relativo à percentagem de capital	Residentes	-	
	U.E.	-	
	Estados terceiros	-	
Requisito relativo ao tempo de detenção de participações	Residentes	-	
	U.E.	-	
	Estados terceiros	-	
Alterações ao requisito relativo à percentagem de capital, desde 2006	Número de alterações	0	
	Residentes	<i>Não aplicável</i>	
	U.E.	<i>Não aplicável</i>	
	Estados terceiros	<i>Não aplicável</i>	
Alterações ao requisito relativo ao tempo de detenção de participações, desde 2006	Número de alterações	0	
	Residentes	<i>Não aplicável</i>	
	U.E.	<i>Não aplicável</i>	
	Estados terceiros	<i>Não aplicável</i>	
Mais-valias			
Aplicável (desde)		Sim (2002)	Esta isenção, designada " <i>substantial shareholdings exemption</i> " é aplicável à alienação de participações por sociedades qualificadas como " <i>trading companies</i> ". Esta qualificação, depende da situação em que a empresa se encontra em termos de actividade (o registo contabilístico de uma situação comercial activa, poderá ser um indicio de que a sociedade deve ser qualificada como " <i>trading company</i> ").
Requisito relativo à percentagem de capital		10%	
Requisito relativo ao tempo de detenção de participações		12 meses	
Alterações ao requisito relativo à percentagem de capital, desde 2006		0	
Alterações ao requisito relativo ao tempo de detenção de participações detidas tem, desde 2006		0	
Outros requisitos			
Sujeição a imposto	Dividendos	Não	
	Mais-valias	Não	
Tributação efectiva	Dividendos	Não	
	Mais-valias	Não	
Outros aspectos			
Liquidação		Não	
Crédito de imposto quando os requisitos não estão cumpridos (desde)		Não	
Histórico			
Data do primeiro regime de eliminação da dupla tributação económica implementado		Informação não confirmada	
Âmbito de aplicação mundial desde		Informação não confirmada	
Tributação à saída			
Retenção na fonte (taxa) ao abrigo da lei interna		Não	
Isenção de retenção na fonte		<i>Não aplicável</i>	
Requisito relativo à percentagem de capital	U.E.	<i>Não aplicável</i>	
	Estados terceiros	<i>Não aplicável</i>	
Requisito relativo ao tempo de detenção de participações	U.E.	<i>Não aplicável</i>	
	Estados terceiros	<i>Não aplicável</i>	
Norma anti-abuso introduzida à Directiva n.º 2011/96 ("Directiva mães-filhas") pela Directiva n.º 2015/121			
Introduzida (desde)		Não	
Âmbito de aplicação		<i>Não aplicável</i>	
Aplicação automática / sujeita a procedimento		<i>Não aplicável</i>	
Ilidível / inilidível		<i>Não aplicável</i>	
Critérios para aferir a substância económica		<i>Não aplicável</i>	
Jurisprudência / doutrina / <i>guidelines</i> de autoridades fiscais		<i>Não aplicável</i>	
Instrumentos híbridos			
Tributação à entrada		Não	
Tributação à saída		Não	
Legislação			
Principal base legal		Informação não confirmada	

Fonte: informação confirmada por consulta aos escritórios da KPMG Reino Unido e ao portal IBFD.

Informação recolhida em: Outubro de 2016.

Existência de um regime especial *holding*

Não

23-11-2016

26/28

Estudo comparado sobre o regime de eliminação da dupla tributação económica na U.E.



República Checa (Estado Membro desde 2004)		Regime	Comentários
Tributação à entrada			
Mecanismo		Isenção (100%)	
Âmbito de aplicação		Mundial	
Requisito relativo à percentagem de capital	Residentes	10%	
	U.E.	10%	
	Estados terceiros	10%	
Requisito relativo ao tempo de detenção de participações	Residentes	1 ano	Ou commitment.
	U.E.	1 ano	Ou commitment.
	Estados terceiros	1 ano	Ou commitment.
Alterações ao requisito relativo à percentagem de capital, desde 2006	Número de alterações	0	
	Residentes	Não aplicável	
	U.E.	Não aplicável	
	Estados terceiros	Não aplicável	
Alterações ao requisito relativo ao tempo de detenção de participações, desde 2006	Número de alterações	0	
	Residentes	Não aplicável	
	U.E.	Não aplicável	
	Estados terceiros	Não aplicável	
Mais-valias			
Aplicável (desde)		Sim (2008)	
Requisito relativo à percentagem de capital		10%	
Requisito relativo ao tempo de detenção de participações		1 ano	
Alterações ao requisito relativo à percentagem de capital, desde 2006		0	
Alterações ao requisito relativo ao tempo de detenção de participações detidas tem, desde 2006		0	
Outros requisitos			
Sujeição a imposto	Dividendos	Sim	
	Mais-valias	Sim	
Tributação efectiva	Dividendos	Sim	
	Mais-valias	Sim	
Outros aspectos			
Liquidação		Não	
Crédito de imposto quando os requisitos não estão cumpridos (desde)		Não	
Histórico			
Data do primeiro regime de eliminação da dupla tributação económica implementado		1993	Data aproximada.
Âmbito de aplicação mundial desde		Informação não confirmada	
Tributação à saída			
Retenção na fonte (taxa) ao abrigo da lei interna		Sim (15%)	Taxa passa para 35% se sujeito passivo for um Estado com o qual não tenha sido celebrado um ADT ou acordo que preveja a troca de informações.
Isenção de retenção na fonte		Sim	Âmbito limitado à UE.
Requisito relativo à percentagem de capital	U.E.	10%	
	Estados terceiros	Não aplicável	
Requisito relativo ao tempo de detenção de participações	U.E.	1 ano	
	Estados terceiros	Não aplicável	
Norma anti-abuso introduzida à Directiva n.º 2011/96 ("Directiva mães-filhas") pela Directiva n.º 2015/121			
Introduzida (desde)		Não	O Ministério das Finanças argumentou que os princípios subjacentes à cláusula já forma incorporados na Lei e defendidos pelos Tribunais, ao abrigo de cláusulas anti-abuso gerais previamente introduzidas. - aplicáveis aos rendimentos à entrada e à saída; - natureza ilidível; - procedimento standard (geralmente inspecção).
Âmbito de aplicação		Não aplicável	
Aplicação automática / sujeita a procedimento		Não aplicável	
Ilidível / inilidível		Não aplicável	
Critérios para aferir a substância económica		Não aplicável	
Jurisprudência / doutrina / guidelines de autoridades fiscais		Não aplicável	
Instrumentos híbridos			
Tributação à entrada		Não	Espera-se que seja introduzida em Janeiro de 2017.
Tributação à saída		Não	
Legislação			
Principal base legal		Section 19 of the Czech Income Taxes Act (No. 586/1992)	

Fonte: informação confirmada por consulta aos escritórios da KPMG República Checa e ao portal IBFD.

Informação recolhida em: Outubro de 2016.

Existência de um regime especial *holding*

Não

23-11-2016

27/28

Estudo comparado sobre o regime de eliminação da dupla tributação económica na U.E.

Roménia (Estado Membro desde 2007)		Regime	Comentários
Tributação à entrada			
Mecanismo		Isenção 100%	
Âmbito de aplicação		Residentes, UE e ADT	
Requisito relativo à percentagem de capital	Residentes	-	
	U.E.	10%	
	Estados terceiros	10%	
Requisito relativo ao tempo de detenção de participações	Residentes	-	
	U.E.	1 ano	
	Estados terceiros	1 ano	
Alterações ao requisito relativo à percentagem de capital, desde 2006	Número de alterações	3	
	Residentes	Em 2006: 0%; em 2014: 10%; em 2016: 0	
	U.E.	Em 2007: 15%; em 2009: 10%	
	Estados terceiros	-	
	Número de alterações	3	
Alterações ao requisito relativo ao tempo de detenção de participações, desde 2006	Residentes	Em 2006: 0; em 2014: 1 ano; em 2016: 0	
	U.E.	Em 2007: 2 anos; em 2014: 1 ano	
	Estados terceiros	-	
Mais-valias			
Aplicável (desde)		Sim (2014)	
Requisito relativo à percentagem de capital		10%	
Requisito relativo ao tempo de detenção de participações		1 ano	
Alterações ao requisito relativo à percentagem de capital, desde 2006		-	
Alterações ao requisito relativo ao tempo de detenção de participações detidas tem, desde 2006		-	
Outros requisitos			
Sujeição a imposto	Dividendos	Sim	
	Mais-valias	Não	
Tributação efectiva	Dividendos	Sim	
	Mais-valias	Não	
Outros aspectos			
Liquidação		Sim (2014)	
Crédito de imposto quando os requisitos não estão cumpridos (desde)		Informação não confirmada	
Histórico			
Data do primeiro regime de eliminação da dupla tributação económica implementado		1994	
Âmbito de aplicação mundial desde		2014	Em 2007 regime passou a abranger a UE.
Tributação à saída			
Retenção na fonte (taxa) ao abrigo da lei interna		Sim (5%)	
Isenção de retenção na fonte		Sim	Âmbito limitado à UE.
Requisito relativo à percentagem de capital	U.E.	10%	
	Estados terceiros	Não aplicável	
Requisito relativo ao tempo de detenção de participações	U.E.	1 ano	
	Estados terceiros	Não aplicável	
Norma anti-abuso introduzida à Directiva n.º 2011/96 ("Directiva mães-filhas") pela Directiva n.º 2015/121			
Introduzida (desde)		Sim (2016)	
Âmbito de aplicação		À entrada / à saída	
Aplicação automática / sujeita a procedimento		Procedimento	
Ilidível / inilidível		Sim	
Critérios para aferir a substância económica		Não	
Jurisprudência / doutrina / guidelines de autoridades fiscais		Não	
Instrumentos híbridos			
Tributação à entrada		Não	
Tributação à saída		Não	
Legislação			
Principal base legal		Art. 24 Para. (6) and Art. 229 Para. (2) of the Fiscal Code	

Fonte: informação confirmada por consulta aos escritórios da KPMG Roménia.

Informação recolhida em: Outubro de 2016.

Existência de um regime especial *holding*

Não

23-11-2016

28/28

Estudo comparado sobre o regime de eliminação da dupla tributação económica na U.E.



Suécia (Estado Membro desde 1995)		Regime	Comentários
Tributação à entrada			
Mecanismo		Isenção (100%)	
Âmbito de aplicação		Mundial	
Requisito relativo à percentagem de capital	Residentes	0% nas não cotadas; 10% nas cotadas	
	U.E.	0% nas não cotadas; 10% nas cotadas	
	Estados terceiros	0% nas não cotadas; 10% nas cotadas	
Requisito relativo ao tempo de detenção de participações	Residentes	0 nas não cotadas; 1 ano nas cotadas	
	U.E.	0 nas não cotadas; 1 ano nas cotadas	
	Estados terceiros	0 nas não cotadas; 1 ano nas cotadas	
Alterações ao requisito relativo à percentagem de capital, desde 2006	Número de alterações	0	
	Residentes	<i>Não aplicável</i>	
	U.E.	<i>Não aplicável</i>	
	Estados terceiros	<i>Não aplicável</i>	
Alterações ao requisito relativo ao tempo de detenção de participações, desde 2006	Número de alterações	0	
	Residentes	<i>Não aplicável</i>	
	U.E.	<i>Não aplicável</i>	
	Estados terceiros	<i>Não aplicável</i>	
Mais-valias			
Aplicável (desde)		Sim	
Requisito relativo à percentagem de capital		0% nas não cotadas; 10% nas cotadas	
Requisito relativo ao tempo de detenção de participações		-	
Alterações ao requisito relativo à percentagem de capital, desde 2006		-	
Alterações ao requisito relativo ao tempo de detenção de participações detidas tem, desde 2006		-	
Outros requisitos			
Sujeição a imposto	Dividendos	Sim	
	Mais-valias	Sim	
Tributação efectiva	Dividendos	Não	
	Mais-valias	Não	
Outros aspectos			
Liquidação		Não	
Crédito de imposto quando os requisitos não estão cumpridos (desde)		Não	
Histórico			
Data do primeiro regime de eliminação da dupla tributação económica implementado		Informação não confirmada	
Âmbito de aplicação mundial desde		Informação não confirmada	
Tributação à saída			
Retenção na fonte (taxa) ao abrigo da lei interna		Sim (30%)	
Isenção de retenção na fonte		Sim	Âmbito mundial.
Requisito relativo à percentagem de capital	U.E.	10%	
	Estados terceiros	0% não cotadas; 10% cotadas	
Requisito relativo ao tempo de detenção de participações	U.E.	-	
	Estados terceiros	0 nas não cotadas; 1 ano nas cotadas	
Norma anti-abuso introduzida à Directiva n.º 2011/96 ("Directiva mães-filhas") pela Directiva n.º 2015/121			
Introduzida (desde)		Não	A legislação doméstica já tinha normas anti-abuso sobre o mesmo âmbito - <i>existing conduit rule and tax avoidance act</i> .
Âmbito de aplicação		<i>Não aplicável</i>	
Aplicação automática / sujeita a procedimento		<i>Não aplicável</i>	
Ilidível / inilidível		<i>Não aplicável</i>	
Critérios para aferir a substância económica		<i>Não aplicável</i>	
Jurisprudência / doutrina / <i>guidelines</i> de autoridades fiscais		<i>Não aplicável</i>	
Instrumentos híbridos			
Tributação à entrada		Sim (1.1.2016)	
Tributação à saída		Não	
Legislação			
Principal base legal		Informação não confirmada	

Fonte: informação confirmada por consulta aos escritórios da KPMG Suécia.

Informação recolhida em: Outubro de 2016.

Existência de um regime especial *holding*

Não

DOCUMENTO N.º 2

29-12-2016

Documento n.º 2

Evolução do regime de eliminação da dupla tributação económica Código do IRC

Normativo	Data de entrada em vigor	Razões justificativas para as alterações	Desagravamento	Características e requisitos do regime. Alterações sucessivamente introduzidas
Decreto-Lei n.º 442-B/88, de 30 de Novembro (Artigo 45.º)	01.01.1989	Reforma Fiscal / Aprovado o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas	Dedução de 95% dos rendimentos, incluídos na base tributável, correspondentes a lucros distribuídos	O regime tinha como destinatários sujeitos passivos de IRC que detivessem uma participação social igual ou superior a 25% em entidades residentes, sujeitas e não isentas de IRC ou sujeitas a imposto do jogo, desde que esta permanecesse na sua titularidade dois anos consecutivos ou desde a constituição da entidade participada.
Decreto-Lei n.º 377/90, de 30 de Novembro (Artigo 45.º)	30.11.1990	Melhorar a técnica dos normativos reguladores do regime	-	Procedeu-se à clarificação da expressão "Entidades", passando a adoptar-se uma das seguintes formas jurídicas: sociedades comerciais ou civis sob forma comercial, cooperativas e empresas públicas. Por outro lado, foram eliminadas as incertezas existentes sobre a aplicabilidade do regime a estabelecimentos estáveis.
Decreto-Lei n.º 251-A/91, de 16 de Julho (Artigo 45.º)	16.07.1991	-	-	Sem alterações substanciais.
Decreto-Lei n.º 123/92, de 2 de Julho (Artigo 45.º)	01.01.1992	Transposição da Directiva 90/434/CEE, de 23 de Julho, para o ordenamento jurídico-nacional	-	O requisito de detenção de uma participação no capital passou a referir-se a participações detidas directamente. Procedeu-se à transposição da Directiva 90/434/CEE, tendo em conformidade o regime sido alargado às situações em que entidades residentes em território português detivessem participações, nos termos e condições previstas, em entidade residente noutro Estado-Membro das Comunidades Europeias, sendo o regime aplicável nos estritos termos já constantes do CIRC relativamente aos lucros distribuídos por sociedades afiliadas residentes. Todavia, a dispensa de retenção na fonte estabelecida para os lucros distribuídos por sociedades afiliadas em território português às respectivas sociedades-mães de Estados-Membros diferentes, estabeleceu-se, sem prejuízo das disposições das convenções bilaterais existentes, a tributação na fonte, até 31 de Dezembro de 1999, às taxas de 15%, nos primeiros cinco anos, e de 10%, nos três últimos, de acordo com o regime derogatório previsto a favor de Portugal. Desse modo, previu-se no art.º 69º do CIRC, relativo às taxas, que os lucros que uma entidade residente em território português, nas condições estabelecidas no artigo 2.º da Directiva n.º 90/435/CEE, colocasse à disposição de entidade residente noutro Estado-Membro que estivesse nas mesmas condições e que detivesse directamente uma participação no capital da primeira não inferior a 25% durante dois anos consecutivos ou desde a constituição da entidade participada, contanto que, neste último caso, a participação seja mantida durante aquele período, seriam tributados nos termos antes referidos.
Decreto-Lei n.º 3/97, de 8 de Janeiro (Artigo 45.º)	08.01.1997			Sem alterações substanciais.
Lei 30 - G/2000, de 29 de Dezembro (Artigos 14.º e 45.º)	01.01.2001	Primeira reforma da tributação do rendimento.	Dedução de 100% dos rendimentos, incluídos na base tributável, correspondentes a lucros distribuídos	Passou a ser permitida a dedução para efeitos de determinação do lucro tributável da totalidade das importâncias correspondentes aos rendimentos, incluídos na base tributável, respeitantes a lucros distribuídos por entidades com sede ou direcção efectiva em território português, por entidades residentes noutro Estado-Membro das Comunidades Europeias O requisito do período de permanência foi alterado passando a respeitar à titularidade de modo ininterrupto durante os dois anos anteriores à data da colocação à disposição dos lucros ou, se detida há menos tempo, desde que a participação fosse mantida durante o tempo necessário para completar aquele período. Foi introduzida no n.º 3 do art.º 14 do CIRC, a isenção para os lucros que uma entidade residente em território português, nas condições estabelecidas no artigo 2.º da Directiva n.º 90/435/CEE, coloque à disposição de entidade residente noutro Estado-Membro da União Europeia que esteja nas mesmas condições e que detenha directamente uma participação no capital da primeira não inferior a 25% e desde que esta tenha permanecido na sua titularidade, de modo ininterrupto, durante dois anos.
Decreto-Lei n.º 198/2001, de 3 de Julho (Artigo 46.º)	03.07.2001	-	-	Sem alterações substanciais.
Lei 109-B/2001, de 27 de Dezembro (Artigo 46.º)	01.01.2002	Apoio à capitalização das Empresas.	-	Procedeu-se à alteração do requisito da detenção de participação no capital para uma percentagem não inferior a 10% (anteriormente 25%) e, ainda, do requisito do período de permanência que passou para um ano (ao contrário dos dois anos estabelecidos na Lei 30-G/2000)
Lei 32-B/2002, de 30 de Dezembro (Artigo 46.º)	01.01.2003	Apoio à capitalização das Empresas.	-	Foram definidos requisitos adicionais de acesso ao regime: a entidade beneficiária não pode ser abrangida pelo regime da transparência fiscal e criado um critério alternativo ao da percentagem do capital detido, traduzido na consideração de participações no capital da sociedade afiliada com um valor de aquisição não inferior a € 20.000.000,00 (vinte milhões de euros).

29-12-2016

Documento n.º 2

Evolução do regime de eliminação da dupla tributação económica Código do IRC

Normativo	Data de entrada em vigor	Razões justificativas para as alterações	Desagravamento	Características e requisitos do regime. Alterações sucessivamente introduzidas
Lei n.º 55-B/2004, de 30 de Dezembro (Artigo 46.º)	01.01.2005	Evitar o abuso das formas jurídicas por parte do sujeito passivo com o intuito de redução, eliminação ou diferimento parcial de imposto.	-	Foi introduzida pela primeira vez a exigência de tributação efectiva sobre os lucros distribuídos pela sociedade afiliada à sociedade mãe.
Lei n.º 53-A/2006, de 29 de Dezembro (Artigo 46.º)	01.01.2007	Evitar situações de "dupla não tributação" dos rendimentos.	-	Foi revogado o requisito relativo à tributação efectiva; Procedeu-se à eliminação da dupla tributação económica em 50% nas situações em que os lucros não tenham sido sujeitos a tributação efectiva, com excepção das SGPS; Foi introduzida uma dedução de 50% dos lucros distribuídos nos casos em que um dos requisitos de acesso ao regime não fosse observado e quando a sociedade afiliada era residente num dos E.M. da U.E. (em cumprimento do artigo 2.º da Directiva).
Decreto-Lei 159/2009, de 13 de Julho (Artigo 51.º)	13.07.2009	-	-	Sem alterações substanciais.
Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro (Artigo 51º)	01.01.2011	Aumento da receita fiscal	-	Foi alargado o critério da percentagem de detenção às SGPS; Foi eliminado o requisito do valor de aquisição da participação não inferior a €20.000.000; E, reintroduzido o requisito relativo à tributação efectiva, o qual passou a ser condição de aplicação generalizada (designadamente às SGPS), o que não acontecia nos períodos de tributação anteriores durante os quais aquele requisito esteve em vigor; Procedeu-se ainda à extinção da eliminação parcial da dupla tributação económica em 50%, nos casos em que um dos requisitos de acesso ao regime não era cumprido.
Lei n.º 66-B/2012, de 31 de Dezembro (Artigo 51º)	01.01.2013	A revogação da Directiva 90/435/CEE pela Directiva nº 2011/96/EU, do Conselho, de 30 de Novembro.	-	Foi substituída a referência à Directiva 90/435/CEE, pela Directiva nº 2011/96/EU, do Conselho, de 30 de Novembro, que revogou a primeira. Sendo de natureza meramente formal, a alteração em causa não envolveu qualquer desvio aos requisitos do regime, uma vez que as referências incluídas nos artigos alterados eram já entendidas, desde a sua publicação, como sendo feitas à nova Directiva.

29-12-2016

Documento n.º 2

Evolução do regime de eliminação da dupla tributação económica Código do IRC

Normativo	Data de entrada em vigor	Razões justificativas para as alterações	Desagravamento	Características e requisitos do regime. Alterações sucessivamente introduzidas
Lei n.º 2/2014, de 16 de Janeiro (Artigos, nº 3 e segs do art.º 14º, 51º e 51.º C)	Períodos de tributação iniciados em 01.01.2014	Introdução no ordenamento jurídico-nacional de um regime de participation exemptio, aplicável aos lucros e reservas distribuídos e, bem assim, às mais-valias realizadas.	Os lucros e reservas recebidos por sujeitos passivos de IRC, com sede ou direcção efectiva em Portugal, não concorrem para a determinação do seu lucro tributável (Art.º 51º).	<p>Foi alargado o âmbito de aplicação do anterior regime aos lucros e reservas distribuídos por entidades residentes em território português, num outro Estado membro da EU ou nos restantes países do EEE e da Suíça, a todas as jurisdições desde que não sejam paraísos fiscais.</p> <p>O sujeito passivo deve deter uma participação não inferior a 5% do capital social ou direitos de voto da entidade que distribui os lucros e deste que a participação seja detida por um período mínimo de 24 meses, de forma ininterrupta, ou, se detida há menos tempo, seja mantida durante o tempo necessário para completar aquele período.</p> <p>Outras condições:</p> <ul style="list-style-type: none"> • O sujeito passivo não pode ser abrangido pelo regime da transparência fiscal. • A entidade que distribui os lucros ou reservas esteja sujeita e não isenta de IRC ou imposto similar, a uma taxa legal mínima de, pelo menos, 60% (13,8%) da taxa normal do IRC (23%). Caso não cumpra este requisito, deverá preencher cumulativamente as seguintes condições: <ul style="list-style-type: none"> i) Os lucros ou rendimentos advenham de, pelo menos, 75% do exercício de uma actividade agrícola ou industrial ou comercial ou de prestação de serviços que não esteja dirigida predominantemente ao mercado português; ii) A actividade principal da participada não consista em operações de actividade bancária e seguradora, nem de rendimentos de operações passivas, entre outras ou, operações relativas a partes sociais representativas menos de 5% do capital social ou quaisquer participações detidas em entidades residentes em jurisdições integrantes da lista de "paraísos fiscais".
			As mais-valias e menos-valias realizadas por sujeitos passivos de IRC, com sede ou direcção efectiva em Portugal, não concorrem para a determinação do seu lucro tributável (Art.º 51º C).	<ul style="list-style-type: none"> • O sujeito passivo detenha uma participação não inferior a 5% do capital social ou direitos de voto da entidade cuja transmissão onerosa do capital dê origem a uma mais-valia ou menos-valia, deste que a participação seja detida por um período mínimo de 24 meses, de forma ininterrupta. • O sujeito passivo não seja abrangido pelo regime da transparência fiscal. • A entidade cujo capital social é objecto de transmissão onerosa não tenha residência ou domicílio em país, território ou região sujeito a um regime fiscal claramente mais favorável constante de lista aprovada por portaria do membro do Governo responsável pela área das Finanças. • A entidade cujo capital social é objecto de transmissão onerosa, esteja sujeita e não isenta de IRC ou imposto similar, a uma taxa legal mínima de, pelo menos, 60% da taxa normal do IRC. Caso não cumpra esse requisito, deverá preencher cumulativamente as seguintes condições: <ul style="list-style-type: none"> i) Os lucros ou rendimentos advenham de, pelo menos, 75% do exercício de uma actividade agrícola ou industrial ou comercial ou de prestação de serviços que não esteja dirigida predominantemente ao mercado português; ii) A actividade principal da participada não consista em operações de actividade bancária e seguradora, nem de rendimentos de operações passivas, entre outras, detenção de partes de capital inferiores a 5% (desde que não residentes em jurisdição integrante da lista de "paraísos fiscais").
			Lucros e reservas que uma entidade residente em território português coloque à disposição de uma entidade não residente (nº 3 e segs do art.º 14.º).	<p>Estão isentos os lucros e reservas que uma entidade residente em território português, sujeita e não isenta de IRC ou do imposto especial de jogo e não abrangida pelo regime de transparência fiscal, coloque à disposição de uma entidade residente:</p> <ul style="list-style-type: none"> i) Noutro Estado membro da UE; ii) Num Estado membro do EEE que esteja vinculado a cooperação administrativa no domínio da fiscalidade equivalente à estabelecida no âmbito da União Europeia; iii) Num Estado com o qual tenha sido celebrado CDT, que preveja cooperação administrativa no domínio da fiscalidade equivalente à estabelecida no âmbito da EU, desde que a taxa legal aplicável à entidade não seja inferior a 60 % da taxa do IRC prevista no n.º 1 do artigo 87.º. <ul style="list-style-type: none"> • Esteja sujeita e não isenta de um imposto referido no artigo 2.º da Directiva n.º 2011/96/UE, do Conselho, de 30 de Novembro, ou de um imposto de natureza idêntica ou similar ao IRC. • Detenha directa ou indirectamente, nos termos do n.º 6 do artigo 69.º do CIRCI, uma participação não inferior a 5% do capital social ou dos direitos de voto da entidade que distribui os lucros ou reservas (red. da Dec. Rectificação n.º 18/2014, de 13 de Março). • Detenha aquela participação de modo ininterrupto, durante os 24 meses anteriores à colocação à disposição.

29-12-2016

Documento n.º 2

Evolução do regime de eliminação da dupla tributação económica Código do IRC

Normativo	Data de entrada em vigor	Razões justificativas para as alterações	Desagravamento	Características e requisitos do regime. Alterações sucessivamente introduzidas
Lei n.º 5/2016, de 29 de fevereiro (Artigos, nº 3 e segs do art.º 14º, 51º)	29.02.2016	Transposição para o Código do IRC da Diretiva 2015/121/UE, que altera a Diretiva Mães Filhas, introduzindo uma norma específica anti-abuso na aplicação da mesma.	-	O regime deixa de ser aplicável aos lucros e reservas distribuídos por sociedades residentes aos seus acionistas ou recebidos por sociedades residentes das suas subsidiárias, quando exista uma construção ou série de construções que, tendo sido realizada com a finalidade principal ou uma das finalidades principais de obter uma vantagem fiscal que fruste o objeto e finalidade de eliminar a dupla tributação sobre tais rendimentos, não seja considerada genuína tendo em conta todos os factos e circunstâncias relevantes
Lei n.º 7-A/2016, de 30 de Março (Artigos, nº 3 e segs do art.º 14º, 51º e 51.º. C)	31.03.2016	Alteração aos requisitos quantitativos e temporais.	-	Com a aprovação do Orçamento do Estado para 2016, foram alterados os requisitos da percentagem de detenção, passando de 5% para 10% e bem assim o requisito do período de detenção, o qual passou de 24 meses para detenção "durante o ano anterior".
Lei n.º 42/2016, de 28 de Dezembro que aprova o Orçamento do Estado para 2017.	1.01.2017	-	-	Sem alterações substanciais.

DOCUMENTO N.º 3

29-12-2016

Requisitos gerais do regime relativamente às sociedades residentes
2017

Documento n.º 3

Rendimento	Tratamento fiscal	
Dividendos recebidos por uma sociedade residente	Regime aplicável (n.ºs 1 e 5 do art.º 51º do CIRC)	Os lucros e reservas recebidos por sujeitos passivos de IRC, com sede ou direcção efectiva em Portugal, bem como, o reembolso efectuado aos sócios em consequência da amortização de participações sociais sem redução de capital, não concorrem para a determinação do seu lucro tributável.
	Percentagem de detenção e período de detenção	O sujeito passivo detenha uma participação não inferior a 10 % do capital social ou direitos de voto da entidade que distribui os lucros e deste que a participação seja detida durante o ano anterior a disposição, de forma ininterrupta, ou, se detida há menos tempo, seja mantida durante o tempo necessário para completar aquele período (alíneas a) e b) do n.º 1 do art.º 51º).
	Condições	<p>O sujeito passivo não seja abrangido pelo regime da transparência fiscal.</p> <ul style="list-style-type: none"> • A entidade que distribui os lucros ou reservas não tenha residência ou domicílio em país, território ou região sujeito a um regime fiscal claramente mais favorável constante de lista aprovada por portaria do membro do Governo responsável pela área das Finanças. • A entidade que distribui os lucros ou reservas esteja sujeita e não isenta de IRC ou imposto similar, a uma taxa legal mínima de, pelo menos, 60% da taxa normal do IRC (21%). Caso não cumpra esse requisito, deverá preencher cumulativamente, entre outras, as seguintes condições: <ul style="list-style-type: none"> i) Os lucros ou rendimentos provenham em, pelo menos, 75% do exercício de uma actividade agrícola ou industrial no território onde estão estabelecidas, ou uma actividade comercial, ou de prestação de serviços, que não esteja dirigida predominantemente ao mercado português; ii) A actividade principal da participada não consista em operações próprias da actividade bancária e seguradora, nem de rendimentos de operações relativas a partes sociais representativas de menos de 5% do capital social ou quaisquer participações detidas em entidades residentes em jurisdições integrantes da lista de “paraísos fiscais”. (alíneas c) d) e e) do n.º 1, e n.º 2 do art.º 51º e n.º 6 do artº 66º, ambos do CIRC). • Este regime aplica-se, também, aos lucros e reservas que sejam imputáveis a estabelecimento estável situado em território português de uma entidade residente num Estado-membro da UE ou no Espaço Económico Europeu (EEE) e preencha, em qualquer um dos casos, os requisitos do artigo 2.º da Directiva 2011/96/EU ou num Estado, que não paraíso fiscal, com o qual Portugal tenha celebrado uma CDT que preveja cooperação administrativa e que nesse Estado esteja sujeita e não isenta de um imposto de natureza idêntica ou similar ao IRC. (art.º 51.º-D do CIRC) • Prevê-se, ainda, que o regime de eliminação da dupla tributação económica apenas seja aplicável no caso de as entidades distribuidoras de dividendos e respectivas sub-afiliadas se encontrarem sujeitas e não isentas de imposto, excepto se a entidade que distribui os lucros ou reservas se encontre domiciliada num Estado-membro da UE ou do EEE que esteja vinculado a cooperação administrativa no domínio da fiscalidade equivalente à estabelecida na UE, bem como, desde que os lucros e reservas distribuídos não constituam gastos dedutíveis na esfera da entidade distribuidora (n.º 10 do art.º 51º do CIRC).

29-12-2016

Documento n.º 3

Requisitos gerais do regime relativamente às sociedades residentes
2017

Rendimento	Tratamento fiscal	
Mais-Valias realizadas por uma sociedade residente	Regime aplicável e condições (art.º 51º-C do CIRC)	As mais-valias e menos-valias realizadas por sujeitos passivos de IRC, com sede ou direcção efectiva em Portugal, não concorrem para a determinação do seu lucro tributável.
	Percentagem de detenção e período de detenção e outras condições	<ul style="list-style-type: none"> • O sujeito passivo detenha uma participação não inferior a 10% do capital social ou direitos de voto da entidade cuja transmissão onerosa do capital dê origem a uma mais-valia ou menos-valia, deste que a participação seja detida durante o ano anterior, de forma ininterrupta. • O sujeito passivo não seja abrangido pelo regime da transparência fiscal. • A entidade cujo capital social é objecto de transmissão onerosa não tenha residência ou domicílio em país, território ou região sujeito a um regime fiscal claramente mais favorável constante de lista aprovada por portaria do membro do Governo responsável pela área das Finanças. • A entidade cujo capital social é objecto de transmissão onerosa, esteja sujeita e não isenta de IRC ou imposto similar, a uma taxa legal mínima de, pelo menos, 60% da taxa normal do IRC. Caso não cumpra esse requisito, deverá preencher cumulativamente as seguintes condições: <ul style="list-style-type: none"> i) Os lucros ou rendimentos advenham de, pelo menos, 75% do exercício de uma actividade agrícola ou industrial ou comercial ou de prestação de serviços que não esteja dirigida predominantemente ao mercado português; ii) A actividade principal da participada não consista em operações de actividade bancária e seguradora, nem de rendimentos de operações passivas, entre outras, detenção de partes de capital inferiores a 5% (desde que não residentes em jurisdição integrante da lista de “paraísos fiscais”). • Este regime aplica-se, também, às mais-valias ou menos-valias que sejam imputáveis a estabelecimento estável situado em território português de uma entidade residente num Estado-membro da União Europeia (UE) ou no Espaço Económico Europeu (EEE) e preencha, em qualquer um dos casos, os requisitos do artigo 2.º da Directiva 2011/96/EU ou num Estado, que não paraíso fiscal, com o qual Portugal tenha celebrado uma CDT que preveja cooperação administrativa e que nesse Estado esteja sujeita e não isenta de um imposto de natureza idêntica ou similar ao IRC. (art.º 51.º-D do CIRC) • O presente regime será aplicável à diferença positiva entre as mais-valias e menos-valias realizadas antes de 1 de Janeiro de 2001, suspensas de tributação de acordo com as alíneas a) e b) do nº 7 do art.º 7º da Lei nº 30-G/2000, de 29 de Dezembro ou do nº 8 do art.º 32º da Lei nº 109-B/2001, de 27 de Dezembro, e que de acordo com esses normativos não foram incluídas no lucro tributável do sujeito passivo, quando o reinvestimento tenha sido realizado no respectivo prazo legal, na aquisição de partes sociais. (nº 3 do art.º 12º da Lei nº 2/2014, de 16 de Fevereiro)
	Exclusões ao regime	São excluídas do regime de “participation exemption”, as mais-valias e menos-valias realizadas com a transmissão de partes sociais quando o valor dos imóveis detidos pela participada representa mais de 50% do respectivo activo (com algumas excepções). Note-se que esta restrição apenas é aplicável aos imóveis adquiridos em ou após 1 de Janeiro de 2014. (nº 12 do art.º 12º da Lei nº 2/2014, de 16 de Fevereiro)
Encargos não dedutíveis para efeitos fiscais	Condições (nºs 2 e 3 do art.º23.º-A do CIRC)	<ul style="list-style-type: none"> • Não concorrem para a formação do lucro tributável as menos-valias e outras perdas relativas a instrumentos de capital próprio, na parte do valor que corresponda aos lucros ou reservas distribuídos ou às mais-valias realizadas com a transmissão onerosa de partes sociais da mesma entidade que tenham beneficiado, no próprio período de tributação ou nos quatro períodos anteriores, da dedução prevista no artigo 51.º, do crédito por dupla tributação económica internacional prevista no artigo 91.º-A ou da dedução prevista no artigo 51.º-C. • Por outro lado, não são aceites como gastos do período de tributação os suportados com a transmissão onerosa de instrumentos de capital próprio, qualquer que seja o título por que se opere, de entidades com residência ou domicílio em país, território ou região sujeitos a um regime fiscal claramente mais favorável constante de lista aprovada por portaria do membro do Governo responsável pela área das finanças.

DOCUMENTO N.º 4

29-12-2016

Documento n.º 4

Requisitos gerais do regime relativamente às sociedades não residentes

2017

Rendimento	Tratamento fiscal	
Lucros e reservas que uma entidade residente em território português coloque à disposição de uma entidade não residente	Regime aplicável (n.º 3 e segs do art.º 14.º do CIRC)	Estão isentos os lucros e reservas que uma entidade residente em território português, sujeita e não isenta de IRC ou do imposto referido no artigo 7.º do CIRC e não abrangida pelo regime previsto no artigo 6.º do mesmo Código, coloque à disposição de uma entidade não residente.
	Condições	<ul style="list-style-type: none"> • Seja residente: <ul style="list-style-type: none"> i) noutro Estado membro da UE; ii) num Estado membro do EEE que esteja vinculado a cooperação administrativa no domínio da fiscalidade equivalente à estabelecida no âmbito da União Europeia; iii) num Estado com o qual tenha sido celebrado CDT, que preveja cooperação administrativa no domínio da fiscalidade equivalente à estabelecida no âmbito da EU, desde que a taxa legal aplicável à entidade não seja inferior a 60 % da taxa do IRC prevista no n.º 1 do artigo 87.º. • Esteja sujeita e não isenta de um imposto referido no artigo 2.º da Directiva n.º 2011/96/UE, do Conselho, de 30 de Novembro, ou de um imposto de natureza idêntica ou similar ao IRC.
	Condições relativas à percentagem e ao período de detenção	<ul style="list-style-type: none"> • Detenha directa ou directa e indirectamente, nos termos do n.º 6 do artigo 69.º (3), uma participação não inferior a 10% do capital social ou dos direitos de voto da entidade que distribui os lucros ou reservas (red. da Dec. Rectificação n.º 18/2014, de 13 de Março). • Detenha aquela participação de modo ininterrupto, durante o ano anterior à colocação à disposição.

29-12-2016

Documento n.º 4

Requisitos gerais do regime relativamente às sociedades não residentes
2017

Rendimento	Tratamento fiscal	
Mais-valias realizadas por não residentes	Regime aplicável (art.º 27º do EBF)	Ficam isentas de IRS e de IRC as mais-valias realizadas com a transmissão onerosa de partes sociais, outros valores mobiliários, (...), por pessoas singulares e colectivas que não tenham domicílio em território português e aí não possuam estabelecimento estável ao qual as mesmas sejam imputáveis.
	Exclusões ao regime	<p>Aquela isenção não é aplicável:</p> <p>a) A entidades não residentes e sem estabelecimento estável em território português que sejam detidas, directa ou indirectamente, em mais de 25 %, por entidades residentes;</p> <p>b) A pessoas singulares e colectivas não residentes e sem estabelecimento estável em território português que sejam domiciliadas em país, território ou região sujeitas a um regime fiscal claramente mais favorável, constante de lista aprovada por portaria do Ministro das Finanças (redacção dada pelo artigo 144.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de Dezembro);</p> <p>c) Às mais-valias realizadas por pessoas singulares e colectivas não residentes com a transmissão onerosa de partes sociais em sociedades residentes em território português cujo activo seja constituído, em mais de 50 %, por bens imóveis aí situados ou que, sendo sociedades gestoras ou detentoras de participações sociais, se encontrem em relação de domínio, tal como esta é definida no artigo 13.º do RGICSF, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro (4), a título de dominantes, com sociedades dominadas, igualmente residentes em território português, cujo activo seja constituído, em mais de 50 %, por bens imóveis aí situados.</p>